

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

Autora: Joanna D'Arc Barbosa Bastos Ferreira

Orientadora: Teresa Cristina O. C. Carreiro

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO CAMPO PSICOSSOCIAL**

Niterói

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Joanna D'Arc Barbosa Bastos Ferreira

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO CAMPO PSICOSSOCIAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Estudos da Subjetividade.

Orientador: Prof. Dr. Teresa Cristina O. C. Carreiro

Niterói

2008

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

F383 Ferreira, Joanna D'Arc Barbosa Bastos.

Mulheres em situação de violência doméstica: estratégias de intervenção no campo psicossocial / Joanna D'Arc Barbosa Bastos Ferreira. – 2008.

174 f.

Orientador: Teresa Cristina O. C. Carreiro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2008.

Bibliografia: f. 166 -171.

1. Mulher - Violência. 2. Violência doméstica. 3. Atendimento. 4. Poder. 5. Subjetividade. 6. Resistência. I. Carreiro, Teresa Cristina O. C. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 364.1532

Joanna D'Arc Barbosa Bastos Ferreira

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO CAMPO PSICOSSOCIAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Estudos da Subjetividade.

Aprovada em dezembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Claudia Osório da Silva
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Márcia Alves Tassinari
Universidade Estácio de Sá

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina O. C. Carreteiro
Universidade Federal Fluminense

Niterói

2008

*A todos aqueles que, através dos tempos,
produzem movimentos de criação e de transformação.*

AGRADECIMENTOS

Aos que colaboraram para a realização desta pesquisa, em especial:

À *Força Criadora* que me impulsiona, ilumina, rege e zela por mim;

Aos *Meus Pais, Olavo e Vanda*, “o início, o fim e o meio”;

Aos *meus filhos, Vinícius e Janaína*, sublime inspiração;

À *Professora Doutora Teresa Cristina O. C. Carreteiro*, orientadora da presente dissertação, pelas observações provocadoras e potencializadoras de mergulhos e reflexões;

Às *Professoras Doutoras Márcia Alves Tassinari e Claudia Osório da Silva*, por contribuírem para esse estudo, em diferentes etapas, qualificando e aprimorando o fluxo do pensamento;

À *Professora Doutora Lilia Ferreira Lobo*, por sua participação na qualificação desse estudo e pela paixão e vitalidade com as quais nos apresentou o pensamento de Michel Foucault;

À *Direção e Equipe Técnica da Coordenadoria Rio Mulher*, pela receptividade, abertura e contribuição a essa pesquisa;

À *Direção e Equipe da Casa-Abrigo Maria Haydée José Pizarro Rojas*, pela recepção acolhedora e prestimosa colaboração;

À *Direção e Equipe de psicólogos do Hospital Estadual Adão Pereira Nunes*, por possibilitarem que as horas de ausência da Unidade se transformassem na elaboração do presente estudo;

Aos *Profissionais entrevistados nas diferentes instituições visitadas*, que, gentilmente, se deixaram percorrer por minhas inquietações e indagações;

Aos *Professores e Colegas do Curso de Mestrado em Psicologia da UFF*, turma 2006, pela intensidade das aprendizagens, das trocas e da convivência;

À *Companheira de turma Leda Rebello*, por sua participação na etapa de qualificação;

À *Secretária Rita de Cássia Rodrigues, do Departamento de Mestrado em Psicologia da UFF*, pelo apoio constante ao longo desta trajetória;

À *Secretária Hynajara Boucris, do acervo CLAVES/ENSP/FIOCRUZ, Carlos Tonelli e ao amigo Bruno Seccadio*, pelo apoio na obtenção e envio de referências bibliográficas;

À *Suelen Carla de Oliveira e Rosimary Dantas*, pela transcrição providencial e eficaz das entrevistas realizadas;

Às *Professoras Sigrid e Roberta*, pela revisão gramatical e das normas acadêmico-científicas;

Aos Amigos da Força que sustenta os vôos: Jorge, Geraldo, Marcos, Marcelo, Maria Luiza, Soraya, Vicente, Tânia, Marta Maria, Rosângela e Ítalo, por me darem asas;

À amiga de graduação e de pós-graduação Cláudia Silvana Cardoso de Azevedo, pelo enigmático e vigoroso reencontro;

À amiga Martha Pinheiro de Oliveira, pela participação nessas reflexões com a força e atualidade do seu olhar sobre a História;

A Francisco Marques da Silva Filho, por compartilhar esse momento com energia, estímulo, suporte operacional, aconchego e repouso;

Às Mulheres que com suas histórias de vida contribuíram para esse estudo, pelo muito que aprendi e pelo tanto que me emocionei.

[...] O lamento e a indignação não produzem transformações. Não cabe um debate sobre o presente pensado como uma realidade exterior da qual somos vítimas subjugadas. Nosso interesse está centrado em esboçar algumas considerações acerca do contemporâneo na perspectiva de um presente pensado em sua positividade, no que vem afirmar.

Leila Domingues Machado

RESUMO

A presente pesquisa se organiza a partir da reflexão sobre um caso sem precedentes de violência doméstica ocorrido no ano de 2006 no estado do Rio de Janeiro. Esse fato alcançou projeção mundial ao romper os domínios do privado, causando grande impacto no campo psicossocial e submetendo a cena pública ao horror e efeitos da violência intrafamiliar. No ano deste acontecimento, o Brasil sancionou a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica contra a mulher. Tais fatos, recolhidos no contexto sócio-histórico contemporâneo, introduziram o tema em estudo e suscitaram o questionamento a respeito de como as instituições sociais vêm intervindo sobre a situação de risco psicossocial na qual as mulheres que vivenciam a violência intrafamiliar se encontram. Para responder a essa indagação, foi desenvolvido, durante seis meses, um trabalho de campo em uma instituição pública destinada ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica. O trabalho consistiu no estabelecimento de dois eixos de abordagem: sistematizar as atividades realizadas pela instituição por meio do relato dos profissionais implicados no atendimento e conhecer, através do discurso das mulheres atendidas, o conjunto de instituições pelas quais elas passaram, o tipo de atendimento recebido, as formas de subjetividade e resistências produzidas e o efeito dos atendimentos na vivência de violência que elas reportam. A entrevista e a análise do discurso foram técnicas que permitiram a condução deste trabalho e o tratamento dos dados obtidos. As referências teóricas e conceituais que possibilitaram pensar o campo de pesquisa partiram das reflexões de Hannah Arendt e Michel Foucault. Através desses autores, apreendemos os modos de subjetivação que são enunciados de acordo com a realidade histórico-social de cada época e que adquirem forma através de pares relacionais conceituais tais como público-privado, política-sociedade, homem-mulher, expressando complexas relações de poder, de resistência e de violência, enquanto práticas sociais constituídas histórica e coletivamente. As diversas dimensões da produção subjetiva humana e dos modos de existência que perpassam o fenômeno da violência nos levou a captá-lo à luz dos fenômenos complexos.

Palavras-chave: violência doméstica, mulher, atendimento institucional, risco psicossocial, contemporâneo, fenômenos complexos, vida pública e privada, relações de poder, subjetividade, resistência.

ABSTRACT

The present research reflects upon an unprecedented case of domestic violence which occurred in 2006 in the state of Rio de Janeiro. It gained worldwide notoriety, bursting forth from the private domain, causing great impact on the psychosocial field, and exposing the public sphere to the horror and effects of intra-family violence. In the year that this case occurred, Brazil sanctioned *Law 11,340*, known as the *Maria da Penha Law*, which curbs domestic violence against women. The facts, which were collected within a contemporary social-historic context, introduced the topic of the study and brought up the question concerning the way social institutions have been intervening in the situation of psychosocial risk in which several of women who experience intra-family violence find themselves. In order to answer this inquiry, a fieldwork was developed during six months at a public institution dedicated to assisting women under the situation of domestic violence. The work consisted of establishing two main points of approach: to systematize the activities accomplished by the institution through the statement of the professionals involved in the assistance; and, through the statements of the assisted women, to become familiar with the kind of institutions that they used, the type of assistance provided, the forms of subjectivities and resistance which were produced from the assistance and the effects of this assistance on the experienced violence that they reported. The conduct of this work and the treatment of the obtained data were permitted by interviewing and discourse analysis techniques. The theoretical and conceptual references that made it possible to contemplate this field of research came from the reflexions of Hanna Arendt and Michel Foucault. Through these authors, we learn the modes of subjectivation that express themselves in accordance with the historical-social reality of each period and which gain shape through conceptual, relational pairs, such as the public-private, politics-society, and man-woman, expressing complex relations of power, resistance, and violence as historically and collectively constituted social practices. The many dimensions of human subjective production and the modes of existence that accompany the phenomenon of violence led us to capture it under the light of complex phenomena.

Keywords: domestic violence, women, institutional assistance, psychosocial risk, contemporary, complex phenomena, public and private life, power relations, subjectivity, resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
O objeto de estudo e as questões que ele suscita.....	14
O contexto da violência doméstica contra a mulher.....	15
Implicações e Problematizações.....	26
Fundamentação Teórica.....	32
CAPÍTULO 1	
A VIOLÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	37
1. Reflexões sobre a violência	38
1.1. Pensamento político de Hannah Arendt	38
1.2. Arqueologia e genealogia de Michel Foucault.....	47
2. A dicotomia público X privado e a violência doméstica	55
3. A violência doméstica contra a mulher enquanto problema social	61
CAPÍTULO 2	
PRÁTICAS DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	70
1. Uma urgência e a complexidade da intervenção	71
2. As estratégias do atendimento a partir de um centro de atendimento Psicossocial 75	
2.1 A busca por um centro de atendimento psicossocial.....	75
2.2 O centro de atendimento psicossocial.....	81
2.3 O campo infinito de relações veiculadas no território: as práticas entre disciplinas, profissionais e instituições.....	87
CAPÍTULO 3	
COMO AS MULHERES VIVEM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: "AS NOVELAS DA VIDA" NA CENA SOCIAL	102
1. As narradoras e suas narrativas: metodologia de intervenção	103
1.1 As subjetividades que emergem no contexto da violência doméstica.....	106
1.1.1 Aspectos sócio-culturais relativos às mulheres entrevistadas.....	106
1.1.2 Aspectos sócio-econômicos relativos às mulheres entrevistadas.....	109
1.1.2.1 A justificativa da "dependência econômica".....	112
1.1.2.2 As construções das possibilidades de independência e autonomia.....	116

2. O percurso institucional das mulheres entrevistadas	118
2.1 O polo espiritual ou religioso.....	119
2.2 O polo legal ou judicial.....	121
2.3 O polo terapêutico.....	128
2.4 O polo educacional.....	133
2.5 As expectativas das mulheres sobre os atendimentos institucionais.....	135
3. Aspectos enunciados nas histórias de violência	142
3.1 O início da violência doméstica na conjugalidade.....	142
3.2 Os efeitos da violência.....	146
3.2.1 A violência psicológica.....	146
3.2.2 A produção do medo.....	147
3.2.3 O isolamento social.....	148
3.2.4 A publicidade da vida.....	149
3.2.5 A repetição do vivido.....	149
3.2.6 A resistência como estratégia de ação.....	150
4. O impacto dos atendimentos institucionais nas histórias de violência conjugal	151
CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
ANEXO A	172
APÊNDICE A	173
APÊNDICE B	174

INTRODUÇÃO

Em 11 de novembro do ano de 2006 um jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro¹ estampou na sua primeira página a seguinte notícia:

A beira da tragédia

Armado, ex-marido seqüestra ônibus e mulher, mas se rende, após dez horas de negociação sem vítimas

O fim de um casamento de dez anos, não aceito pelo marido, acabou no seqüestro de um ônibus com 55 passageiros, que durou mais de 10 horas, ontem, no Rio, chamando a atenção de todo o país. André Ribeiro, um camelô de 36 anos, pegou a ex-mulher Cristina em Nova Iguaçu e entrou às 8h no ônibus 499, espancando-a e fazendo ameaças com um revólver. O veículo foi cercado pela polícia e as negociações só acabaram às 18h25m, com a rendição de André. Desde agosto, ele responde por ameaças contra Cristina, mas a polícia não tomou sua arma. Diferentemente do caso do ônibus 174, quando uma ação desastrada resultou na morte de uma refém, o Bope² resolveu a situação sem fazer vítimas.

A reportagem se refere a um fato inédito, que alcançou grande repercussão nacional e internacional³, por dramatizar na cena pública de forma contundente um cotidiano de violência doméstica contra a mulher que, segundo estatística daquele ano do Instituto de Segurança Pública, foi “uma triste realidade no Rio de Janeiro” (MIRANDA; PINTO; LAGE, 2007, p.4). Neste ano, nos delitos classificados como violência doméstica, as mulheres constituíram 86,9% do total de pessoas atingidas e, comparando-se os dados de 2005 e 2006, verificou-se que o número de mulheres com lesão corporal dolosa proveniente de violência

¹ Jornal O GLOBO, A beira da tragédia, O GLOBO, Rio de Janeiro, 11 nov. 2006. p.1.

² Bope: Batalhão de Operações Especiais da Polícia do Rio de Janeiro.

³ O fato foi publicado com destaque e acompanhado em seus desdobramentos por jornais e revistas nacionais de grande circulação, debatido por especialistas do comportamento humano, além de noticiado em agências de notícias e jornais internacionais.

doméstica aumentou 56,9%. Com relação aos casos notificados nas delegacias policiais como ameaça, 61% do total foram de mulheres.⁴

Apesar da visibilidade da realidade que os dados estatísticos fornecem, da perplexidade, do estarecimento e da perturbação que a ação violenta e descomunal do ex-marido de Cristina provocou no contexto social, chamando a atenção da população e de especialistas para um problema que demanda urgência de intervenção, a questão da violência doméstica contra a mulher ainda se mantém para a maioria das pessoas, no cotidiano da vida, como uma ocorrência de foro íntimo, pessoal e privado.

Utilizando-se deste episódio e dos diversos depoimentos e entrevistas na imprensa escrita que sucederam ao ocorrido, Carreteiro e Mattar (2007) analisaram a violência conjugal sob o duplo jugo do público e do privado que “marca em geral, a temática da violência contra a mulher” (CARRETEIRO & MATTAR, 2007, p.3). Esse duplo que cerca a questão da violência doméstica evidenciou-se através da forma e da importância como a imprensa e a população trataram a situação, ou seja, oscilando entre compreender e justificar o fato no âmbito do privado e/ou conclamar as instituições públicas a intervirem neste e em outros casos de forma eficaz. Para as autoras, o fato, noticiado como um seqüestro, permitiu “dar visibilidade a um seqüestro maior, aquele que mantém no insulamento privado a violência conjugal” (Ibidem, p.5) e aponta para a ausência ou pouca eficácia no plano institucional de intervenções que possam dar suporte às mulheres e/ou familiares em situação de risco.

Este aspecto se reveste de fundamental importância para a condução deste tema por parte das instâncias e instituições que lidam com a questão das mulheres em situação de violência, tais como o Estado através da implementação de políticas públicas, a justiça, a saúde, a assistência social, a educação, entre outros, não com a expectativa mágica de “combater” a violência, conforme se veicula de forma generalizada na mídia, mas sim de agir frente à situação de risco em que se encontram milhares de mulheres atingidas pela violência doméstica nas suas casas ou até mesmo na cena pública, como no caso de Cristina, possibilitando que “a sociedade reconheça que não se trata de um problema privado ou pessoal, mas de uma grave questão social, que deve ser tratada como tal.”(MIRANDA; PINTO; LAGE, 2007, p. 6)

⁴ Dados disponíveis no Dossiê Mulher, publicação anual do Instituto de Segurança Pública que traz informações analíticas relativas à violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, a partir dos registros de ocorrência das delegacias de polícia do estado.

O objeto de estudo e as questões que ele suscita

A partir do foco sobre a ação organizada na sociedade para atender a questão das mulheres que se encontram em situação de risco decorrente da violência doméstica, o presente estudo se constitui com o objetivo de, através do discurso de mulheres usuárias desses serviços, expresso por meio da técnica de entrevistas semi-diretivas, inferir sobre o tipo de impacto que esse atendimento teve para a vida das mesmas. Para tanto, partiu-se da experiência de seis meses de contato semanal com as usuárias do serviço, na modalidade de pesquisa de campo, em uma instituição da cidade do Rio de Janeiro que realiza atendimento psicológico, jurídico e assistencial às mulheres em situação de violência doméstica. Esta inserção no campo teve como meta, tal como descreve Minayo (2002), a possibilidade de “aproximação daquilo que se deseja conhecer e estudar, além de criar um conhecimento partindo da realidade presente no campo” (MINAYO, 2002, p. 51)

No período de estudo de campo nos aproximamos das usuárias do serviço, através do encaminhamento das mesmas, pelos técnicos envolvidos com o atendimento, tendo como finalidade conhecer: o conjunto de instituições pelas quais elas passaram até chegar à instituição atual, a forma como essas instituições se deram a conhecer a essas usuárias, o impacto que o atendimento nessas instituições trouxe para a vida das mesmas e a história de violência de cada uma delas.

As questões que problematizam essa pesquisa, referem-se aos efeitos que os atendimentos pela rede de instituições relatadas pelas usuárias, vêm gerando no campo para o qual essa rede se destina, ou seja, o do acolhimento e do cuidado frente às demandas das mulheres em situação de violência doméstica. Interroga-se sobre o tipo de transformações psicossociais que esses atendimentos provocam nessas mulheres e sobre as formas de subjetividade que são produzidas. Objetiva-se apreender de que modo ou de que maneira, os atendimentos obtidos por elas, nestas instituições, repercutiram na vivência da violência que elas relatam. Os relatos obtidos foram classificados em categorias e analisados com base na metodologia de análise do conteúdo e referidos às questões propostas.

A instituição escolhida como campo de pesquisa é o Rio Mulher, assessoria da Prefeitura do Rio de Janeiro, criada em janeiro de 2001, e que, de acordo com seu material de divulgação, é responsável, no âmbito da prefeitura, “por responder às demandas da mulher, através da implementação de uma política de gênero que busca promover sua cidadania

plena”⁵. Durante o tempo de contato com o campo de pesquisa objetivamos também conhecer os programas de atendimento desenvolvidos no interior do mesmo e procuramos obter compreensão das relações que a instituição em foco estabelece com as demais instituições que prestam atendimento às mulheres em situação de violência. Será analisada a rede de relações que se dá entre o conjunto das instituições envolvidas e o inter jogo desse funcionamento.

O contexto da violência doméstica contra a mulher

- **Aspectos sócio-culturais**

Conforme os diversos casos que alcançam expressão na mídia mundial e as pesquisas já realizadas nos permitem observar (ver dados da página 24), a violência doméstica contra a mulher é um fenômeno que eclode em diferentes culturas e sociedades. A esse respeito, Morgado (2008) sinaliza que “[o fenômeno ocorre tanto em sociedades desenvolvidas quanto nas mais vulneráveis economicamente e que compreende] um conjunto de relações sociais que que complexificam sua natureza.” (MORGADO, 2008, p. 309).

A autora evidencia “uma forte tendência, especialmente em nossa sociedade, de tratar a violência doméstica como um fenômeno de menor importância e restrito ao âmbito das relações interpessoais”. (Ibidem). Esta propensão é facilmente perceptível quando se adentra na investigação do fenômeno. O contexto sócio-cultural é permeado por expressões jocosas e comentários do senso comum banalizadores da violência, que legitimam e naturalizam a ocorrência do fenômeno, tais como, “mulher gosta de apanhar”, “você não sabe porque está batendo, mas ela sabe porque está apanhando” e, a clássica e politicamente incorreta, “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, como exemplificado por Morgado (Ibidem).

Minayo (2003) destaca o caráter mutante que a violência assume. De acordo com a realidade na qual o fenômeno emerge, considerando-se o tempo, o espaço e as circunstâncias, podemos encontrar múltiplas manifestações (MINAYO, 2003, p.25). A violência doméstica, durante muito tempo, foi uma violência tolerada, ou melhor, não era nem sequer classificada como violência. Os ditos populares enunciados acima apontam para esta situação. Para uma contextualização mais clara observemos que, durante séculos, as legislações e culturas de muitas sociedades asseguravam aos maridos o direito de “castigar suas esposas” (SOARES,

⁵ Disponível em: < http://www.rio.rj.gov.br/riomulher/rio_mulher.htm>. Acesso em 09 ago. 2007.

1999, p. 25). A lei inglesa, por exemplo, conforme observa Soares, até o século XIX, permitia ao marido bater em suas mulheres. No que concerne ao nosso país:

No Brasil, o Código Criminal do Império desautorizou, em 1840, o assassinato como “solução” legítima para os casos de adultério, que, ainda assim era considerado “crime contra a segurança do estado civil e doméstico”. Tanto no Código Imperial, como no primeiro Código Republicano, de 1890, o crime de adultério aplicava-se, basicamente, às mulheres, já que a pena só era imputável aos homens que comprovadamente sustentassem a amante (Herman, J e Basterd, L. 1995). O Código Penal de 1940 eliminou o tratamento diferenciado por gênero para o adultério e reduziu a pena que lhe era aplicada, mas favoreceu a tese da “legítima defesa da honra”, utilizada ainda nos anos 90 desse século⁶. (SOARES, 1999, p. 26)

Fatos como esses, entranhados em nossa cultura, entre outros ainda mais contundentes, como o caso de Cristina, ocorrido no ônibus 499 , apontam para a necessidade premente de intervenção no meio social. Morgado (2008) sinaliza a importância de se enfatizar que a violência doméstica é um fenômeno social grave, donde advém uma série de prejuízos e danos físicos e emocionais graves para a mulher e para os filhos que comumente crescem presenciando a violência rotineiramente, e por longo período, até que a mãe consiga denunciar ou cortar o ciclo de violência.

É importante considerar que “a violência dominante na consciência social contemporânea é a “criminal e delinqüencial.” (MINAYO, 2003, p. 25). Esse tipo de violência nunca contou com a tolerância das diversas sociedades, pois, de acordo com as autoras (Ibidem), tal violência atinge os princípios da moral fundamental. O que ainda não ocorre no caso da violência doméstica contra a mulher.

De acordo com a socióloga Bárbara Soares (1999), até 1970, quando o movimento feminista trouxe a público o debate sobre a violência contra a mulher, o que hoje é considerado um problema de proporções endêmicas “não era visto sequer como um **problema** e menos ainda como um **problema social.**”⁷(SOARES, op.cit., p.27). Como assinala Soares, aquilo que acontecia entre as quatro paredes de uma casa não dizia respeito à polícia, à justiça, à vizinhança, à comunidade, à sociedade ou mesmo ao resto da família. Veja quanta semelhança há no relato da autora com o episódio ocorrido com Cristina citado

⁶ Soares refere-se ao século XX.

⁷ Os grifos são nossos.

anteriormente e do qual fomos testemunhas visuais graças à transmissão contínua do ocorrido por alguns canais de televisão. Soares (1999, p. 27) rememora algumas situações em que ela mesma (assim como muitos de nós), foi testemunha auditiva de violência conjugal (gritos, choros, objetos quebrados) e só teve como reação comentar o episódio, contribuindo com a farsa que o casal construiu para si próprio e para a vizinhança, fingindo nada ter escutado e, sem se aperceber, contribuindo para a manutenção do *status quo* da violência.

No seu texto, Soares considerou que nos dias atuais, mesmo sem saber ainda como intervir na situação, a possibilidade de agir seria maior, pois se poderia contar com a intervenção de uma das 399⁸ delegacias especiais de atendimento às mulheres que começaram a ser criadas no Brasil a partir de 1985; apesar de saber que dificilmente encontraria uma policial disponível, e sobretudo motorizada, para chegar ao local da ocorrência. Uma hipótese, para a autora, seria chamar a polícia distrital, mas ela considerou que poderia colocar em risco a segurança da mulher agredida. (SOARES, 1999, p. 28).

A esse respeito realmente houve com muita luta das mulheres alguns avanços no Brasil no plano do Direito. Além das delegacias de atendimento às mulheres, em 07 de agosto de 2006, (dois meses antes do episódio do ônibus 499 que tanto mobilizou o país e o mundo), o Presidente da República sancionou a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica contra as mulheres nos termos do parágrafo 8, do artigo 226, da Constituição Federal⁹. Essa Lei altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal, conferindo maior rigor ao tratamento dado ao agressor, tal como a possibilidade de sua prisão em flagrante delito, quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher, além da proteção, orientação e atendimento psicossocial às mulheres atingidas pela violência.

Essa lei é resultante de um longo processo de elaboração advindo de uma série de recomendações da Organização dos Estados Americanos, através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos enviadas ao Governo brasileiro em 13 de março de 2001 em que ficou estabelecida a responsabilidade do Estado e também sua negligência e omissão frente ao caso da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes e de outros casos de violência contra a mulher, ocorridos no país até então. Maria da Penha, hoje com 63 anos, é coordenadora de

⁸ Quantitativo disponível na publicação “Enfrentamento à violência contra a mulher - Balanço de ações 2006-2007 da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, Brasília, 2007, p. 39. Tópico: Número de Serviços das rede de atendimento à mulher após a Lei Maria da Penha.

⁹ “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.”(Constituição da República Federativa do Brasil).

estudos da Associação de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos das Vítimas de Violência no Ceará e em 1983, sofreu, por duas vezes, aos 38 anos, tentativa de homicídio pelo seu ex-marido, um professor universitário.

Na primeira vez ele atirou contra ela, pelas costas enquanto esta dormia e, na segunda vez, tentou eletrocutá-la. Por conta das agressões sofridas, Penha ficou paraplégica. Seu caso tramitou morosamente na justiça cearense por 15 anos. Seu ex-marido, mesmo com sentenças condenatórias, conseguia recursos legais e, eximindo-se da condenação definitiva, cumpriu apenas dois anos de prisão, encontrando-se atualmente em liberdade. Para a conclusão judicial do caso foi necessário que fizesse uma representação contra o país junto aos organismos internacionais, com base nos artigos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), da qual o Brasil é Estado-membro obrigando-se, portanto, a respeitar e garantir os direitos das mulheres, proteção judicial e o fomento de medidas e programas a nível nacional para “uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Artigo 3 da CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 09 de junho de 1994)¹⁰.

A Comissão Interamericana concluiu pela responsabilidade da República Federativa do Brasil com relação à violação dos direitos de proteção e de garantias judiciais no caso da biofarmacêutica, bem como, o não cumprimento dos seus deveres, conforme descritos na Convenção de Belém do Pará. Dentre às recomendações feitas ao Estado Brasileiro pela Comissão estavam relacionadas: o processamento penal rápido e efetivo do responsável pelas agressões e tentativas de homicídio à Maria da Penha; a realização de “uma investigação séria, imparcial e exaustiva a fim de determinar a responsabilidade pelas irregularidades e atrasos injustificados” na resolução do caso, incluindo o procedimento de medidas “administrativas, legislativas e judiciárias correspondentes” e a reparação simbólica e material à Maria da Penha pelas violações sofridas¹¹.

Em 07 de julho de 2008, um mês antes da data em que a Lei Maria da Penha completaria dois anos em que fôra sancionada, a Sr^a Maria da Penha Maia Fernandes recebeu indenização material pelas violações sofridas no valor de R\$ 60.000,00 do governo do estado do Ceará. Foi necessário que Maria da Penha esperasse dezenove anos para que a justiça agisse em relação à punição de seu ex-marido. O pagamento da indenização a mesma só foi

¹⁰ Voltaremos à abordar a Convenção no capítulo 2.

¹¹ Relatório nº 54/01, Caso 12.051, Maria da Penha Fernandes de 16 de abril de 2001 – Disponível no *site* do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres <<http://www.cladem.org/portugues>>. Link : Cladem Brasil – caso 12.051 CIDH – Brasil. Acesso em 14 jul. 2008.

efetuado sete anos após as recomendações da Organização dos Estados Americanos ao Brasil.

Até a Lei Maria da Penha ser sancionada, a legislação brasileira era complacente com os casos de violência doméstica, crime até então considerado **de menor potencial ofensivo**¹². Por essa razão, as penas não eram superiores a dois anos além de serem revertidas, geralmente, no pagamento de cestas básicas. Com a emergência da Lei 11.340 a violência doméstica passa a integrar delitos do Código Penal, sob a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criados com a função de processar e julgar esses crimes. (DUARTE & PINTO, 2008, p. 4)

Por outro lado, atendo-se à multiplicidade de dimensões que envolvem o fenômeno, pode-se evidenciar, quando adentramos neste campo de acontecimentos, que apesar da cultura perversa da banalização do mesmo, há uma preocupação da população com o tema da violência doméstica, havendo inclusive, um clamor da sociedade por ações mais efetivas dos poderes constituídos. Observa-se, que nos últimos três anos, houve uma mobilização de entidades organizadas por constituir pesquisas¹³ que pudessem traduzir as expectativas e tendências da sociedade brasileira em relação ao tema das mulheres em situação de violência. As pesquisas apontam para a magnitude do fenômeno. Em maio de 2006, por exemplo, o Instituto Patrícia Galvão, organização não governamental sediada na cidade de São Paulo e que desenvolve projetos sobre direitos das mulheres e comunicação de massa, realizou em parceria com o Ibope e com apoio da Fundação Ford e do UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, uma pesquisa intitulada “Percepções e Reações da Sociedade sobre a Violência contra a Mulher.”¹⁴.

Nesta pesquisa, segundo dados divulgados, foram ouvidas 2002 pessoas sendo elas, homens e mulheres adultos dos diversos estados brasileiros, capitais e regiões metropolitanas, totalizando 142 municípios. Além dos resultados apontarem um aumento¹⁵ no nível de preocupação com a chamada violência doméstica em quase todas as regiões do Brasil, com exceção das regiões norte e centro-oeste que, de acordo com dados anteriores, já têm o

¹² Os grifos são nossos.

¹³ Ver link: Dados e Pesquisas do Portal Violência contra a mulher que relaciona dados nacionais e mundiais sobre o tema.

¹⁴ Três meses após essa pesquisa o Congresso Nacional decreta e o Presidente da República sanciona a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006.

¹⁵ Em setembro de 2004 foi realizada também pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Ibope, uma pesquisa de opinião, na qual, a partir de uma lista de problemas, homens e mulheres reconheceram a violência contra a mulher tanto dentro, como fora de casa, como sendo o problema que mais preocupava a brasileira na atualidade. Disponível em: <<http://www.patriciagalvao.org.br>>. Acesso em 09 maio 2008.

patamar mais alto (62%), demonstraram também, que a sociedade não percebia com clareza a efetiva aplicação da lei nos casos de violência contra a mulher por todos os agentes que têm a responsabilidade de fazê-lo, gerando, dessa forma, uma percepção de impunidade e de ineficácia dos sistemas policial e judiciário. Nota-se que na ocasião em que esses dados foram colhidos a Lei Maria da Penha ainda não havia sido sancionada.

Ainda em relação às pesquisas de informação, o interesse dos institutos pela opinião da população brasileira com relação à violência só ocorreu no final da década de 80. Segundo artigo da socióloga Bárbara Soares¹⁶ [2006 ou 2007], a primeira pesquisa com dados sobre vitimização em âmbito nacional, foi realizada pelo IBGE em 1988 e, durante muito tempo, foi a única referência disponível para os estudiosos da violência juntamente com dados de mortalidade do Sistema de Saúde. De acordo com a autora, esta pesquisa além de ter como alvo os delitos que vitimavam a população, trouxe alguma informação sobre violência interpessoal e permitiu a observação de certos aspectos da violência contra a mulher. Esta pesquisa revelou que 63% das vítimas de violência no espaço doméstico eram mulheres e, em mais de 70% dos casos, o agressor era o próprio marido ou companheiro. Soares observa que a divulgação desses dados foi importante, naquele momento, para descortinar uma outra dimensão da violência, além de desmistificar a imagem da família, como um refúgio de paz e harmonia. (Ibidem). Apesar disso, segundo a autora, a pesquisa possuiu caráter genérico e não teve como proposta distinguir os tipos de agressão que ocorriam na intimidade.

Novos dados nacionais consistentes de pesquisa a respeito da vitimização feminina dentro e fora do ambiente familiar só foram fornecidos no ano de 2001, portanto, treze anos mais tarde, quando a Fundação Perseu Abramo realizou a pesquisa “A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados”. No entanto, Soares ressaltou que essa pesquisa permitiu apenas uma perspectiva da violência doméstica, pois somente vítimas femininas foram entrevistadas. (Ibidem).

Depois dessa pesquisa, de acordo com dados do artigo da autora, foram realizadas apenas mais três pesquisas de caráter nacional: Duas também restritas à violência contra mulheres e, a terceira, da mesma forma que a do IBGE, abrangeu os dois sexos, mas não apontou os níveis e tipos da violência interpessoal.

Para a socióloga:

¹⁶ **A Violência Doméstica e as Pesquisas de Vitimização** – Bárbara Musumeci Soares- Artigo publicado no *site* do IBGE. Disponível em: <<http://www.patriciagalvao.org.br>>. [2006 ou 2007], Acesso em 09 maio 2008.

Não há até o presente momento, uma pesquisa brasileira, que contenha informações consistentes sobre os padrões, a magnitude, as conexões e os impactos das violências que estão submetidos, tanto homens quanto mulheres, em diferentes contextos. (SOARES, [2006 ou 2007]. Não paginado)

Soares alerta ainda para o cuidado com que os resultados das pesquisas de informação devem ser observados, uma vez que estes contribuem para subsidiar projetos legislativos e políticas públicas além de equalizar as percepções sociais sobre o fenômeno da violência doméstica. Neste sentido ela tece críticas sobre a fragmentação das abordagens devido à descontextualização dos dados, restrição de foco que não leva em conta as especificidades da violência doméstica e a mistura de categorias analíticas que concorrem para sustentar mitos e estereótipos, impedindo, segundo ela, a apreensão sistêmica dos fenômenos e para a manutenção de lacunas no tema.

Outro aspecto importante é aquele relativo à ineficácia das pesquisas que focam somente a vitimização de mulheres. De acordo com a autora, tais pesquisas, abordam apenas, por um lado, um tipo de violência que é fundamentalmente relacional. (Ibidem). A socióloga reitera a importância de se aferir também as situações em que homens são agredidos, como também, as condições em que as mulheres são violentadas fora do ambiente familiar.(Ibidem)

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão do governo federal, criado em 2003 para o desenvolvimento de uma Política Nacional cujo principal objetivo é “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral do fenômeno” (FREIRE, 2007, p.8) constatou, finalmente, que “apesar da violência contra as mulheres ser uma realidade para milhões de brasileiras, são poucos os estudos que apontam para a gravidade da situação” (Ibidem, p.21). Esta Secretaria objetiva construir um Sistema Nacional de Informações sobre a Violência contra as Mulheres a fim de constituir “um banco de dados e informações estatísticas para subsidiar a formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas para enfrentamento da violência doméstica contra a mulher”. (Ibidem, p.22)

Apesar do país, através da SPM, constatar que ainda há insipiência de dados nacionais sobre o fenômeno da violência doméstica contra a mulher, ocasionalmente, algum nível de informação é veiculado sobre o tema. A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, serviço criado pela SPM em 2005, que objetiva atender e orientar mulheres em situação de violência e que vem sendo considerado, pela própria Secretaria, como um importante

instrumento para coleta de informações, realizou no mês de julho de 2007 uma análise das ligações recebidas que totalizaram 20.385 registros dos quais foi possível extrair os seguintes dados:¹⁷

- 94% dos registros eram relacionados à violência doméstica e familiar;
- 73% dos registros de denúncias foram causados por violência praticada pelo cônjuge;
- 80% das vítimas de violência relataram ter filhos;
- 59% dos registros de denúncias informaram que a frequência com que a violência ocorre é diária;
- 57% dos registros informaram que os agressores utilizam entorpecentes;
- 70% das mulheres que registraram o relato de violência alegaram estar correndo risco de espancamento ou morte.

No estado do Rio de Janeiro os dados estatísticos sobre violência doméstica vêm sendo divulgados, desde 2005, pelo Instituto de Segurança Pública através de uma análise iniciada a partir do ano de 2004 e compilada em uma publicação anual chamada “Dossiê Mulher”. Os dados representam uma consolidação dos registros de ocorrências das delegacias policiais e delegacias especiais de atendimento à mulher e têm procurado acompanhar as políticas públicas que vêm surgindo nesta área e seus desdobramentos legais, principalmente àqueles advindos da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha.

Em junho de 2006, o Rio de Janeiro publicou uma lei estadual, a 4.785, assegurando a divulgação de estatísticas sobre a violência contra a mulher, sendo esta ação, mais um comprometimento e responsabilidade do poder público com este tema, que provavelmente, advém dos efeitos do “Caso Maria da Penha”. De acordo com a socióloga Andréia Soares Pinto (2008), gerente de pesquisa do Instituto de Segurança Pública, os estudos sobre os registros policiais ocorridos no Rio de Janeiro que dão origem ao Dossiê Mulher não se limitam a uma análise quantitativa das vítimas, pois procuram correlacionar os dados qualitativamente com os meandros legais, como ocorreu com a especificação dos delitos “Ameaça” e “Lesão Corporal dolosa” que receberam a especificação “provenientes de violência doméstica”, em conformidade com o detalhamento que a Lei 11.340/06 requer. ”O que era intitulado como um delito comum a ambos os sexos, passa agora a compor um

¹⁷ Fonte: **Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – Balanço de ações 2006 – 2007** : Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Brasília, 2007.

universo mais restrito, em que as mulheres são as principais vítimas” (DUARTE & PINTO, 2008, p.4)

Com relação a esses delitos, especificamente, foram levantados e publicados os seguintes dados em 2008¹⁸:

Lesão Corporal Dolosa - O ano de 2007 registrou 73.908 vítimas de lesão corporal dolosa no estado do Rio de Janeiro. Desse total 37,4% dos casos foram por violência doméstica, somando 27.665 registros, dos quais 87,6% do total era de mulheres, ou seja 19.620 atingidas. Considerando somente esse universo, o das mulheres vítimas de lesão corporal por violência doméstica, observou-se um crescente registro de mais de 124,9% entre os anos de 2006 e 2007. Isso, segundo análise constante no Dossiê Mulher, se deve a um crescimento maior no uso da tipificação de violência doméstica, para registro desses casos, o que vem ocorrendo desde o ano de 2005.

- Ameaça: Essa tipificação de registro, a partir de 2007, recebeu no registro de ocorrência a especificação “por violência doméstica”, seguindo os termos da lei 11.340/06, em que ameaça é entendida:

“Como uma forma de violência psicológica, como uma conduta que tente causar dano emocional, diminuição da auto-estima, prejuízo e perturbação do pleno desenvolvimento, ou que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões de um indivíduo.

A ameaça é considerada, em muitos casos de violência contra a mulher, como a primeira forma de agressão, podendo ser sucedida pela agressão física.

Sendo assim, o delito ameaça, torna-se um importante instrumento de medida para analisar a atitude por parte das vítimas em buscar ajuda antes que as ameaças sofridas tornem-se violências físicas.” (DUARTE & PINTO, 2008, p. 7)

Considerando somente o universo de mulheres vítimas de ameaça, o Dossiê Mulher relatou ocorrência de 39.038 casos. Observa-se que 38,6% destas, portanto, 15.083 mulheres, sofreram violência familiar ou doméstica.

¹⁸ **Dossiê Mulher** – Duarte, Mario Sergio de B. e Pinto, Andréia Soares. Arquivo disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Rio de Janeiro: ISP, 2008. Acesso em 01 jul. 2008.

Selecionando apenas o universo de vítimas de ameaça proveniente de violência familiar ou doméstica em 2007, nota-se que, das 16.203 vítimas registradas, 93% eram do sexo feminino.

Os dados nacionais, substancialmente, não diferem tanto dos dados internacionais. Em 25 fev de 2008, o jornal “*Folha on line*” divulgou a campanha da ONU para erradicação da violência contra a mulher sendo esta uma meta vinculada aos objetivos de desenvolvimento do milênio. Segundo dados da Organização, uma em cada três mulheres no mundo será vítima de abusos em algum momento de sua vida.

Segundo a Anistia Internacional, na União Européia morrem 600 mulheres por ano em decorrência da violência. Na França, conforme dados do mesmo relatório, 67% dos homens que agredem suas mulheres têm curso superior completo. (VEJA *ON LINE* , 15 mar 2006).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. A violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 e 44 anos no mundo todo. (OMS, INFORME MUNDIAL SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE)¹⁹

Estudos com amostra nacionais dos Estados Unidos e Canadá, revelam que 28% e 25% das mulheres, respectivamente vivenciaram a violência doméstica. Em cidades dos Estados Unidos, uma entre cada seis mulheres grávidas vivenciou violência doméstica durante a gestação. De 10% a 14% de todas as mulheres norte-americanas declararam que os maridos as forçam a fazer sexo contra a vontade. (MORGADO, 2008, p. 313)

Os dados mundiais sobre violência doméstica baseados em vários estudos debatidos por Heise Pintaguy e Germain (1994) e divulgados por diversos autores destacam a figura da mulher agredida por seu parceiro íntimo como a principal forma endêmica da relação violência e mulheres. (GOMES, 2003, p.200-201)

Pesquisas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e do FBI indicam que, por ano, cerca de 1 milhão de mulheres e 143 mil homens americanos vivenciam violência perpetrada pelo parceiro ou ex-parceiro. (SOARES, 1999). Entre os dados consultados este foi o único levantamento que indicou a ocorrência da violência doméstica atingindo também os

¹⁹ Disponível em : < <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/pr73/es/index.html>>. Acesso em 28 maio 2008.

homens, ainda que a diferença entre os índices confirme a expressividade do potencial ofensivo do fenômeno sobre as mulheres como foi apontado nas pesquisas anteriores.

- **O aparecimento da violência doméstica no contexto acadêmico**

Com relação às pesquisas acadêmicas referentes à situação das mulheres em vivência da violência doméstica, observa-se que estamos diante de um novo objeto de pesquisa e de intervenção. A produção acadêmica em torno do tema é recente. O assunto só começou a ser explorado na pauta de debates do Brasil entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Tais debates surgiram a partir dos movimentos feministas, foram intensificados pelos processos de abertura democrática e através dos movimentos em prol dos direitos das mulheres e demais grupos excluídos. Na década de 90, segundo estudos de Cruz *et al* (2003), houve um incremento da produção acadêmica de trabalhos ligados ao tema. De acordo com os autores (CRUZ *et al*, 2003, p. 61), que levantaram as publicações ocorridas no campo da saúde na última década do século XX, em todo o Brasil, foram realizados 32 trabalhos; oito na primeira metade e vinte e quatro na segunda metade da década de 90.

Segundo os autores, o levantamento demonstrou que a produção científica sobre o tema da “violência contra a mulher” obteve uma diversificação de abordagens, porém, o quantitativo de trabalhos, ainda se mostrava rudimentar até metade da década. A seguir um resumo dos temas levantados no estudo em foco. (Ibidem, p. 61- 62).

²⁰Resumo dos temas: 1. Artigos que tratam da dimensão histórica da submissão feminina do ponto de vista do direito, da justiça e da saúde pública; A tradição dualista em relação a corpo e mente, homem e mulher e construção social da identidade de gênero e de sexualidade. Fundamentação teórica: Teorias feministas de relações de gênero. 2. Artigos que analisam dados empíricos e retomam constatação sobre dominação masculina, principalmente nas relações conjugais. Questões de gênero no âmbito do trabalho; violência sexual feminina na infância, preponderantemente na adolescência e 3ª idade; muitos autores ouviram as mulheres e trabalham sua ótica e suas crenças sobre submissão versus dominação, fatores predisponentes à perpetuação das agressões conjugais, como abuso de álcool, histórico anterior de exposição à ambiente violento; Alguns textos tratam especificamente de instrumentos adequados de pesquisa do tema; um autor analisa o Programa de Assistência Integrada de Saúde à Mulher (PAISM) e sua importância no setor; vários estudos sobre a temática

²⁰ Dados extraídos do artigo Tendências da Produção Científica Brasileira sobre Violência e Acidentes na Década de 90 – Cruz *et al*; In : Minayo, S. de M. C. e Souza de, R. E. – **Violência sob o Olhar da Saúde a infrapolítica da Contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 49 a 81.

da violência contra a mulher voltam-se para os serviços. Questionam a atuação dos Institutos Médico-Legais, Emergências, Delegacias Especiais da Mulher, Abrigos e ONG em relação a qualidade do atendimento e sugestão de propostas para maior eficiência e eficácia; pelo menos a quarta parte deles se refere à inclusão da perspectiva de gênero na saúde e propostas para a atuação dos profissionais. De acordo com os dados, a produção sobre violência contra as mulheres está totalmente dispersa do ponto de vista institucional, sendo estas as principais concentrações sequencialmente por quantidade de produção: Faculdade de Psicologia da Unicamp, Faculdade de Saúde Pública da USP, no Claves da Fiocruz, no Instituto de Psiquiatria da UFRJ, na Escola de Enfermagem Ana Nery também da UFRJ, nas Faculdades de Medicina de Belo Horizonte e Recife. Espaços que apresentam produções únicas: ISC/UFBA, Medicina Preventiva da USP e da Unifesp, Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC, Escola de Saúde Pública de Porto Alegre e Escola de Medicina do Pará.

A busca pelas possibilidades de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica neste campo ainda em formação na sua dimensão acadêmica, mas, complexo, e intrincado no plano das práticas, conduziu o interesse dessa pesquisadora pelo assunto como objeto de estudo.

Implicações e Problematizações

Partindo do movimento incessante da vida que intensifica a constituição da subjetividade, chegamos ao conceito de implicação; o que somos e como somos forjados, o que escolhemos e como somos escolhidos, o que fazemos e como somos levados ao fazer. Essa ação incessante dimensiona as práticas nos diversos âmbitos da existência e traduz um engajamento que é ao mesmo tempo pessoal e coletivo.

O espaço-tempo em que nos situamos e a nossa implicação tanto neste tempo como nos projetos do coletivo incidem também sobre esta dialética. René Barbier (1977) nomeia este aspecto da implicação como histórico-existencial. De acordo com o sociólogo, enquanto seres sociais estamos sempre relacionados e em relação com a nossa práxis. O tempo, o local, a cultura em que vivemos e que ajudamos a produzir, o ethos e o habitus de nossa classe social de origem, a nossa história familiar, o modo e a maneira de nossa existência, os nossos projetos, inclusive o de pesquisador, “partem da história, passam pela história e voltam à história em seu vasto movimento de totalização dialética.” (BARBIER, 1977, p. 116).

Esta perspectiva histórica que atravessa a existência também transversaliza o nosso olhar para os acontecimentos que se dão em meio ao que fazemos e ao que engendramos, permitindo uma compreensão crítica e dinâmica de nossas atividades e das configurações que a elas estão referidas.

O interesse pela saúde pública como campo de exercício profissional originou-se na graduação em Psicologia. A área despertava atenção pela convergência de abordagens das ciências sociais e humanas, potencializadoras da vida. A confluência das abordagens sócio-culturais na saúde permite a expressão das formas da sociedade pensar e agir frente aos modos de vida da população e ratifica a implicação dos atores sociais com a manutenção da vida na sua intensidade e multiplicidade de possibilidades.

A caminhada profissional nos conduziu ao território da saúde pública. Integrando, a princípio, uma equipe de mais quatro psicólogos iniciamos a prática profissional nesta área em uma unidade de saúde, recém inaugurada,²¹ na rede estadual do Rio de Janeiro.

Após um período de tempo necessário ao conhecimento do hospital e diagnóstico das necessidades, percebemos a importância do então Serviço de Psicologia definir sua proposta de intervenção identificando suas áreas de demanda, pois, reconhecíamos que a Psicologia, enquanto categoria profissional, ocupava uma página muito recente da história da instituição hospitalar.

A história do aparecimento da instituição hospitalar como equipamento de saúde funda e atravessa as práticas que são realizadas no seu interior, de tal forma, que é oportuno discorrermos um pouco sobre ela, inclusive, para contextualizar em que cenário a Psicologia se insere como prática profissional no campo do atendimento hospitalar.

Historicamente, em um primeiro momento, o hospital era uma instituição de assistência aos pobres e de recolhimento aos lazzaretos, loucos, prostitutas e desvalidos. Encerrava em seu meio as “desordens”. Podia ser tanto um morredouro, como analisa Michel Foucault (1979), quanto também, uma hospedaria para os necessitados, ou um esconderijo para criminosos. Neste meio não havia a presença de profissionais comprometidos com o

²¹ Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, inaugurado em dezembro de 1998 na cidade de Duque de Caxias. Esta pesquisadora iniciou sua atividade profissional na unidade em setembro de 1999, onde encontra-se até os dias atuais.

tratamento ou com a saúde dos recolhidos. Havia apenas caridosos ou religiosos a espera da salvação eterna.

O surgimento do Hospital como equipamento de saúde teve sua origem no final do século XVIII. Esta instituição seria fundamental para o objetivo político desta época. Queria-se uma reorganização e um controle dos espaços e dos corpos, fato que foi realizado nas escolas, no exército com o fim de aumentar o efeito útil do trabalho, gerindo o comportamento de seres humanos. Aliado a este fato, nesta época, o saber e as práticas médicas começaram a se transformar, fornecendo explicações para o surgimento das doenças com foco naquilo que circunda o ser humano.

Constituía-se, naquele tempo, uma medicina do meio, que proclamava a necessidade de higienização da água do ar, da alimentação. A disciplinarização dos espaços, incluindo o hospitalar e o deslocamento da intervenção médica para este local está na origem do hospital médico, que, além de transformar o meio no qual os doentes eram colocados, organizaria o mundo confuso do doente e da doença.

Nessas ações residem as técnicas de intervenção sobre o meio e a compreensão de suas características. Aboliu-se o hospital como forma de exclusão transformando-se o espaço hospitalar, em sua função e em seus efeitos. O hospital passou a se constituir como um instrumento terapêutico, em que a responsabilidade pela organização estaria a cargo do médico.

Este controle organizacional levou à construção da tecnologia hospitalar. Além de um lugar de cura passou a ser também um local de saber e, portanto, de formação, pois produzia conhecimento sobre o indivíduo e sobre a população.

Durante o século XIX esta medicina do indivíduo e da população foi redistribuída tendo a ação médica como principal articuladora e voltada para a higiene e controle das epidemias além da cura de doenças.

O século XX marcou o apogeu do aparato tecnológico de cura e tratamento com a invenção e aprimoramento dos fármacos e aparelhos para diagnósticos. Uma outra transformação iria marcar também, aqui no Brasil, a história do desenvolvimento do hospital. No ano de 1990 foi sancionada a Lei n. 8 080, conhecida como SUS, que dispunha

“sobre a organização e funcionamento dos serviços de saúde e sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde.”²²

Essa lei, possivelmente inspirada na Declaração dos Direitos Humanos no que concerne aos direitos sociais da pessoa humana e advinda da Constituição de 1988²³, recém-promulgada, proclama nas suas disposições gerais, que a saúde é um direito fundamental do ser humano e reconhece o dever do estado de prover condições ao pleno exercício deste direito. Reconhece uma série de fatores como determinantes da saúde, desde o lazer, passando pelo trabalho, até o acesso a bens e serviços e declarando o compromisso da Nação com políticas públicas de saúde e integralidade da assistência.

A lei trazia em seu bojo perspectivas inéditas para o cenário hospitalar, principalmente a mudança do foco de intervenção, que no lugar da doença prioriza a saúde e “ações para garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.” (BRASIL, Lei 8080 de 19/09/90, art. 3, parágrafo único).

A partir da perspectiva da integralidade da assistência e da promoção de saúde trazida pela Lei, o hospital abre-se para a inserção, agora legítima, de profissionais representantes de saberes não médicos, que até então, ficavam a margem de um território hegemonicamente médico-curativo.

Apesar da lei, os hospitais que vinham funcionando pelo menos a dois séculos de forma curativa, não mudariam automaticamente os seus paradigmas. Para os serviços recém inseridos, construir suas propostas de intervenção pelo viés do Sistema Único de Saúde, possibilitava o fortalecimento e engajamento de suas práticas.

Foi o que aconteceu na unidade hospitalar onde esta pesquisadora iniciava suas práticas. Neste hospital, que era uma unidade de emergência, recém-inaugurada, ainda não havia formalmente nas rotinas da assistência, programas de atendimento para além da abordagem curativa e emergencial tradicionalmente aplicadas aos casos de doenças degenerativas, infectocontagiosas, traumas e lesões. A função do psicólogo vinha se definindo como “um estabilizador, um apaziguador de ânimos,” para que o indivíduo pudesse ser submetido pacientemente ao tratamento prescrito, sem questionamentos, revelias ou

²² Lei 8080, de 19 de setembro de 1990 -, Presidência da República, Brasil.

²³ “Art.6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição”- Constituição da República Federativa do Brasil, publicada no DOU de 05.10.1988. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei_8080.pdf>. Acesso em 04. mai. 2008.

insubmissões. Dizíamos, naquela época, que “éramos chamados para apagar incêndios”. Tal contexto, suscitou nos profissionais de Psicologia desta unidade o interesse por redimensionar suas práticas em conformidade com os preceitos do Sistema Único de Saúde, ou seja, com o entendimento de saúde como uma condição integral, alcançada a partir de ações de promoção e de proteção dessa condição.(BRASIL, Lei 8080, 19/09/90).

No sentido da construção de uma prática em consonância com a perspectiva da promoção de saúde, foram se erigindo focos e demandas de trabalho, identificados pelos psicólogos a partir da inserção e implicação destes, de forma ativa e reflexiva, nas rotinas do atendimento hospitalar. No ano de 2002, uma das psicólogas da equipe resolveu analisar os boletins de atendimento do setor de Emergência, a fim de melhor conhecer a demanda hospitalar. Durante essa atividade, houve a identificação da repetição freqüente de “motivos de consulta”, durante a madrugada, referentes a mulheres que chegavam ao atendimento apresentando hematomas e contusões, e que, após medicadas, recebiam alta hospitalar. Através de um exame mais detido sobre o registro desses casos junto às equipes do atendimento 24 horas, foi possível apontá-los como atos de agressão e violência às mulheres.

Ao refletirmos sobre essa demanda percebemos um núcleo de abordagem não atendido pelo psicólogo em função, tanto do fato, desse profissional não atuar no período noturno, como também, da especificidade do olhar sobre esses atendimentos. Essas constatações sinalizaram a necessidade de sensibilizar as equipes de saúde para o acolhimento e tratamento integral às pessoas atendidas. Em relação a esses casos, as queixas não vinham sendo tratadas como concernentes às demandas da esfera da Saúde: via de regra, estavam minimizadas e naturalizadas, como “brigas de marido e mulher.”

Por outro lado, era comum na rotina diária do hospital a solicitação pelos profissionais da porta de entrada²⁴, ao Serviço de Psicologia, para atendimento aos casos de mulheres que apresentavam “crises nervosas” ou sofrimentos psíquicos, decorrentes de conflitos no relacionamento com seu cônjuge, companheiro ou namorado e que, procuravam o hospital, para atendimento à sobrecarga emocional relativas a essas situações. Ocorriam também, solicitações de parecer à equipe e de acompanhamento ou orientação para os casos de estupro ou abuso sexual, com ou sem demanda de internação. Como vemos, existia para a equipe de saúde uma concepção a priori de tipificação de situações relativas às mulheres passíveis de receber atendimento específico no contexto hospitalar.

²⁴ Médicos e Assistentes sociais que faziam a triagem inicial dos casos passíveis de atendimento na Emergência do Hospital.

A partir da configuração desses casos, que apontava para situações em que as mulheres da região vivenciavam violência doméstica,²⁵ e para a necessidade da unidade se instrumentalizar para o atendimento a essas demandas, foi iniciada a organização de uma proposta de atendimento que pudesse contar com a elaboração de um protocolo de detecção, intervenção e acompanhamento às mulheres e familiares implicados nas ocorrências de violência, como por exemplo, os filhos.

Apesar das pautas de políticas públicas lançadas em âmbito nacional²⁶, o cotidiano da prática hospitalar ainda se mantinha alinhada a uma abordagem curativa em detrimento da demanda de intervenção psicossocial subjacente às lesões e desordens orgânicas. Esses aspectos contribuíram para a formação de um grupo de trabalho²⁷ composto por psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras e ginecologistas, que tinha como expectativa a implementação de um serviço de pronto-atendimento capaz de contribuir com a constituição de um equipamento organizado, de reflexão e de referência, na atenção às questões do âmbito da saúde em torno do tema das mulheres em situação de violência doméstica.

Ao grupo de trabalho, de base interdisciplinar, somaram-se representantes de entidades atentas às questões da mulher e da violência, tais como, núcleos sindicais e Organizações Não-Governamentais²⁸. As reflexões em torno do tema da violência, a escuta e intervenção junto às mulheres e suas histórias de sofrimento, impotência e ciclos de re-exposição à temática da violência e a busca por constituir um dispositivo que pudesse atender, no espaço emergencial, às necessidades daquela clientela produziram questionamentos importantes para o trabalho em curso. Essas questões corroboraram com a percepção de que a área do atendimento às repercussões da violência doméstica necessitava ser continuamente interrogada.

Em meio ao funcionamento do contexto de atendimento, das práticas que vinham sendo produzidas e das múltiplas demandas expressas na rotina de acompanhamento dos casos, tornou-se necessário o encaminhamento das mulheres atendidas para outros centros de referência. Esse encaminhamento, tinha como objetivo, propiciar continuidade no suporte

²⁵ Segundo os dados do Instituto de Segurança Pública relativos ao ano de 2007, o município de Duque de Caxias, onde se localiza o Hospital em foco, alcançou o 1º lugar do estado do Rio de Janeiro em registros de ocorrência policial de casos de mulheres com lesão corporal dolosa por violência doméstica.

²⁶ Em 2001, por exemplo, o Ministério da Saúde publicou a portaria n.º 737/GM de 16 de maio de 2001 que tinha por meta uma política nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes e violência.

²⁷ A psicóloga Edicléa Mascarenhas de Moraes foi uma das principais articuladoras desse trabalho e incansável na tarefa de mobilização desse grupo e na coordenação da proposta.

²⁸ Assistentes sociais da Organização Não Governamental “CD – Vida”, localizada em Duque de Caxias, participaram desse trabalho.

psicológico e atendimento à diversidade de necessidades apresentadas pelas mulheres que escapavam ao âmbito das possibilidades de acolhimento em uma unidade emergencial.

O momento do encaminhamento era uma das etapas mais complexas e intrigantes da abordagem. Nessa fase, contávamos com pouquíssimas referências²⁹ para a construção da necessária rede de apoio, isto é, das instituições que possibilitariam as transformações no plano social. Buscávamos ativamente os suportes sociais e não os encontrávamos. Nesse momento, o dinamismo do processo se esvaía, interrompendo o fluxo e o *continuum* do movimento. Interrogávamo-nos sobre a constituição no extrato social das linhas de flexibilização; aquelas que iriam fomentar a fluidez dos processos.

A pesquisa se origina dessas questões, indo a campo em busca de usuárias dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, com a finalidade de avaliar, através do discurso das mesmas, a forma como se deu a passagem pelas instâncias de atendimento e o tipo de impacto que esses serviços proporcionou à vida dessas pessoas.

Esperamos que a proposta contribua para a formação e aprimoramento da atenção no âmbito da saúde coletiva e da saúde mental, com vistas às necessidades daqueles que vivem o risco psicossocial advindo da violência doméstica. O encaminhamento das questões de pesquisa também pode contribuir para a implementação do arcabouço prático-teórico dos profissionais que transitam neste campo re-orientando suas abordagens.

Fundamentação Teórica

Definição de Termo

Esse estudo se constrói em um campo de interfaces, de múltiplas dimensões, de complexidade. Em decorrência dessa caracterização, faz-se necessário esclarecer a adoção de uma terminologia a qual recorreremos ao longo das reflexões sobre as questões de pesquisa, cujo emprego, encerra, didaticamente, a tentativa de integrar dimensões que no plano da vida nunca estiveram separadas.

Ao longo dos capítulos, nos remeteremos ao termo **psicossocial** para fazer alusão ao duplo aspecto da singularidade do humano e da pluralidade de suas dimensões psíquica e social, *uno e duo* em interação simultânea. Ao mesmo tempo, o termo também colhe e

²⁹ Em Caxias tínhamos como referência a ONG CD-VIDA, citada anteriormente. No município do Rio de Janeiro a referência da equipe era o SOS-Mulher que funciona até os dias atuais no Hospital Estadual Pedro II, localizado no bairro de Santa Cruz.

interconecta outras dimensões, como o corpo, a cultura, a história, a subjetividade, que estarão atravessando o fenômeno para o qual o presente estudo se volta.

A Teoria de Base

Utilizar uma teoria em um campo disperso como é aquele que envolve as mulheres em situação de violência doméstica é uma tarefa árdua, exigindo um amplo e ao mesmo tempo, específico refinamento conceitual. Para adentrar no campo e percorrer esse território foi necessário reunir alguns referenciais de base.

Inicialmente, foi necessário ratificar a complexidade do fenômeno e se propor a captá-lo a luz dos estudos da complexidade. “A noção de complexidade e de sistema complexos de fenômenos e saberes é reivindicada por teóricos como Edgard Morin (1990/1991)³⁰ como resposta aos desafios no campo das ciências em geral”. (MORIN, 1990/1991 *apud* VASCONCELOS, 2002, p. 33)

Os temas da violência em geral e da violência conjugal, em particular, encontram-se atrelados às diversas dimensões da subjetividade humana, estando, por isso, inseridos no contexto dos fenômenos complexos. De acordo com o pensamento de Morin, apresentado por Vasconcelos (2002), “a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade, com traços inquietantes da confusão, do inextrincável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza” (VASCONCELOS, 2002, p. 62).

A noção de complexidade rompe com as concepções que tinham como referencial um sistema único e estável de tempo e espaço para lidar com fenômenos macrouniversais (Ibidem, p.32). Paradigmas que nos fazem refletir sobre a incerteza, sobre dinamismos instáveis, sobre temas como o caos, a não linearidade dos processos e sobre rupturas, nos auxiliam a pensar o inexorável que comporta o tema das mulheres em situação de violência doméstica.

Essa conjuntura de fenômenos e de relação com o tempo, o espaço e o movimento introduziu a perspectiva das práticas inter e transdisciplinares, “capazes de fazer dialogar e produzir trocas entre os diversos campo de saberes”.(Ibidem, p.33). Tal perspectiva, também estará na base das reflexões deste estudo, abarcando as inter-relações entre aspectos da vida subjetiva, social, cultural, histórica, biológica e ambiental bem como, no diálogo que se

³⁰ Introdução ao Pensamento Complexo – Lisboa, Instituto Piaget, 1990/1991.

estabelece entre as várias disciplinas que se articulam no contexto do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

O outro referencial que constitui a base deste estudo é a filosofia. Utilizamos a filosofia na sua potência artística de criação dos conceitos. Criar conceitos sempre novos é o objeto da filosofia, e esta operação é sempre uma singularidade (DELEUZE & GUATTARI, 1997). Um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja conceitos precedentes. Sobre ele diversos outros conceitos se põem, atravessam e coexistem. “Os conceitos vão, pois, ao infinito.” (Ibidem, p. 31)

O conceito também goza da multiplicidade e da heterogeneidade que perpassam os referenciais desse estudo. “Ele é ao mesmo tempo absoluto e relativo. Um ato de pensamento, operando em velocidade infinita. Não tem coordenadas espaço-temporais, mas apenas ordenadas intensivas”. (Ibidem, p. 33)

Para compor o referencial conceitual utilizaremos a filosofia política de Hannah Arendt e a filosofia que transversaliza a história e a existência, desenvolvida por Michel Foucault.

Hannah Arendt, filósofa política alemã, é reconhecida no dizer de seus apreciadores, como autora de uma das mais vigorosas reflexões sobre violência escrita entre os anos de 1968 e 1969, data em que o mundo, assim como o Brasil, vivia em um turbilhão. Através do pensamento político Arendt se ocupa das relações humanas em seu sentido coletivo. Seu pensamento é inquieto e lança luz sobre a obscuridade dos processos da vida e sobre o mundo contemporâneo. Através das reflexões da autora abordaremos temáticas tais como, vida pública e vida privada e da política como ação e possibilidade, além de temas que cercam a violência, como poder, autoridade e força.

Michel Foucault, filósofo francês e autor de um pensamento original é considerado como um dos filósofos que mais refletiu a história. Ele potencializa os momentos históricos e os contextos sócio-culturais e econômicos. Através do seu método arqueológico, Foucault nos auxiliará a pensar os saberes constituídos em torno do fenômeno da violência e as práticas discursivas em relação a este tema e ao campo do atendimento, ou seja, do fazer que o campo opera junto aqueles que vivenciam esta situação.

Foucault trata da temática da violência e do poder, embora esse não seja o centro de suas pesquisas. (FOUCAULT, 1995). Estudando o sujeito, Foucault chegou às relações de poder. Essa perspectiva relacional também se encontra presente na concepção que Hannah Arendt desenvolve sobre o poder. É dela o conceito de poder como “habilidade humana para agir em concerto”, ou seja, em conjunto (ARENDRT, 1994). Para a autora o poder nunca é uma

propriedade individual. Ele pertence a um grupo, enquanto este grupo estiver unido. Em Foucault, o que caracteriza o poder é o jogo de relações entre grupos e indivíduos, entre parceiros, que induzem-se e respondem-se uns aos outros. (FOUCAULT, 1995).

De acordo com as reflexões de Foucault, para compreender as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações (Ibidem). Tomaremos como objeto de análise inserido no tema de pesquisa, a oposição desenvolvida historicamente do “poder dos homens sobre as mulheres” e que gerou mais uma categoria de análise histórica: os estudos de gênero (SCOTT, 1990).³¹ Essa categoria será utilizada como objeto de reflexão, sobretudo, pela potência do aspecto relacional que ela comporta, no qual é possível apontar situações de opressão historicamente construídas e todo um movimento de luta e resistência ao instituído. Luta produtora do lugar de sujeito da história, do lugar daquele que constitui a si próprio: que transforma e possibilita a ruptura de perspectivas que cristalizam as mulheres nos papéis de vítima frágil e submissa.

Esta dissertação se desenvolverá ao longo de três capítulos e da conclusão. No primeiro capítulo abordaremos os aspectos teóricos relativos ao fenômeno da violência à luz do pensamento de Hannah Arendt e Michel Foucault. As reflexões procurarão reunir o arcabouço discursivo referente aos autores citados que orientem a abordagem das questões relativas às mulheres em situação de violência doméstica. Temas como as relações de poder, a biopolítica, as esferas pública e privada da vida e a emergência da esfera social farão parte dessas reflexões.

O segundo capítulo voltar-se-á para as considerações sobre o contexto de surgimento da demanda de atendimento psicossocial para as mulheres atingidas pela violência doméstica. Descreveremos como se organiza a abordagem a esta demanda no município do Rio de Janeiro a partir do interior de uma unidade de atendimento e da relação que esta estabelece com as demais instituições presentes no campo e com as usuárias de seus serviços.

No terceiro capítulo, o foco estará dirigido para as vivências de violência de algumas mulheres usuárias da Instituição descritas no capítulo anterior e reveladas através de suas histórias de vida dramatizadas na cena social. Inicialmente apresentaremos a metodologia utilizada nessa abordagem, em seguida, passaremos à análise do conteúdo das falas das usuárias evidenciando os aspectos que permitiram a expressão dos limites e possibilidades do atendimento institucional.

³¹ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: EDUCAÇÃO E REALIDADE. Porto Alegre: jul-dez , 1990. p. 5-22 .

Na conclusão, procuraremos interrelacionar as diversas dimensões que a pesquisa nos permitiu abordar, buscando as perspectivas para as quais elas apontam no que tange ao contexto do atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência doméstica, bem como, os pontos de imbricação relativos a esse processo.

CAPÍTULO 1

A VIOLÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político.

Hannah Arendt

1- Reflexões sobre a violência

Realizar reflexões sobre um fenômeno complexo, fragmentado e disperso como é o fenômeno da violência demanda cuidado por parte de quem se propõe a empreender esta ação. Ao longo deste trabalho por diversos momentos foi difícil transitar neste território denso, multifacetado e pluridimensional e, por vezes, tal configuração, estará refletida neste texto. A esse respeito, Minayo (2003) aponta a advertência de Chesnais (1981) de que isso ocorre porque, [...] “a própria violência é que se apresenta como um fenômeno pulverizado, atingindo a vida privada e a vida pública em todos os seus aspectos, os mais visíveis e os mais secretos.” (CHESNAIS, 1981, p.11 *apud* MINAYO, 2003, p. 25).³²

1.1 Pensamento político de Hannah Arendt

Para discorrer sobre o fenômeno da violência com o objetivo de construir a base reflexiva desse estudo e estando pautados por uma ética que prioriza o cuidado ao tratar de realidades importantes da vida, estaremos partindo do pensamento político de Hannah Arendt, considerada uma das figuras maiores do pensamento político ocidental. Sua forma inquieta de argüir a vida é tida como original, incisiva e única. (DUARTE, 1994, p. 81)³³

A definição mais precisa de filosofia política é aquela que se mostra mais abrangente. Neste sentido, ela é compreendida como campo de investigação filosófica que se ocupa das relações humanas consideradas em seu sentido coletivo.³⁴ A filosofia política tem sua origem na Antigüidade Clássica, onde se debatia sobre os limites e as possibilidades de uma sociedade justa e ideal. Esse debate foi iniciado por Platão em sua obra “A república”, porém, alcançou projeção como teorização da prática política grega, com Aristóteles e o tema do “bem comum”. Essa prática surge em Atenas através da figura do homem político, o habitante da *polis*³⁵, o homem *politikós*, que opinando e reunindo-se livremente na *ágora*³⁶, junto aos

³² CHESNAIS, J.C. Histoire de La violence en Occident de 1800 à nous jours. PARIS: Robert Laffont Editeur, 1981 *apud* MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Violência sob o olhar da saúde- a infra-política da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2003, p.25.

³³ In: Sobre a Violência. Hanna Arendt. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994; p. 81

³⁴ Verbete “Filosofia Política.” Disponível na internet <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 24 jun. 2008.

³⁵ Cidade-Estado na Grécia antiga.

³⁶ Praça pública das antigas cidades gregas.

seus pares, discute e delibera acerca das leis e das estruturas da sociedade³⁷. O espaço privilegiado de atuação do homem político seria a esfera pública da vida; o átrio, o Senado, em oposição à esfera privada dos indivíduos, representada pela casa, pelo lar e pelos negócios domésticos. Em Roma, Cícero teorizou a República como espaço das liberdades cívicas, no qual ocorre uma complementaridade entre os senadores e a plebe, tese esta que foi retomada no século XVI por Maquiavel³⁸.

De acordo com André Duarte, (1994) Arendt considerava como exercício do pensamento político, o “mover-se na lacuna entre o passado e o futuro”, ou seja, tomar os eventos e acontecimentos do presente, a experiência viva de onde o pensamento emerge.” (DUARTE, 1994, p.81). Ao examinar a lacuna do presente, Arendt constata a crise profunda do mundo contemporâneo que se traduz, no mundo intelectual no esfacelamento da tradição.(LAFER,1972).³⁹

Essa crise do mundo contemporâneo, segundo a autora, se expressa por um afrouxamento dos limites às deformações da natureza humana e por novas formas de governo e dominação, cuja perversidade não se é possível auferir.⁴⁰ Em confronto com essas transformações, os padrões morais e as categorias políticas da tradição ocidental, se mostram inadequados para possibilitar o entendimento da realidade histórica, para fornecer regras de ação e para proporcionar o surgimento de questões relevantes em meio à perplexidade que atinge o contemporâneo. (Ibidem). Nesse contexto ocorre o que Arendt chama de “esgarçamento da tradição”, ou seja, uma espécie de subversão nas relações conceituais no campo do pensamento, ocasionada por uma perda do senso comum, trazendo a falta de confiança no que nos circunda. Lafer (1972) assinala o quanto os resultados da ciência contemporânea realçaram esse movimento e aponta para a observação de Arendt de que, “a ciência parte da rejeição do senso e da linguagem comum para descobrir o que se esconde atrás dos fenômenos naturais.”(Ibidem, p.11-12).

O progresso da ciência implicou numa linguagem científica cuja formalização crescente esvaziou de sentido a nossa percepção concreta e, ademais, não só converteu, através da mediação da técnica, o nosso meio

³⁷ Apesar da importância da *polis* as mulheres e os escravos estavam excluídos desse espaço, tal como abordaremos mais adiante.

³⁸ Dados extraídos do site <<http://pt.wikipedia.org>,> na categoria Filosofia Política, Acesso em 24 jun. 2008.

³⁹ In: **Entre o passado e o futuro**. Hannah Arendt. São Paulo. Perspectiva, 2007a. p. 10.

⁴⁰ Segundo Lafer (1972, p.10), em 1963, Hannah Arendt examinou o tema da banalidade do mal no fenômeno do totalitarismo.

ambiente em objetos criados pelo homem, como também conseguiu modificar, por meios da ação humana, o desencadeamento dos próprios processos da natureza, como evidencia a fissão do átomo. (LAFER,1972, p.12; *In*: ARENDT, 2007a)

De acordo com Lafer, todas essas transformações levaram ao término das diferenças entre natureza e cultura. O ser humano no confronto com o mundo “não encontra mais com a natureza, mas se desencontra consigo mesmo, isto é, com os objetos que criou e processos que desencadeou, que funcionam, mas que não entende, porque não é capaz de explicá-los em linguagem comum”. (LAFER, 1972, p.12).

No campo do entendimento do fenômeno da violência, Arendt (2007a), aponta para Marx como um dos representantes dessa intelectualidade que no bojo das transformações da vida impostas pela contemporaneidade quebrou o elo com a tradição, afirmando “incompatibilidade entre o pensamento clássico e as condições políticas da modernidade trazidas pela Revolução Francesa e da Revolução Industrial.” (LAFER, op. cit., p. 13) . A autora (ARENDT, 2007a) faz alusão, entre outros aspectos, ao conceito clássico de Marx de que “A violência é a parteira de toda velha sociedade prenhe de uma nova, em consequência: a violência é a parteira da História” (Ibidem, p. 48) e a partir da crítica a essa afirmação, assenta a base de sua reflexão sobre o fenômeno da violência. Para ela, com essa proposição, Marx contesta a faculdade específica do ser humano, segundo os gregos, de conduzir os negócios da *polis* através da palavra. No contexto clássico, o uso da violência só seria admitido quando já se tivesse esgotado todas as possibilidades de diálogo. (Ibidem, p. 50)

A palavra permite agir frente à vida. A violência só seria aplicável, de acordo com o modo de ver dos gregos, na relação com os bárbaros, na qual imperava a coerção – e por isso é que eram bárbaros – e com os escravos, que eram forçados a trabalharem, atividade que os gregos não consideravam digna, pois não implicava no uso dialógico da palavra, da persuasão, sendo, portanto, atividades apolíticas.(Ibidem)

Apontar, como fez Marx, a violência como “a parteira da História” significa, segundo análise de Arendt (2007a), que “as forças ocultas do desenvolvimento e da produtividade humana, na medida que dependem da ação humana livre e consciente, somente vem à luz através de guerras e revoluções” (2007a, p.49). Para ela essa proposição não deve ser compreendida em si e por si mesma, pois só adquiriu significado ao contradizer uma verdade tradicionalmente aceita e cuja plausibilidade estivera, até o fim da era moderna, fora de dúvida:

A violência é tradicionalmente, *a ultima ratio* nas relações entre nações e, das ações domésticas, a mais vergonhosa, sendo considerada sempre a característica saliente da tirania. (As poucas tentativas de salvar a violência do opróbrio, principalmente por parte de Maquiavel e de Hobbes, são de grande relevância para o problema do poder e extremamente esclarecedoras para a antiga confusão de poder com violência, mas exerceram influência notavelmente diminuta sobre a tradição de pensamento político anterior à nossa época). Para Marx, pelo contrário, a violência, ou antes, a posse de meios de violência, é o elemento constituinte de todas as formas de governo; o Estado é o instrumento da classe dominante por meio do qual ela oprime e explora, e toda a esfera da ação política é caracterizada pelo uso da violência. (ARENDR, 2007a, p.49)

Para Arendt, a violência, apesar de relacionada a um contato entre os seres humanos estabelece essa interação de forma negativa, muda, coercitiva e glorificá-la, como fez Marx, em um movimento dialético que precisa do negativo ou do mal para produzir o positivo ou o bem “contém a mais específica negação do logos, ou seja do discurso, a forma de relacionamento que lhe é diametralmente oposta e, tradicionalmente, a mais humana.” (ARENDR, 2007a , p.50).

Essa negação do logos, contida na proposição de Marx, avalia Arendt, não foi, contudo, um ato deliberado, de sua própria escolha. Foi como um grito no escuro, como um trovão frente ao silêncio da tradição. (Ibidem, p.55). As distorções da tradição que ocorreram no século XIX, foram provocadas por homens que perceberam o seu “mundo invadido por problemas e perplexidades novas com os quais nossa tradição de pensamento era incapaz de lidar”. (Ibidem, p. 54).

O esgarçamento da tradição é explicado pela impossibilidade de compreensão das transformações da vida a partir do quadro de referências vigente, e para Arendt, é nesse aspecto que repousa a grandeza de Marx e dos demais rebeldes do século XIX.⁴¹ A inversão consciente na hierarquia conceitual, determinou o fim da tradição a partir de proposições transgressoras, porém, de acordo com a autora, isso não significa necessariamente que os conceitos tradicionais tenham perdido seu poder sobre as mentes dos homens. Arendt assevera que, pelo contrário, às vezes, à medida que a tradição perde sua força viva e distancia a memória de seu início pode fazer surgir toda sua força, pois nesse momento, os

⁴¹ De acordo com Arendt, Kierkegaard, Marx e Nietzsche, precedidos por Hegel, são os questionadores da tradicional hierarquia conceitual que dominara a filosofia Ocidental desde Platão. “Foram eles os primeiros a ousar pensar sem a orientação de nenhuma autoridade”. Ainda que mesmo assim estivessem influenciados pelo quadro de referência categórico da grande tradição. **Entre o passado e o futuro** – Hannah Arendt. 6ªed, São Paulo: Perspectiva. 2007a. p. 55-56.

homens não se rebelam mais contra ela. Neste sentido, há, novamente, a possibilidade de olhar para o passado “com os olhos desobstruídos de toda a tradição”, no dizer de Arendt, “com uma visada direta.” [...] (ARENDR, 2007a, p. 56)

Como aponta André Duarte (1994), a teoria política de Hannah Arendt traz em si uma dupla abordagem; “tanto dos acontecimentos políticos particulares em seu caráter fenomênico quanto das experiências originárias a partir das quais foram forjados os conceitos políticos que utilizamos hoje.”[...] (DUARTE, 1994, p.82). Ele sinaliza, que ao investigar a origem de conceitos básicos da política, tal como em relação à proposição de Marx sobre a violência, Arendt busca o cerne dos primeiros significados do conceito, mesmo que este tenha passado por modificações, pois de acordo com a autora, “a *polis* grega continuará a existir na base de nossa experiência política enquanto usarmos a palavra “política.” (ARENDR, 1994 *apud* DUARTE, 1994. p.83).

Segundo Duarte (1994), um dos pressupostos básicos da teoria de Arendt assinala a possibilidade de se “isolar certos “traços duráveis” da condição humana os quais perdurariam em relação a todas as transformações históricas e, portanto, forneceriam a base para o reconhecimento de certos traços também duráveis da atividade política.”(1994, p.83).

Entre os anos de 1968 e 1969, o mundo viveu experiências políticas cruciais que ecoam em nossa memória até os dias atuais, tais como:

[...] A inusitada rebelião estudantil em todo o mundo e os confrontos raciais que ela ensejou nos Estados Unidos; a glorificação da violência pelos militantes de esquerda; o aumento surpreendente do progresso tecnológico no que respeita a produção dos meios da violência; o temor de uma guerra nuclear, as lições políticas oriundas da guerra do Vietnã e dos movimentos de resistência e desobediência civil por ela engendrados; a impotência e o desgaste das democracias sob o império das máquinas burocrático-partidárias; a crescente ineficiência e brutalidade das polícias, etc.[...] (DUARTE, 1994, p. 81-82)

Neste cenário de eventos que hoje, passados quarenta anos, ainda repercutem vivos na vida e na memória da humanidade, Arendt escreveu um ensaio “Sobre a violência”, no qual ela pretendeu investigar a respeito do fenômeno da violência e suas manifestações no âmbito da política. (Ibidem, p. 82). Duarte assinala que a atualidade do texto se mantém para além do tempo de sua emergência, (Ibidem), constituindo-se, como fundamental, para a compreensão das vicissitudes do fenômeno da violência, o que corroboramos com a utilização do mesmo no estudo em curso.

A partir dos acontecimentos de 68, Hannah Arendt, através do traço agudo do seu pensamento que percorre os fatos em busca da compreensão dos sentidos e significados, constrói um arcabouço referencial que nos permite distinguir conceitos importantes implícitos na densidade do fenômeno da violência.

Os acontecimentos que ensejaram para Arendt a significativa distinção conceitual que nos permite refletir a vida “ são eventos singulares que constituem rupturas e re-surgimentos em meio a continuidades”, (DUARTE, 1994, p.83), que ela recolhe e toma como fragmentos dotados de significação. (Ibidem). É na *polis* grega que ela vai buscar os elementos para suas definições.

É comum ver e ouvir as pessoas relacionarem os termos poder e violência como se ambos fossem equivalentes no sentido e significado; ou ainda, na observação de Arendt, como se a violência fosse a mais flagrante manifestação de poder e esse fosse entendido como o domínio de seres humanos uns sobre outros a partir da efetividade do comando. Conforme aponta Lafer (1994), essa visão não é compartilhada por Hannah Arendt. Para ela o poder é inerente a qualquer comunidade política e é resultante da capacidade humana para agir em conjunto e, portanto, requer o consenso de muitos quanto ao curso da ação. (LAFER, 1994, p.8). Logo, “o poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece na medida em que o grupo permanece unido”. (ARENDR, 1994, p.36). Ao dizer que alguém está no poder, reafirmamos, segundo Arendt, que uma pessoa foi empossada, por outras tantas, para agir em seu nome. (ARENDR, 1994). Nesse sentido, poder e violência são termos opostos. A afirmação de um implica na ausência do outro. (Ibidem, p. 44). É a perda do poder que leva à violência, quando os comandos não são mais acatados, quando a opinião é desfavorável ou quando não há mais consenso (o que pode levar a uma revolução, pois a obediência civil “nada mais é do que a manifestação externa do apoio e do consentimento.” (DUARTE, op. cit., p. 90).

O poder em si não existe. Não existe como concretude, como algo que possa ser guardado ou trocado. Está baseado no apoio e no quantitativo “daqueles que conferem a ele o seu consentimento, e não nos meios de violência que dispõe.” (Ibidem, p. 88). A diminuição de poder pela falta da capacidade de agir em conjunto é um caminho para a violência.

Arendt observa que aqueles que perdem essa capacidade, sentindo-a escapar de suas mãos – sejam governantes ou governados – dificilmente resistem à tentação de substituir o poder que está desaparecendo pela violência. (LAFER, 1994, p.9)

É nesse cerne que repousa a distinção entre poder e violência. “Esta se distingue por seu caráter instrumental” (ARENDR, 1994, p.37), ou seja, é um mero instrumento destinado a obtenção de um fim *a priori*. A violência não é a essência do poder, muito pelo contrário, ela o destrói, nega-lhe as próprias condições. O aumento da violência sugere o enfraquecimento ou perda do poder. Onde um domina o outro está ausente. (Ibidem, p.44).

A violência sempre pode destruir o poder, do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder. (ARENDR, 1994, p. 42)

Arendt (1994) se surpreende com o fato de que raramente a violência é escolhida como objeto de consideração especial. Esse fato é destacado nesta pesquisa no que se refere ao tema “violência contra a mulher”. Os dados relativos a esse assunto se acham distribuídos de forma dispersa, inespecífica e por vezes ausente⁴². Retomando Arendt, observamos que a mesma nos leva a pensar sobre a maneira corriqueira como a violência e sua arbitrariedade sempre foram tratadas; “ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos.” (ARENDR, 1994, p.16). Tal fato, surge para a autora como um paradoxo, pois, de acordo com suas observações, quem pensa a história e a política não pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nas relações humanas. (Ibidem).

A abordagem que Hannah Arendt realiza ao complexo de relações estabelecidas entre poder e violência no cotidiano da vida política contemporânea, permitiu a percepção, por parte da mesma, da obscuridade dessas articulações. Com isso, ela iluminou aspectos imbricados do tema ao estabelecer a distinção célebre entre os termos “poder”, “violência”, “força”, “vigor” e “autoridade” – os quais, segundo a autora, se referem a fenômenos distintos e que dificilmente existiriam se assim não fosse. O uso desses termos está associado à perspectiva histórica e não a uma questão gramatical. Porém, observemos, que o tema da violência encontra-se inserido em uma categoria de fenômenos cuja visibilidade apresenta-se obscura, impedindo, dificultando ou mesmo favorecendo um certo alienamento frente às peculiaridades que o envolve.

⁴² Em algumas bibliotecas consultadas os poucos títulos referentes ao tema “violência contra a mulher” são encontrados na área do Direito, não havendo registros desses títulos em áreas como Psicologia ou Sociologia, por exemplo.

Subjacente à aparente confusão reside a convicção de que o ápice do aspecto político que envolve o tema é, e sempre foi, de acordo com a autora, a questão “quem domina quem”.(ARENDT, 1994, p. 36).

Poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimo porque têm a mesma função. Somente quando os assuntos públicos deixam de ser reduzidos à questão do domínio é que as informações originais no âmbito dos assuntos humanos aparecem, ou, antes, reaparecem, em sua autêntica diversidade.
(ARENDT, 1994, p. 36)

Segundo Duarte (1994), à luz do raciocínio de Arendt, violência não é fonte de poder, “quanto mais poder, menos violência e vice-versa.” (DUARTE, 1994, p. 92). Este autor sublinha o fato de que para Arendt estamos tratando de uma proporção e, nesse aspecto, “[...] toda proporção é uma relação, ou seja, “as “formas puras” da violência e do poder são utilizadas para que possamos perceber a relação que se estabelece entre ambos os fenômenos no cotidiano” [...]. (Ibidem).

Com relação às demais definições estabelecidas por Arendt, iniciemos pelo vigor, que de acordo com a autora, “inequivocamente designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa” (ARENDT, op. cit, p. 37), como o vigor físico de um indivíduo.

A força é empregada na linguagem comum como um sinônimo de violência, especialmente quando utilizada como meio de coerção, mas, segundo Arendt, deve ser reservada na linguagem terminológica, às “forças da natureza” ou à “força das circunstâncias. (Ibidem).

De todos os fenômenos descritos por Arendt (1994), a autoridade é considerada por ela como o mais enganoso. Tal fato, acarreta um uso abusivo e indevido do termo. De acordo com a autora, a autoridade pode estar investida em pessoas como na relação professor-aluno; em cargos, como por exemplo, o do Presidente da República; ou em postos hierárquicos da Igreja, tal como o Papa. A rubrica da autoridade é o reconhecimento, inquestionável, por parte daqueles a quem se pede obediência, não havendo a necessidade nem de coerção, nem de persuasão.(Ibidem, p. 37)

Hannah Arendt sinaliza que essas “[...] distinções, embora, de forma alguma arbitrárias, dificilmente correspondem a compartimentos estanques no mundo real, do qual, entretanto, são extraídas.” (Ibidem, p. 38). Contudo, não devemos perder de vista o fato de

estarmos considerando fenômenos distintos. Em relação ao poder e a violência, apesar da diferenciação, é comum que eles se manifestem de forma combinada. Na relação entre ambos, o poder é “o fator primário e predominante.”(ARENDT,1994, p. 41).

André Duarte (1994), analisando o poder e a violência no pensamento político de Arendt faz algumas considerações que julgamos importantes para a sistematização das reflexões a partir das perspectivas iluminadas pela autora. Sendo estas:

Não encontramos nas análises da autora nenhuma esperança de retorno a um passado mítico ou de redenção de “uma sociedade pacificada e liberta de seus conflitos, uma sociedade em que a violência tenha desaparecido de uma vez por todas.” (DUARTE, 1994, p.93). Não há também, conforme Duarte sintetiza, nenhuma recusa absoluta da violência, nenhuma demonização de sua prática. A violência não é considerada irracional, nem tampouco bestial, porém jamais será legítima, “pois prescindirá sempre do diálogo e da persuasão na medida em que intenta obter efeitos imediatos e inquestionáveis, por certo, quase sempre é justificável”.(Ibidem)

Arendt, por outro lado, relativiza a legitimidade do uso da violência, alegando que “em certas circunstâncias a violência, o agir sem argumentar, sem o discurso, sem contar com as conseqüências – é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça.”(ARENDT, 1994. p.48). Com isso, Arendt reafirma o caráter instrumental da violência e a possibilidade de seu uso, ainda que dessa modalidade de ação não se extraia poder. Tanto nas relações internacionais, quanto nos assuntos domésticos, a violência surge como o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra criminosos ou rebeldes. (Ibidem, p. 40). De acordo com a autora, só um poder legítimo pode vir a justificar a violência que emprega, ou seja, o poder que não se afaste da opinião do povo que o apóia ativa ou passivamente, pois exercer com eficácia os meios de violência que se encontram ao seu alcance e controle dependerá do consentimento de toda a sociedade. (Ibidem, p. 41).

O pensamento arendtiano quer apenas lembrar-nos de que é nos raros momentos em que o poder e a liberdade se revelam aos homens em sua pura efetividade - isto é no curso daqueles eventos históricos em que a ação conjunta mediada pelo discurso que expressa opiniões é elevada à sua máxima potência – que os homens vem a perceber-se como aquilo que realmente são, seres essencialmente políticos.
(DUARTE, 1994, p. 94)

É nesse curso nada retilíneo e pluridirecionado de eventos e rupturas, que a humanidade, vai forjando histórias e atravessando momentos de maior ou menor perplexidade frente às transformações e processos humanos.

1.2 Arqueologia e genealogia de Michel Foucault

Conforme identifica Roberto Machado (1979), Michel Foucault é um filósofo que sempre procurou contribuir para o grande desafio que ainda hoje enfrentamos: produzir conhecimentos capazes de se insurgirem sobre os processos de dominação que os próprios saberes sobre o ser humano ajudaram a criar e a aperfeiçoar. Para tanto, Foucault aborda o “descontínuo”, o momento em que uma cultura deixa de pensar como fizera até então e se põe a pensar outras possibilidades, outras maneiras. O momento no qual a cultura se põe a pensar como sujeito que conhece e como objeto a conhecer. A forma como se evidencia uma mutação histórica, estabelece regularidades que vão explicitar princípios de organização e formações discursivas. Essa análise, denominada por Foucault de arqueológica, permitirá chegar aos saberes constituídos e ao poder que esses saberes exercem, “pois o saber funciona na sociedade dotado de poder.” (MACHADO, 1979, p.XXII). Ao se perguntar sobre os saberes e procurar explicar suas existências e transformações situando-os como peças de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, atinge-se a etapa genealógica da análise.(Ibidem).

Ao atentarmos para o que o pensamento de Foucault expressa sobre o poder e a violência é preciso esclarecer, conforme aponta Machado , que “não existe em Foucault uma teoria geral do poder.” (MACHADO, 1979, p.X). Suas análises não identificam o poder como algo que possua uma natureza, uma essência que se procuraria definir a partir de características universais. “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.” (Ibidem).

Apesar das análises de Foucault se constituírem de forma fecunda e instigante, é importante considerar o caráter particular de suas investigações, evitando aplicar seus resultados a novos objetos de forma indistinta e fazendo com que estas assumam uma postura metodológica universal. Machado (1979) sinaliza, que quando Foucault começou a formular explicitamente a questão do poder foi para dar prosseguimento à pesquisa que realizava sobre a história da penalidade. O problema em questão tinha como foco, uma relação específica de

poder sobre os indivíduos enclausurados incidindo sobre seus corpos e utilizando uma tecnologia própria de controle. Essa tecnologia não era exclusiva da prisão, podendo ser encontrada também em instituições como o hospital, o exército, a escola, e a fábrica. Foucault denominou essa relação específica de poder de disciplina ou poder disciplinar. (MACHADO, 1979).

Em Foucault, “toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade [...].” (MACHADO, 1979, p. XI). As análises de Foucault são fragmentárias e transformáveis, tal como ele as concebia, um desenvolvimento de implicações, explicitações de inter-relações, mas que poderiam ser substituídas a partir de novo material trabalhado (Ibidem). Ele não objetivava produzir uma ciência, teoria ou sistema teórico, mas, apesar disso, suas análises produziram um importante deslocamento em relação à ciência política. De acordo com Machado (1979), Foucault se afastou do Estado entendido como aparelho central e exclusivo de poder e buscou, através de suas pesquisas, uma articulação com poderes locais específicos. Em suas análises, Foucault evidencia a existência de formas de exercício do poder diferentes do poder de Estado, porém, a ele articuladas de maneiras variadas e indispensáveis, inclusive, para a sua sustentação e atuação eficaz.

Com isso Foucault abordou a mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação, se capilarizando e alcançando todos os espaços da vida, controlando minuciosamente hábitos, gestos, atitudes, comportamentos, discursos.

Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (MACHADO, 1979, p.XII)

Machado recomenda (1979) ter cuidado para não minimizar o papel do Estado nas relações de poder, nem tampouco, ver a inegável rede de poderes das sociedades da contemporaneidade como uma extensão dos efeitos do Estado, como um simples prolongamento do seu modo de ação, pois tal reducionismo destruiria a especificidade dos poderes que esse tipo de análise pretende focalizar. Nesse fato reside a importância de se partir da especificidade do que nos é colocado, que para a genealogia, são os mecanismos

minuciosos de análise histórica da questão do poder que estão relacionados com a produção de determinados saberes. (Foucault analisou o criminoso, a sexualidade, a loucura, a doença). A partir da análise desses micros poderes que possuem tecnologia e história específicas é possível chegar às diversas redes de relações de poder e de luta que se expandem na sociedade.

A análise ascendente que Foucault não só se propõe, mas realiza, estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível elementar. (MACHADO, 1979, p.XIII)

Quando Foucault iniciou seus estudos sobre o poder o seu foco era detectar as *relações de poder* que se distinguem do Estado e de seus aparelhos. Ele chegou à questão do poder como investigação a partir do objetivo de “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.” (FOUCAULT, 1995, p. 231). A partir desse interesse o olhar do teórico sobre as relações as quais os seres humanos se articulavam na sociedade foi se aguçando. Ele percebeu que o sujeito humano é colocado em “relações de produção”, em “relações de significação” e em “relações de poder muito complexas.” (Ibidem, p. 232). Foucault constatou que enquanto parecia haver bons instrumentos para análise das relações de produção e de significação, não havia recursos para estudar as relações de poder. (Ibidem). Para as relações de produção ele apontou a história e a teoria econômica como bons instrumentos. Para as relações de significação a lingüística e a semiótica mostravam-se satisfatórias, contudo, para a complexidade das relações de poder os únicos instrumentos disponíveis, segundo suas observações, eram os modelos legais e um modelo institucional, ou seja: as relações de poder ou seriam pensadas no sentido da legitimidade, da legalidade ou com base no Estado.(Ibidem).

Foi ao longo desse estudo que Foucault diferenciou no poder uma situação central e periférica e um nível macro e micro de exercício. Este dado situacional **central e periférico**⁴³ permitiu-lhe compreender que os poderes não estão localizados em nenhum ponto da estrutura social, nem tampouco nas pessoas ou em um espaço. “Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras” (MACHADO, 1979, p.XIV). Poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade que se possui ou não. A rigor o poder não

⁴³ Os grifos são nossos.

existe, o que existe são relações de poder. E isso significa que poder é algo que se exerce, que funciona e opera no plano da invisibilidade. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação; possui caráter relacional e as próprias lutas contra o seu exercício não podem ser operadas de fora, mas sim do interior da própria relação.

Tal como nos aponta Machado (1979), as análises de Foucault, nos permite perceber que onde há poder, há resistência.

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, “teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. (MACHADO, 1979, p. XIV)

O poder se disputa, não é uma relação unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde, porém sempre se disputa, se confronta. Dessa forma o modo de ação do poder na sociedade, concebido pela genealogia, é um modo de operar não-jurídico. É impossível dar conta do poder se ele é caracterizado como um fenômeno que diz respeito fundamentalmente à lei ou à repressão. Machado relata (1979) que existem teorias baseadas “nos filósofos do século XVIII, que definem o poder como direito originário que pode ser cedido ou alienado através do contrato e que exigem que o poder seja exercido como direito, na forma da legalidade. Há também àquelas que radicalizam a crítica ao abuso do poder e que caracterizam o poder, não somente por transgredir o direito, mas o próprio direito por ser um modo de legalizar o exercício da violência e o Estado o órgão cujo papel é realizar a repressão. Essa teoria também opera pela ótica do direito, pois concebe poder como violência legalizada. (Ibidem, p. XV)

Para Foucault, no entanto, as relações de poder não se estabelecem nem ao nível do Direito, nem da violência, não são unicamente repressivas, nem tampouco negativas. É falso conceber o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga, que o identifica com o Estado ou que o considera essencialmente como aparelho repressivo no sentido que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção e opressão. (Ibidem, p. XV,- XVI). O poder enquanto prática ou relação não emerge da lei, nem pode ser pensado dessa dimensão, tem que ser tomado do que é ilegal, do que é exceção. Isso subverte as formas de construção das lutas no contemporâneo.

Os efeitos do poder não devem ser descritos em termos negativos, pondera Foucault; o poder possui uma eficácia produtiva uma riqueza estratégica, uma positividade, ele se liga às engrenagens da vida.

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. (MACHADO, 1979, p.XVI)

Essa é a estratégia política e econômica do sistema capitalista; tomar e controlar os diversos campos da vida e as relações que estabelecemos no cotidiano, modulando produtivamente os processos da vida.

Foucault (1995) apreende a necessidade de estender as dimensões de uma definição de poder que pudesse ser usada ao estudar os diversos modos como o ser humano se torna sujeito, no dizer dele, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeito. (Ibidem, p.232). E, assim, ele sugere uma economia das relações de poder, mais empírica, mais diretamente relacionada às situações da contemporaneidade, o que implica em relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Essas relações consistem em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. “Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias.” (Ibidem, p. 234)

Essas formas de resistência podem ser tomadas, segundo Foucault, nas séries de oposições que se desenvolveram ao longo dos anos entre os seres humanos, tais como; “oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas.” (FOUCAULT, 1995, p. 234). De acordo com Foucault, os pontos comuns dessas lutas “antiautoritárias” seriam:

A “transversalidade”, pois desenvolvem-se em qualquer local ou forma política e econômica de Governo; o objetivo, que são sempre “os efeitos de poder enquanto tal” , ou seja, exercer o poder sobre os corpos das pessoas, sua saúde, vida e morte; e o imediatismo, pois as lutas que são sempre “imediatas”, “anárquicas”, ação de indivíduos sobre indivíduos. (Ibidem).

São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros; (FOUCAULT, 1995, p.234)

Tais lutas teriam ainda como característica comum, a “oposição aos efeitos do poder relacionados ao saber”, (Ibidem, p. 235); questiona-se “a maneira pela qual o saber circula e funciona nas suas relações com o poder”. De acordo com Foucault, (1995) todas estas lutas contemporâneas se dão em torno da velha questão “quem somos nós?”; ao mesmo tempo, trazem em si, uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos, ou que ignora, através da violência econômica ou ideológica, quem individualmente somos. (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Essas lutas destinam-se a atingir toda uma tecnologia de poder aplicada à “vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo”, “impondo-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.”(Ibidem). O autor apresenta dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e atrelado à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a algo ou alguém: (Ibidem)

Foucault ainda complementa,

[...] pode-se dizer que existem três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que afastam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (FOUCAULT, 1995, p. 235)

Muitos exemplos desses três tipos de lutas, misturados ou isolados, podem ser encontrados na história. Porém, como relata o autor, mesmo quando estão misturadas, uma delas, na maior parte do tempo prevalece;

Por exemplo, nas sociedades feudais, as lutas contra as formas de dominação étnica ou social prevaleciam, mesmo que a exploração econômica possa ter sido muito importante como uma das causas da revolta.

No século XIX, a luta contra a exploração surgiu em primeiro plano. E, atualmente, a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – está se tornando cada vez mais importante, a despeito de as lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido. Muito pelo contrário. (FOUCAULT, 1995, p.235-236)

Para Foucault “[...] todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados, são meras conseqüências de outros processos econômicos e sociais: forças de produção, luta de classe e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade.” (FOUCAULT, 1995, p. 236). Ele considera, sobretudo, que os mecanismos de sujeição não podem ser estudados desvinculados dos mecanismos de exploração e dominação, há entre eles “relações complexas e circulares com outras formas.” (Ibidem).

Esse tipo de luta prevalece na sociedade em geral devido ao fato de que, desde o século XVI, o Estado vem sendo desenvolvido continuamente como forma política de poder, além de ser considerado, como um tipo de poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se dos interesses da totalidade. Foucault, entretanto, enfatiza que a força do Estado reside na combinatória “astuciosa de técnicas de individualização e procedimentos de totalização.” (Ibidem).

Michel Foucault analisa a importância de que na contemporaneidade o filósofo se volte para uma análise crítica do nosso mundo e não apenas para a investigação do sistema metafísico ou dos fundamentos do conhecimento científico.

Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (FOUCAULT, 1995, p. 239)

Frente à pergunta sobre como se exerce o poder e a sua relação com a violência, Foucault reafirma o caráter dinâmico dessa formação que coloca em ação relações entre indivíduos e grupos. “Se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem um poder sobre os outros.” (FOUCAULT, 1995, p. 240). O autor procura fazer distinção desse poder daquele que exercemos sobre as coisas e que dá capacidade de modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las – “um poder que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais. Digamos que, neste caso, trata-se de capacidade”. (Ibidem)

Quanto às relações de poder propriamente ditas, elas são exercidas, como aponta Foucault, através da produção e da troca de signos, como também, estão associadas às atividades finalizadas que permitem o exercício do poder, tais como as técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência e àquelas que se desdobram em relações de poder propriamente ditas, como na divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas. “Abordar o tema do poder através de uma análise do “como” é então operar diversos deslocamentos críticos com relação à suposição de um “poder” fundamental.” (FOUCAULT, 1995, p.242). É sempre estar atento a um feixe de relações, como por exemplo, àquelas que tentam relacioná-lo à violência. A esse respeito Foucault é pontual:

[...] De fato aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas, ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la.

Uma relação de poder ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre a qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, feitos, invenções possíveis.

O funcionamento das relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos, nenhum exercício de poder pode sem dúvida, dispensar um ou outro e freqüentemente os dois ao mesmo tempo. Porém, se eles são seus instrumentos ou efeitos, não constituem, contudo, seu princípio ou sua natureza. O exercício do poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se

reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; (FOUCAULT, 1995, p. 243)

Foucault acredita que o termo “conduta” apesar de sua natureza equívoca talvez seja um dos que melhor permite alcançar o que há de particular nas relações de poder. De acordo com mecanismos de coerção mais ou menos estritos, a “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros e a forma de se comportar em um campo mais ou menos aberto de possibilidades. Posto isso, o exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade. “O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo.” (Ibidem, p. 244). Para Foucault este é o modo de relação próprio ao poder e que, portanto, não se encontra nem do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária, “nem guerreiro nem jurídico.” (FOUCAULT, 1995, P. 244).

Ao definir o exercício do poder, como um modo de ação sobre as ações dos outros e ao caracterizá-lo pelo “governo” dos homens, uns pelos outros no sentido mais amplo da palavra, inclui-se como elemento fundamental a liberdade. (Ibidem).

O poder só se exerce sobre sujeitos livres – entendendo-se por isso sujeitos individuais e coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se de uma reação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar, no limite, escapar. Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente. (FOUCAULT, 1994, p. 244)

Como condição permanente de sua existência, no centro das relações de poder há “uma insubmissão” e liberdades renitentes.” (Ibidem, p.248). Não há relação de poder sem escapatória, sem fuga, sem inversão eventual. “Toda relação de poder implica, pelo menos de modo virtual, em uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a

perder sua especificidade e finalmente a se confundir.” (Ibidem). A insubmissão e a liberdade constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente do ponto de inversão possível.

2 A dicotomia público X privado e a violência doméstica

Na contemporaneidade as concepções de vida, relações humanas, tempo e espaço têm sido fundamentalmente alteradas pelas transformações iniciadas no mundo a partir da modernidade e que alcançaram explosão no limiar dos séculos XX e XXI quando o ser humano se lançou de forma indomável rumo à escalada tecnológica.

Ao interferir no seu ambiente produzindo, inventando e aperfeiçoando equipamentos, o ser humano também modifica de forma integrada e dinâmica os processos humanos. A invenção e evolução dos transportes, por exemplo, assinalou mudanças espaciais significativas. Bauman (1999), discorre a respeito do processo tipicamente contemporâneo de “erosão e solapamento das “totalidades” sócio-culturais localmente arraigadas” (BAUMAN,1999, p.21) advindas da invenção e produção em massa de meios de viagem novos e rápidos como trens, automóveis e aviões. Mobilidade esta que, atualmente, continua sendo alterada significativamente, agora pela invenção mais recente; “o transporte da informação.” (Ibidem, p.20). Essa forma de circulação da comunicação engendra um deslocamento que não envolve o movimento de corpos físicos no espaço, ou, como aponta Bauman, só o faz secundariamente, ao mesmo tempo em que leva o espaço planetário para dentro das nossas casas. (Ibidem) .

O uso e simbolismo do espaço vêm sofrendo transformações. Na experiência atual cabe toda a diversidade de possibilidades. As classificações dicotômicas vêm fenecendo para darem lugar aos paradoxos e novos nexos. Os espaços se esgarçam e se interpenetram, ao mesmo tempo, em que se afinam ou se retraem. “Aqui e acolá”, “perto e longe”, “dentro e fora”; são oposições que hoje podem gozar de familiaridade e não de estranhamento. Bauman, considera que essas oposições registram atualmente o “grau de domesticação e familiaridade” (BAUMAN, 1999, p.20) de vários fragmentos tanto humanos, quanto não humanos, do mundo circundante. Os termos “próximo” e “distante”, por exemplo, registram esses aspectos; próximo nos remete ao que é acessível, familiar, conhecido, um espaço dentro do qual a pessoa pode sentir-se a vontade. Longe, em contrapartida, é um espaço no qual adentramos apenas raramente ou nunca, que nos permite pouco conhecimento, que não nos obrigamos a cuidar, que está fora do nosso alcance, que pode nos trazer problemas. Espaços

que carregam em si (ou carregavam) a “dimensão crucial da certeza e incerteza, da autoconfiança e da hesitação” (Ibidem, p. 20-21) e que forjam diversas conceitualizações, experiências e vivências que hoje passam por transformações.

Outros termos que também nos remetem às localizações espaciais passam por esse processo de transformação, como o público e o privado que definem instâncias de pertencimento e de organização social e política da vida humana. Esses termos, em relação ao fenômeno da violência doméstica, possuem uma configuração que lhes é muito própria.

Segundo Hannah Arendt (2007b), a distinção entre as esferas de vida privada e pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado. Essa divisão decisiva entre o que era público e o que era privado marcava também a divisão entre a esfera da *polis* e a esfera da família, entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida, constituindo a base do antigo pensamento político. Segundo o pensamento dos antigos, o que fosse relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, era, por definição, assunto doméstico e não político. De acordo com Arendt, “historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido às custas da esfera privada da família e do lar.”(ARENDR, 2007b, p.38). Os limites das propriedades privadas eram vistos como sagrados e invioláveis, pois somente por ser dono de sua casa é que o homem podia participar dos negócios do mundo. Esta era a condição básica para que ele e não a propriedade fosse respeitada. Ter algum lugar que lhe pertencesse.

A companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como limitação imposta pelas necessidades da vida biológica, tal como ocorre entre os animais. No antigo pensamento grego, a capacidade humana de organização política diferia e era diretamente oposta a essa associação atual que tem no centro de sua lógica a casa e a família. Era como se o cidadão pertencesse a duas ordens de existência, em que havia uma grande diferença, entre o que lhe era próprio e o que lhe era comum. A vida na *polis*, a vida comum, se constituía através de duas atividades de suma importância e constituintes do que Aristóteles chamava de *bio politikos*; a ação, ou seja, os feitos do homem e o discurso, a sua capacidade de proferir “grandes palavras”. O ato de encontrar palavras adequadas no momento certo, independentemente da informação ou comunicação que elas transmitissem, constituía uma ação (o pensamento era considerado secundário no discurso), o que fazia com que a “ação e o discurso” fossem considerados atividades de categoria semelhante e de grau elevado em relação às demais atividades humanas. (ARENDR, 2007 b)

Aos poucos, na experiência da *polis*, a ênfase foi passando da ação para o discurso, e estas tornando-se atividades independentes. Segundo Arendt, essa mudança foi ainda maior na filosofia política que surgiu da vida na *polis*. O discurso se tornou meio de persuasão e não uma simples forma de responder ao que acontece.

O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era freqüentemente comparado à organização doméstica. (ARENDDT, 2007 b, p.35-36)

De acordo com o modo de vida político e opinião corrente na época, todos os que viviam fora da *polis* – escravos e bárbaros – estavam destituídos de um modo de vida no qual o discurso - e somente ele – tinha sentido; em que a preocupação central de todos os cidadãos era discorrer uns com os outros (ARENDDT, 2007b, p. 36). Com relação à situação da família neste contexto, tomemos de empréstimo uma citação de Arendt, sobre Tomás de Aquino, para esclarecimento do termo “político”:

Tomás de Aquino compara a natureza da lei doméstica com a lei política: o chefe da família, diz ele, tem certa semelhança com o chefe do reino; mas, acrescenta, o seu poder não é tão “perfeito” quanto o do rei. De fato, não só na Grécia e na *polis*, mas em toda a antiguidade ocidental, teria sido evidente que até mesmo o poder do tirano não era tão grande, nem tão “perfeito” quanto o poder com que o *paterfamilias*, o *dominus*, reinava na casa onde mantinha os seus escravos e seus familiares; e isto não porque o poder do dirigente da cidade fosse igualado e controlado pela combinação dos poderes dos chefes de família, mas porque o domínio absoluto e incontestado e a esfera política propriamente dita eram mutuamente exclusivas. (ARENDDT, 2007 b, p. 36)

A esfera do lar era a esfera da necessidade, da sobrevivência da espécie. Requeria a companhia de outros e tinha como óbvia a tarefa da mulher em zelar por essa sobrevivência, de trazer a espécie à vida através da gestação e do parto. Ao homem, cabia a manutenção individual, a busca do alimento e isso também era dado como óbvio. Ambas as funções eram consideradas naturais, decorrentes da imposição das necessidades da vida e, portanto, geradoras do lar como contexto de realização dessas necessidades.

“A esfera da *polis*, ao contrário, era a esfera da liberdade e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía-se na condição natural para a liberdade na *polis*.” (ARENDT, 2007b, p.40). Essas caracterizações estruturavam a base da organização da vida; a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política e a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político próprio do lar privado. A força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de suplantar a necessidade e alcançar a liberdade. A violência era considerada um ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade do mundo. (Ibidem).

O poder pré-político a partir do qual o chefe da família comandava sua família e seus escravos era visto como necessário, porque o ser humano era considerado um animal “social”, ou seja, tinha necessidade para sua sobrevivência de outros seres humanos, antes de ser animal “político”. “A *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade.” (ARENDT, 2007b, p.41).

Ser pobre ou ter má saúde significava estar sujeito à necessidade física, e ser um escravo significava estar sujeito, também, a violência praticada pelo homem. Esta dupla “infelicidade” da escravidão é inteiramente independente do bem-estar real e subjetivo do escravo. Assim um homem livre e pobre preferia a insegurança de um mercado de trabalho que mudasse diariamente a um trabalho regular e garantido; este último, por lhe restringir a liberdade de fazer o que desejasse a cada dia, já era considerado servidão (*douleia*), e até mesmo o trabalho árduo e penoso era preferível à vida tranqüila de que gozavam muitos escravos domésticos. (ARENDT, 2007b, p.40-41)

“Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também, não significava submissão.” (Ibidem, p.41). Dessa forma, dentro do âmbito da família, não havia liberdade, pois o “chefe da família, seu dominante”, só era considerado livre quando deixava o lar e adentrava a esfera política, “onde todos eram iguais.” (Ibidem, p.42).

Liberdade significava estar isento da desigualdade presente no ato de comandar e mover-se em uma esfera onde não existia governo nem governados. Arendt, assinala a partir dessa condição, a principal diferenciação entre o público e o privado da antiguidade e a

forma que esse conceito assume na contemporaneidade. Atualmente, a noção de igualdade está relacionada com a justiça. O jurídico assume um papel legitimador das relações no espaço da vida. (ARENDDT, 2007 b)

A autora chama a atenção sobre a Antiguidade pelo fato de podermos descrever e definir com precisão os contornos das esferas pública e privada, como também assinala, que apesar das transformações da vida humana, a *polis* ainda é referência de política para o mundo ocidental. A oposição à liberdade e à igualdade da vida na *polis* era a privação e diferenças da vida no lar. O lar deveria garantir a sobrevivência e permanência da espécie, papel relativo à mulher que, juntamente com os filhos e os escravos, estavam sob o domínio do chefe da família, papel concernente ao homem, e que poderia ser exercido em nome da sobrevivência, com poder despótico e inquestionável. Transcender a esfera do privado rumo à ascensão à esfera da vida política era uma ação que correspondia, segundo Arendt, à transposição de um abismo. (ARENDDT, 2007b, p.43).

Na Idade Média, conforme assinala a autora, esse abismo entre o público e o privado ainda se manteve, porém, com mudanças na localização dessas instâncias e uma perda significativa de importância. (Ibidem). Com a queda do Império Romano, surgiram a Igreja católica e o predomínio do sagrado. A igreja católica passou a equivaler para o feudalismo aquilo que a esfera pública havia sido para a Antiguidade. As atividades extra-religiosas foram absorvidas pelo lar, transformando a esfera privada. O antigo chefe da família foi substituído pela figura do senhor feudal que possuía o papel de administrar justiça no interior do seu domínio; diferente do antigo chefe de família, que tinha por sua conta a forma e o rigor com o qual seu domínio seria exercido, atrelado ao fato, de que ele não conhecia leis, nem justiça, fora da esfera pública.

A transferência de todas as atividades humanas para a esfera privada e o ajustamento de todas as relações humanas segundo o molde familiar teve profundas repercussões nas organizações profissionais especificamente medievais nas próprias cidades – nos *guilds*, *confrèries* e *compagnons* e até mesmo nas primeiras companhias comerciais, nas quais “o lar comum original parecia estar implícito na própria palavra “companhia” (*companis*)... (e) em expressões como “aqueles que comem do mesmo pão”, “homens que compartilham do mesmo pão e do mesmo vinho”. O conceito medieval de “bem comum”, longe de indicar a existência de uma esfera política, reconhecia apenas que os indivíduos privados têm interesses materiais e espirituais em comum, e só podem conservar sua privacidade e cuidar de seus próprios negócios quando um deles se encarrega de zelar por esses interesses comuns. O que distingue da realidade moderna esta atitude essencialmente cristã em relação à política não é tanto o reconhecimento de um “bem comum” quanto a exclusividade da esfera privada e a ausência daquela esfera curiosamente híbrida que

chamamos de “sociedade”, na qual os interesses privados assumem importância pública. (ARENDR, 2007 b, p.44-45)

O mundo moderno contou com a ascensão da esfera social ou sociedade, que em relação à esfera política, diferem-se pouco entre si. A política passou a ser uma função da sociedade e a ação, o discurso e o pensamento ficaram assentados no interesse social. Arendt, (2007b) sublinha o fato de que com essa funcionalização é impossível perceber qualquer grande abismo entre essas duas esferas. De acordo com a autora, a **sociedade nada mais é do que a elevação do lar doméstico ou das atividades econômicas ao nível público** (Ibidem, p.47). A administração doméstica e todas as questões pertinentes à esfera da família transformaram-se em interesse coletivo. No mundo moderno, as duas esferas constantemente interpenetram-se, as diferenças não são tão nítidas e se os abismos entre a esfera social e política não são notados, os problemas do coletivo sempre evidenciam-se.

3. A violência doméstica contra a mulher enquanto problema social

Hannah Arendt acentua (2007b) a tendência que temos na contemporaneidade de ver o corpo de povos e comunidades políticas como uma família, cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica, nacional e gigantesca, incorporando de forma totalitária qualquer linha divisória. Segundo ela, o pensamento político que corresponde a essa organização, não é a ciência política e sim a “economia nacional” ou “economia social”, (Ibidem, p.38) uma espécie de administração doméstica coletiva. O que aprendemos a identificar por sociedade é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o protótipo de uma única família, cuja forma política de organização denominamos nação ou Estado Nacional. Essa caracterização atual seria contraditória se fosse pensada à luz do modelo da Antiguidade, pois, naquela época, “o que fosse “econômico”, relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas sim doméstico por definição.”(ARENDR, 2007b, p. 38).

A passagem da sociedade - a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais - do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a

sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis. [...]. O que hoje chamamos de privado é um círculo de intimidade cujos primórdios podemos encontrar nos últimos períodos da civilização romana, embora dificilmente em qualquer período da antiguidade grega, mas cujas peculiares multiformidade e variedade eram certamente desconhecidas de qualquer período anterior à era moderna. (ARENDDT, 2007 b, p. 47-48)

Até agora, fizemos descrições das esferas pública e privada da vida nos utilizando de um traçado bastante definido e distinto, possível de ser empregado devido às dimensões nitidamente estabelecidas dessas esferas, onde seus atores, (homens, mulheres, escravos, senhores feudais, clero) assumiam papéis bem característicos e inconfundíveis. A chegada da modernidade trouxe o advento do capitalismo e no seu bojo as transformações nas relações de produção e nos modos de vida da população. O modo estratégico de operar no plano da vida muito peculiar ao sistema capitalista colheu a esfera privada, fazendo com que ela se mesclasse às esferas pública e política. A partir desses entrelaçamentos, surge a “esfera híbrida”⁴⁴ da vida, de contornos nebulosos, na qual vivemos e passamos a conhecer como social. (DELEUZE, 2001, p.1).

De acordo com Deleuze (2001), justamente pelo fato do setor social possuir contornos nebulosos, deve-se reconhecê-lo, por dois ângulos: “pela maneira como ele se formou a partir do século XVIII e XIX e pela forma como esboça sua própria originalidade em relação a setores mais antigos.[...]” (Ibidem). Para pensarmos sobre a emergência da esfera social com maior clareza, regressemos a esse período e às transformações que ocorriam na vida humana nesta época advindas de movimentos sociais, tais como a Revolução Norte-Americana (1776)⁴⁵ e a Revolução Francesa (1789). Nesta época, o Brasil ainda era colônia de Portugal e recebia da metrópole e dos países a ela relacionados influência nos seus costumes. Os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” da Revolução Francesa chegavam por aqui⁴⁶, porém, ainda estávamos atrelados a uma cultura rural, escravocrata e colonialista. As mudanças oriundas do capitalismo só se esboçaram a partir do século XIX, através dos seguintes fatos: a chegada da família real portuguesa, a Independência que

⁴⁴ “A ascensão do social.” [prefácio] Gilles Deleuze In : **Polícia das Famílias** - Jaques Donzelot , Rio de Janeiro: ed. Graal, 2001, p. 1- 8.

⁴⁵ Iniciada em 1775 e considerada pelos historiadores como sendo a 1ª grande rebelião do mundo colonial contra uma metrópole, no caso a Grã-Bretanha. Consulta: Revolução americana: Disponível em <<http://educaterra.terra.com.br>>. Acesso em 08 ago. 2008.

⁴⁶ Segundo GOHN (2003, p.19) “as lutas sociais desta fase têm como característica comum o desejo de libertação da Metrópole.” A autora relaciona os movimentos de Inconfidência Mineira(1789); Conjuração do Rio de Janeiro(1794-95); Revoltas Populares de Mulatos e Negros na Bahia(1797) e a Conspiração dos Alfaiates – Bahia, como lutas importantes para o século XIX, organizadas por “liberais radicais” inspiradas nos modelos da Revolução Francesa e da Revolução Norte-Americana.

obteve de Portugal e, mais tarde, com o fim da escravatura e começo da República, tendo o século XX como apogeu do processo de transformação nas relações econômicas e políticas.

Segundo Deleuze (2001), o setor social se formou reagindo sobre os demais setores da vida comum, provocando novas relações entre o público e privado, entre o judiciário, o administrativo e o estabelecido pelos costumes; a riqueza e a pobreza; a cidade e o campo; a medicina, a escola e a família. Enquanto que na Antiguidade e na Idade Média tínhamos setores compartimentados e estanques, a modernidade e a contemporaneidade inauguram uma operatividade no campo da vida provocada pelas novas relações econômicas e políticas que vão cunhar “o” social. Uma instância maquínica, estratégica e híbrida, que ao recolher o privado passou a ter como cerne do seu investimento, constituição e mutações as famílias, ou ainda, de forma mais específica, a conjugalidade.

O setor social irá operar as relações em torno da conjugalidade; nas formas desta se constituir e expressar, naquilo que se promove como “direitos, deveres e obrigações” instauradas por essas relações. A instância social propõe-se a articular os modos de vida da população a fim de produzir condutas compatíveis com as estratégias desenvolvimentistas de excelência e potência da Nação, com o pleno funcionamento do Estado. A regulação da vida deverá pautar-se por um foco higienista e pela implementação de tecnologias políticas que irão incidir “[...] sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida, o espaço completo da existência.” (DONZELOT, 2001, p.12). Eis o porquê da conjugalidade e de suas resultantes serem colhidas e investidas pelo social.

Essa perspectiva de análise das tecnologias políticas de regulação e controle da vida sobre a qual lançamos foco através do olhar para a conjugalidade e suas relações, encontra suporte nas considerações cunhadas por Michel Foucault sobre biopolítica.

De acordo com Foucault (2002), a biopolítica dirige-se à população enquanto problema político, científico, biológico e como problema de poder. Ela se volta às questões da vida, aos fenômenos coletivos tais como: nascimento, morbidade, moralidade, saúde e educação, como forma de extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder. Essa intervenção não será sobre o indivíduo isolado, mas no nível das determinações gerais, naquilo que esses fenômenos têm de mais global. Os focos serão, por exemplo, a redução das taxas de morbidade ou o incremento à natalidade, de modo que se possa alcançar um equilíbrio, uma média, uma regulamentação e otimização dos processos da vida.

Com relação às famílias, até meados do século XVIII não havia publicações destinadas aos cuidados das mulheres e das crianças. A medicina não tinha interesse nesse

tema. Conforme descreve Donzelot (2001), as mulheres eram vistas como simples máquinas de reprodução e a medicina relativa a elas era desprezada pela faculdade, ficando os seus cuidados por conta das “comadres” e das parteiras que compartilhavam o saber e o praticavam livremente. Na medida em que a estratégia de ação do poder político, nesta época, volta-se para o controle da vida esse estado de coisas acabou por chamar a atenção.

O parto, as puérperas e as doenças infantis consideradas “coisas de comadres”, começam a receber investimento da medicina que se põe em franco combate contra “o fim do império das comadres e suas práticas” que passam a ser consideradas “inúteis e perniciosas.”(DONZELOT, 2001, p.24). Durante o século XVIII, são desenvolvidos na Europa uma série de tratados sobre a doutrina médica e conselhos educativos que iam de elogios e incentivos à amamentação materna ao tipo de roupa que as crianças deveriam usar. A amamentação não era uma prática comum entre as mulheres da burguesia que trabalhavam com seus maridos (artesãos, comerciantes), nem tampouco, entre as mulheres mais abastadas, para as quais tal atividade era considerada estafante. Ambas entregavam seus filhos às amas de leite que viviam nos arredores das cidades ou às chamadas “nutrizes do campo” que cuidavam de crianças. O índice de mortalidade entre as crianças cuidadas pelas nutrizes era alto e o abandono também. Os médicos começaram a aconselhar a amamentação e a evidenciar os riscos que os cuidados por serviçais poderiam trazer ao desenvolvimento das crianças. Segundo os médicos, os serviçais seriam portadores de “taras,” “maus hábitos” e muitas vezes o leite com os quais amamentavam as crianças era “azedo e ardido”, devido ao corpo consumido pelo cansaço. (DONZELOT, 2001, p. 17).

Os médicos também passaram a criticar e condenar o hábito de enfaixar os bebês ou de ensinar às adolescentes cuidados corporais que incluíam o uso de cintas para modelar o corpo, pois, esse tipo de educação, era considerada voltada unicamente para o prazer. (Ibidem, p. 18). Defendiam os jogos infantis, opinavam sobre as histórias que deveriam ser contadas para crianças e deliberavam sobre uma criação que estimulasse a liberdade das crianças e ao mesmo tempo, as protegesse dos perigos físicos, morais e sexuais. As tarefas educativas começaram a ser valorizadas, organizou-se uma atividade educativa voltada para os comportamentos em torno de dois pólos estratégicos distintos:

O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais. O segundo poderia agrupar, sob a etiqueta de “economia social”, todas as formas de direção da vida dos

pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma, o que convencionou chamar de filantropia. (DONZELOT, 2001, p. 21-22)

Os tratados médicos do século XVII destinados ao aconselhamento assumem um tom de conselhos imperativos a fim de reafirmar o poder do saber médico. (Ibidem, p. 22) Instituí-se o médico de família que juntamente com as mães, forma uma aliança que atribui à mulher o lugar de guardiã da saúde e dos bons costumes. A educação realizada pelos criados passa a ser reprovada. Conforme declarações dos novos especialistas, produziram “crianças mal educadas, caprichosas, mimadas e estragadas, verdadeiras presas para as doenças” (DONZELOT, 2001, p. 25) e difíceis de cuidar por não serem consideradas dóceis. A mãe, para os médicos, passou a ser considerada a única figura capaz de controlar a criação e impor seu poder à criança. Segundo Donzelot (2001), essa ligação pró-vida, entre o médico e a família, irá repercutir profundamente na vida familiar provocando sua reorganização em três direções: 1. a família se fecha em si mesma contra as influências negativas dos antigos métodos educacionais, dos empregados e das promiscuidades sociais; 2. a aliança do médico com a mãe promove a mulher ao lugar de detentora da função educativa; 3. a família começa a ser utilizada pelo médico contra o que é considerado pernicioso, como as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o hábito do internato. (Ibidem, p. 23-24)

O que tudo isso importa para o tema dos nossos estudos é a observação de como a mulher é pinçada estrategicamente de um domínio que até então a história não lhe concedia um lugar de privilégio ou destaque, para assumir um lugar central na esfera social, um *status* social. Para Donzelot, essa promoção da mulher como mãe, serviu de apoio às principais correntes feministas do século XIX, a esse respeito ele pontua:

O médico graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica. A importância dessa aliança parece a partir do final do século XVIII, ser capaz de abalar a autoridade paterna. (DONZELOT, 2001, p.25)

Do alto deste poder é delegado à mulher que além do controle sobre os filhos, do seu domínio reservado controlasse também o homem, o operário, que ao invés de voltar para

casa após o trabalho ficava na rua ou no recôndito dos cabarés (o que prejudicaria a produtividade capitalista). A mulher do lar, a mãe dedicada é preconizada como “a salvação do homem, o instrumento privilegiado de civilização da classe operária”, (Ibidem, p.39) bastando que para tal, fosse instruída e inculcada com uma tática de devotamento. (Ibidem). Toda uma filantropia moralizadora investiu contra a prostituição, as casas de tolerância, o ensino retrógrado das mulheres, sobre o que era considerado imoral. A educação deve voltar-se para desenvolver a personalidade da mulher, a sua força de vontade e firmeza de caráter e toda uma lógica de preparação para a vida familiar, que suceda a preservação para o casamento. (Ibidem, p.41). A eficácia desse projeto familiarista assentava-se na articulação das trajetórias masculinas e femininas, na busca da intimidade, na competência doméstica proposta à mulher, que precisava tornar o lar atraente e estar vigilante ao comportamento da família. “Se o homem preferir o exterior, as luzes do cabaré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e suas promiscuidades, será culpa da esposa e da mãe.” (DONZELOT, 2001, p. 46).

É preciso acentuar as diferenças nas posições táticas que assumem a mulher burguesa e a mulher popular. Na família burguesa, “a aliança com o médico e a revalorização das tarefas educativas reforçam o poder interno da mulher e mediatiza o poder externo da família” (Ibidem, p.47) como influência e regulação da moral e da boa conduta social. Ela descobre para si, segundo Donzelot, “um domínio de missão [e ao mesmo tempo vê descortinar] um novo campo profissional na propagação das novas normas assistenciais e educacionais.”(Ibidem). Na família popular cada um dos seus integrantes se amolda e se reduz um ao outro, formando uma relação de circularidade entre eles, de vigilância contra as tentações da rua, do cabaré, do exterior. Vigilante de seus desvios, isolada do exterior, a família popular perde sua coextensividade com o campo social. A mulher do povo por sua condição social, possui um trabalho antagônico com o seu *status* materno de guardiã do lar. Para ela, sua missão não será de “irradiação”, mas de “retração” social de seu marido e filhos (Ibidem). A mulher burguesa se volta para a sua intimidade e é estabelecido para ela “uma continuidade entre suas atividades familiares e suas atividades sociais” (Ibidem) e a popular, volta-se para o comportamento, para a regulação da conduta de seus familiares. Juntas passaram a operar uma tática (Ibidem) e uma estratégia de poder que lhes conferiu uma autonomia maior contra a autoridade patriarcal no interior da família.

Até a modernidade as mulheres não tinham lugar de prestígio nem na esfera pública, nem na privada. Nos textos referentes aos períodos anteriores a era moderna a menção feita

ao papel da mulher no plano da vida é ínfima. O destaque da mulher na Antiguidade recai, principalmente, sobre a sua função de reprodução e preservação da espécie no sentido biológico dos termos. Na Idade Média as posições que se projetam são a do senhor feudal e da Igreja, segmentos nos quais a mulher não fazia parte de forma positiva. As condições de existência da mulher nas culturas que se organizam baseadas em um sistema patriarcal evidenciam, que os lugares por elas ocupados estão atrelados às demandas sociais presentes nos diversos tempos históricos. As transformações econômicas advindas da modernidade começaram a interferir na cultura e nas posições ocupadas pelos diversos atores sociais. No mundo contemporâneo, alavancado pelas transformações nas relações de produção, vemos a mulher ser alçada de uma condição de domesticidade inexpressiva e legitimada, através do moralismo e do poder médico, como figura de importância central nas relações familiares e sociais. As mulheres se tornam guardiãs legítimas das famílias e principais responsáveis pela propagação da “moral e dos bons costumes”. A esse respeito, Oliveira (2004) descreve a figura típica das mulheres das camadas médias da burguesia brasileira, da década de cinquenta, que personificam de forma contundente esse papel social.

[...] Esta mulher viveu o projeto modernizante e desenvolvimentista dos anos cinquenta voltada preferencialmente ao ideal de “dona de casa”. Isto se refletia na identificação da condição feminina com as chamadas “prendas domésticas”. Nesse sentido, o termo que talvez melhor qualifique o universo da mulher das camadas médias dos anos cinquenta seja o da domesticidade. Nessa época, as barreiras sociais eram fortes fazendo com que a mulher não tivesse, via de regra, visibilidade no espaço público fora do casamento e da família. As fotografias da época dificilmente mostram mulheres sem a companhia masculina em ambientes públicos, como restaurantes ou bares. O número de mulheres separadas ou unidas em “segundas núpcias” não era expressivo. Além do mais, as mulheres que se encontravam na situação de “desquitadas” eram olhadas, muitas vezes, de forma suspeita, sendo discriminadas pelas “donas de casa” ou pelas “moças de família” da época. A influência da Igreja Católica não era nada desprezível, moldando de forma significativa os valores que pautavam as regras de comportamento feminino e da sociedade em geral. O ideário católico aceita como natural a submissão da mulher à figura masculina, identificando o seu papel primordial com o domínio privado da família. (OLIVEIRA, 2004, p.36-37)

A hipótese que defendemos nesse estudo é que as articulações do biopoder ao delegar à mulher autoridade e controle sobre a moral, os costumes e a intimidade, produziu a violência doméstica contra a mulher, na forma como conhecemos atualmente, pois promoveu um sobre-vestimento vigilante e normatizador na estrutura familiar. Nessa

família, normalizada e moralizada, acirraram-se as relações de poder entre o homem e a mulher, pois o poder do macho, não reduziu frente a ascensão da mulher, mas passou a ser controlado e regulado por ela. O macho, segundo as exigências produtivas e reguladoras do sistema capitalista, deveria ser um homem correto e de bem, modelo de pai, de marido e de trabalhador. Morgado (2008, p.311), ressalta que a dimensão relacional da categoria gênero, compreende que também os homens, em seu processo de socialização, ao assumirem sua condição masculina nas sociedades contemporâneas, sofrem enormes prejuízos, pois também a eles é imposto um modelo do que devem ser socialmente. O funcionamento que o meio familiar opera permite percebê-lo muito mais como “um mecanismo, do que uma instituição.”(DONZELOT, 2001, p. 88). O que nos acostumamos a perceber como **crise da família**⁴⁷ é a expressão da nebulosidade e pulverização dessas relações. Como não aludir, por exemplo, ao caso da mulher que recebeu com a filha pequena no colo, um tiro pelas costas desferido pelo marido alcoolizado, depois que ela saiu do bar onde ele estava e a mesma havia ido, com o objetivo **devotado** de reconduzi-lo para casa, tal como esperado do **papel de esposa zelosa e vigilante**⁴⁸. Procurar as causas de fatos como estes somente na cabeça das pessoas envolvidas e não nos mecanismos que estão sendo operados e que a conjugalidade está operando, é atuar, enquanto agente social, na manutenção de uma existência perversa e violenta.

A violência, no que concerne à configuração que este fenômeno assume nas relações de gênero no espaço doméstico ou intra familiar, está geralmente vinculada, conforme aborda Couto (2005, p.21), aos “modelos de masculinidade e feminilidade socialmente estabelecidos nas relações familiares”. Para essa autora “a organização social de gênero tem-se constituído como um local de sustentação das práticas de violência contra a mulher como uma forma de mantê-las submissas.” (COUTO, 2005, p.25). Este funcionamento, segundo a mesma, foi apontado por SAFFIOTI; ALMEIDA (1995, p.7)⁴⁹ como presente em todas as sociedades falocêntricas, e faz com que as mulheres e não apenas os homens, participem de forma ativa na sustentação da cultura da violência. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995 *apud* COUTO, 2005). A esse respeito, Couto (2005) complementa com as considerações de SAFFIOTI; MUÑOZ-VARGAS (1994, p.154)⁵⁰, de que estas sociedades caracterizam-se

⁴⁷ Os grifos são nossos.

⁴⁸ A mulher em questão recebeu atendimento psicológico realizado pela autora desse estudo, por ocasião de sua hospitalização. Devido a este atendimento, a autora foi convocada pelo judiciário (juntamente com os cirurgiões e outros médicos que a atenderam), a depor como testemunha do ocorrido.

⁴⁹ SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

⁵⁰ SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Brasília; Rosa dos Tempos, 1994.

“pela manutenção de uma estrutura de poder que tem como premissa a violência enquanto modalidade de controle social e de repressão exercida através das formas de socialização”.(SAFFIOTI; MUÑOZ-VARGAS, 1994 *apud* COUTO, 2005, p.25).

Couto (2005) traça considerações sobre a complexidade das relações exercidas pelo homem e pela mulher, atravessadas pela violência e pelo poder nas sociedades patriarcais:

Dentro dessa perspectiva centrada na estrutura patriarcal, a violência e o poder exercidos pelo homem ou pela mulher, são sempre masculinos porque se referem a uma posição, a uma relação de desigualdade. É nesse sentido que posso considerar a violência doméstica como sendo masculina, não importando o sexo do agressor, pois corresponde ao estereótipo de macho/dominador que considera que “é da condição natural que os grandes oprimam os pequenos”. Aqueles homens que não se comportam de acordo com as expectativas sociais assemelham-se ao modelo feminino enquanto posição e *status*. Smigay (2000)⁵¹ aponta que quando um homem se relaciona de maneira violenta com um outro homem ou quando uma mulher é violenta com uma criança ou mesmo com outra mulher mais frágil, estão fazendo uso da desigualdade de poder e das relações hierarquizadas entre eles e, portanto, agindo no registro do masculino. Ao fazer isso, a organização social de hierarquias é mantida. Nela está subentendida a possibilidade do uso da força e da violência e pressupõe-se a imposição, permitida, de uns sobre os outros.

(COUTO, 2005, p.25)

Ao refletirmos sobre os mecanismos que estão sendo operados através das relações de gênero e sobre como estes vêm operando é inevitável pensarmos nas relações conjugais e intra familiares que vemos funcionar ao nosso redor ou naquelas no interior das quais estamos inseridos. A este respeito, voltemos ao exemplo da mulher que adentra o bar para reconduzir o marido ao lar. O ato se dá a partir de uma provável presunção de poder alusivo a um direito que talvez esta julgasse possuir. Da presunção ao ato, no entanto, ela rompe com a hierarquia das relações impostas pela sociedade brasileira, “herdeira de um sistema patriarcal” (Morgado, 2008; p.310). Ao agir no registro do masculino, exigindo que seu homem voltasse para a casa a mulher passa a operar publicamente no controle da relação, tornando-se alvo da violência naquilo que ela tem de aplacadora e de destruidora de toda a possibilidade.

⁵¹ SIMGAY, K. E. Von. **Relações violentas no espaço da intimidade; drama privado ou tragédia pública.** Tese de Doutorado em Psicologia Social – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000

CAPÍTULO 2

PRÁTICAS DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ela (a violência) não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-la à atenção pública.

A ação é a atividade política por excelência.

Hannah Arendt

1. Uma urgência e a complexidade da intervenção

Foi somente a partir do ano de 1970 do século XX que o Estado brasileiro passou a perceber o problema das mulheres em situação de violência doméstica. Essa percepção só foi possível a partir dos movimentos de mulheres que começaram a ocorrer no final dos anos 60 nos Estados Unidos e na Europa e que ecoaram até a América Latina no início dos anos 70. (TAVARES, 2000, p. 9).

Estes movimentos chamados de “feministas” constituíram-se a partir do encontro de “grupos de mulheres que passaram a se reunir em sindicatos, como o dos bancários em São Paulo, ou de líderes feministas que haviam militado nos movimentos feministas no exterior.” (GOHN, 2003, p.115).

De acordo com Gohn (2003), as condições segundo as quais o Brasil encontrava-se naquela época possibilitaram a eclosão desses movimentos. Essas condições decorreram de mudanças que estavam sendo operadas nas relações produtivas do país, “com a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, particularmente nos anos do “milagre econômico.” (Ibidem, p. 115). Outro fato determinante para a receptividade dos movimentos foi aquele decorrente do processo de “asfixia e falta de liberdade política no país e da legitimidade que

as reivindicações de mulheres, enquanto mães de presos políticos e desaparecidos, tinham na sociedade.” (Ibidem).

Em 1975, esses movimentos intensificaram-se tanto no país, como internacionalmente, que tal fato, levou a Organização das Nações Unidas, a ONU, a promulgá-lo como “Ano Internacional da Mulher.” (TAVARES, 2000, p. 9). A bandeira da violência doméstica começa a ser empunhada. A visibilidade do problema foi ocasionada, segundo Tavares;

[...] por meio da ampla divulgação na mídia das mortes de Angela Diniz, Claudia Leessing e Eliana de Grammont. “Quem ama não mata” foi um dos primeiros *slogans* do movimento feminista brasileiro que foi para as ruas protestar, organizando-se no sentido de monitorar, acompanhar e fazer pressão sistemática sobre representantes da justiça para solução dos casos de mulheres assassinadas por seus maridos. (SORG e MONTEIRO, 1985).⁵² Em outubro de 1979, foi possível, assim, acompanhar atentamente pelos meios de comunicação o julgamento do “playboy Doca Street que assassinou sua companheira Angela Diniz, tendo ocorrido pela primeira vez manifestações contra a impunidade. Na época, os argumentos utilizados pela defesa permitiram que o assassino tivesse uma pena mínima de dois anos com “sursis”.

Interessante observar que a vítima passou a ser acusada de “denegrir os bons costumes”. Neste mesmo ano, as feministas do Rio de Janeiro criaram a Comissão Violência contra a Mulher que marcou o movimento deste período, pautado por esta “onda” de homicídios contra mulheres (TAVARES, 2000, p. 9 -10)

A ação das feministas consistiu em explicitar frente à opinião pública e ao Estado a urgência de intervenção da sociedade junto a uma situação de violência extrema que vinha sendo tolerada e minimizada pelo Judiciário com base no argumento vil utilizado pelos advogados de defesa dos réus de “legítima defesa da honra”, revertendo as vítimas, como aponta Tavares (2003), em “culpadas por terem sido assassinadas.” (TAVARES, 2000, p. 10).

À luta, militância e manifestações contra a impunidade dos anos 70 sucederam-se as políticas públicas e os estudos nos anos 80 sobre o tema da violência doméstica (Ibidem, p. 16), o que assinala o momento em que a sociedade e a Academia reconhecem a importância e urgência de intervirem na situação. No plano do Judiciário, o viés que permitiu ao movimento feminista explicitar a “cegueira da justiça” nesses casos, foi o de confrontar os crimes ocorridos no Brasil e a ação do legislativo com o conteúdo da Declaração dos Direitos Humanos adotada e promulgada pela ONU a partir de 10/12/1948.

⁵² SORG, B; MONTEIRO, M P – SOS Mulher e a luta contra a violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher** 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores; 1985

As mulheres passaram a ser reconhecidas simultaneamente como “sujeito de direitos” e como uma nova “categoria social.” (TAVARES, 2000 p. 15). Para chegar a esse ponto, vários movimentos sociais se sucederam tanto no plano nacional como internacional, a começar , em 1975, com a 1ª Conferência Mundial da Mulher , realizada no México. Segundo Barstred (2003), neste encontro e a partir dele começaram a ser definidos planos de ação internacionais que continham metas políticas e educacionais visando incluir as mulheres no contexto da vida como categoria social, tais como, “redução da morbi-mortalidade materna, de acesso ao trabalho em condições dignas, metas para a diminuição da violência doméstica e sexual.” (BARSTED, 2003, p.10). Essas metas passaram a ser, como assinala Barsted, “exaustivamente propostas aos países membros das Nações Unidas, dentre os quais o Brasil”. (Ibidem)

Quatro anos mais tarde, em 18/12/1979, a Organização das Nações Unidas elaborou e adotou uma carta de princípios, a chamada Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).⁵³ Segundo Werthein (2002):

O documento considera o direito de todo o ser humano não somente conhecer tal carta de princípios como virem as mulheres a apresentar denúncia individualmente (por meio do Protocolo Facultativo da CEDAW aprovado em 1999) perante a Comissão para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, no âmbito das Nações Unidas, contra qualquer violação da Convenção por seus governos. [...] (WERTHEIN, 2002, p. 1)

Werthein assinala que até 2002, poucos países haviam ratificado o Protocolo e que a Convenção, só foi ratificada pelo Brasil em 2000. (Ibidem). Antes dessa data, conforme texto do decreto 4.377 de 13/09/2002, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso que ratificou a Convenção, o Brasil havia assinado e aprovado a convenção com reservas aos seus artigos 15, parágrafo 4º e 16, parágrafo 1º , alíneas *a*, *c*, *g*, e *h*. Somente no ano de 1994 (aos vinte e dois dias do mês de junho) o Congresso Nacional retirou as reservas à Convenção, aprovando-a em todos os seus artigos. Conforme os dados apontam, foi um longo caminho antes desta Convenção ser inteiramente aceita pela República Federativa do Brasil.

De acordo com dados constantes no *site* da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas⁵⁴, desde 2006, a ONU está com 198 Estados membros e, até esse ano, 184 Estados

⁵³ Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm>>. Acesso em 15 ago. 2008.

havia ratificado o documento, o que representa 95% dos Estados membros das Nações Unidas. “Dentre as convenções internacionais sobre a proteção dos direitos humanos esta é a que obteve o segundo maior número de ratificações.” (Ibidem). Apesar disso, ela não aborda diretamente a questão da violência contra a mulher.

No mesmo mês e ano em que o Congresso Nacional retirava as reservas à Convenção CEDAW, foi realizada no Brasil em 09/06/1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher⁵⁵ que ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará. Nela, os Estados Partes, com base na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, enfocam a violência contra a mulher como violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais, como ofensa contra a dignidade humana e como manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, abordando dessa forma a discriminação de gênero. Nesse sentido, acordam da necessidade de uma Convenção para prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

A Convenção adotada definiu seu âmbito e aplicação, os deveres dos Estados membros, bem como as medidas específicas, programas e políticas públicas a serem progressivamente adotados a fim de atingir a finalidade da proposta. Estabeleceu também os mecanismos interamericanos de proteção ao direito de toda mulher a uma vida livre de violência, entre os quais, ficou determinado que:

Qualquer pessoa ou grupo de pessoa, ou qualquer entidade não governamental juridicamente reconhecida em um ou mais estados membros da Organização poderá apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições referentes a denúncias ou queixas de violação do artigo 7 desta Convenção [...] (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, Artigo 12, 1994)

Este artigo caracteriza a necessidade de uma ação vigilante da própria Convenção com relação ao cumprimento das propostas ratificadas pelos Estados-membros, entre as quais, a de “punir e erradicar a violência contra a mulher” e a não observância a esta meta.

Como aponta Hermann (2003), o tema mulheres em situação de violência torna-se uma ação prioritária internacional. A partir daí sucede-se a adoção de medidas e práticas

⁵⁴ “Apresentação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas e seu Protocolo Facultativo.” Disponível em < <http://www.feminamericas.org/fr/thematiques/index.html>>. Acesso em 15 ago. 2008.

⁵⁵ Disponível em <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>. Acesso em 15 ago. 2008.

ligadas ao tema pela ONU. No ano de 1993, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Em setembro de 1995 realiza-se em Beijing, na China a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, mais uma plataforma de ação que ratificou a violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos e sugeriu estratégias para eliminação dessa forma de violência (ibidem). Em junho de 2000, houve nova conferência das Nações Unidas, a Beijing + 5, realizada na cidade de Nova Iorque com a finalidade de “avaliar o progresso obtido globalmente na implementação da plataforma de Beijing e os passos necessários no futuro.” (HERMANN, 2003, p.13).

As sucessivas conferências e convenções no âmbito das Nações Unidas e os demais encontros regionais que se multiplicaram em diversos países, são, acima de tudo, a prova documental da necessidade de se alterar uma realidade em uma dimensão além do nível local, ou seja, em uma perspectiva planetária. Dessa forma, essas convenções, tornam-se muito mais do que um fim em si mesmas, elas traduzem aspectos importantes das relações humanas e culturais na contemporaneidade em que a mulher é alçada à categoria de sujeito histórico, de sujeito de sua história.

Com tudo isso, o processo que vai da percepção de um problema até a transformação dos valores, das culturas, dos costumes e dos comportamentos sociais é da ordem da complexidade. Essa perspectiva, no âmbito desse estudo, é significativa e, portanto, nos esforçamos para não cairmos na tendência de reduzi-la; ao contrário, é nossa intenção trazê-la para o âmago do debate, da reflexão e da análise das propostas que surgiram no contexto do tema das mulheres em situação de violência doméstica.

O Brasil, como Estado-membro das Convenções de CEDAW e de Belém do Pará, passou a incluir em suas pautas de atividades a realização de diversos seminários locais sobre o tema das mulheres em situação de violência, que incluía a violência de gênero e a violência doméstica. Almeida (2003), fala da importância de se “refletir sobre o enorme e complexo desafio que representa a formulação de propostas coletivas, em área tratada historicamente como residual e o caráter conjuntural que propostas governamentais podem assumir [...]” (ALMEIDA, 2003, p.3). Em termos de políticas públicas, o Brasil desenvolveu em 1996 o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNHD) que nas suas metas com relação aos direitos das mulheres prevê o incentivo à **criação de centros integrados de assistência a mulheres sob risco de violência doméstica e sexual**,⁵⁶ com apoio dos governos estaduais e municipais (Ibidem). De acordo com Almeida (2003), o PNHD II (2002) reforça

⁵⁶ Os grifos são nossos.

as metas anteriores nos âmbitos federal, estadual e municipal e enfatiza a ampliação dos “equipamentos sociais de atendimento” às mulheres atingidas pela violência (Ibidem).

2. As estratégias do atendimento a partir de um centro de atendimento psicossocial

2.1 A busca por um centro de atendimento psicossocial

Apesar das políticas públicas registrarem em suas plataformas de ação o implemento à criação de “centros integrados de assistência” para as mulheres que vivenciam a violência doméstica, a prática profissional da autora desse estudo reporta-se a um contexto em que os espaços de atendimento psicossocial não se davam facilmente a conhecer, não eram permeáveis ou careciam de visibilidade. A partir do momento em que as inquietações da autora com relação à visibilidade no campo social desses espaços eclodiram como tema de investigação, deu-se início à etapa exploratória de delimitação do universo de pesquisa e de busca intensiva da instituição onde o estudo se realizaria.

A idéia era abordar uma instituição com a finalidade de conhecer suas propostas de intervenção no âmbito concernente à temática da violência doméstica e ouvir mulheres atendidas por esta organização, indagando-as sobre suas expectativas com relação ao atendimento, o fluxo de instituições pelas quais elas passaram até chegar na atual, suas histórias de violência e sobre aquilo que transformou-se e que encontra-se mantido em suas vidas desde que as mesmas passaram a ser atendidas pelas instituições relatadas.

A procura da instituição de atendimento era sobretudo paradoxal, contraditória, pois, ao mesmo tempo em que a dificuldade de visibilidade dos locais de atendimento era o que disparava toda a pesquisa, tornava-se necessário encontrá-lo para que o estudo se realizasse. A percepção pregnante era a de que o contexto de intervenção frente ao tema da violência doméstica era disperso, nebuloso, descontínuo e sem pontos evidentes dos caminhos a percorrer no território que envolvia o fenômeno. Ocasionalmente, algo se evidenciava, mas sempre faltando dados, informações, sem se dar a conhecer por completo. Aos poucos, fomos percebendo que essas características eram inerentes à forma como a sociedade lidava com o fenômeno da violência doméstica e que os traços percebidos eram compatíveis com a descrição que Edgard Morin (1990/1991 *apud* VASCONCELOS,2007) faz dos fenômenos complexos:

Os fenômenos complexos são passíveis de desordem (caos, acaso, aleatoriedade, indeterminismo) e ordem (auto-organização, determinismo), em processo de interação contínua, mas que mantêm os dois termos como antagônicos e complementares ao mesmo tempo.[...]

O conhecimento acerca dos fenômenos complexos implica incertezas, descontinuidades e desconhecimento parcial, principalmente acerca dos níveis diferenciados de sua organização ou do sistema de interação entre eles ou entre níveis epistemológicos diversos. [...]

(MORIN, 1990/1991 *apud* VASCONCELOS, 2007, p.62-63)

Na busca pela instituição de atendimento observávamos o território, tal como fazem os exploradores, a procura dos vestígios que nos conduzissem ao nosso propósito. Nessa etapa, refletíamos sobre as dificuldades e nos perguntávamos como seria para as mulheres na vivência da violência encontrar os locais de apoio, se elas passavam pelas mesmas dificuldades que experimentávamos enquanto pesquisadores. Ao buscarmos uma atitude empática com aquelas que se encontravam na vivência da violência, a Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres, a DEAM, se evidenciou no campo como possibilidade de início de exploração. Mesmo sem visar enfocar uma instituição na qual o modelo de intervenção fosse da ordem da judicialização da violência de gênero, optamos por começar a entrada no campo por essa instituição. A escolha se deu por ser esta a única referência de atendimento à violência de gênero vinculada diretamente à prática cotidiana. Era comum ocorrer no hospital onde a autora da pesquisa trabalha, a internação de mulheres ou crianças para tratamento de lesões resultantes de violência doméstica e em alguns momentos da hospitalização, o atendimento cruzar com as investigações realizadas por uma DEAM.

Através de uma das psicólogas⁵⁷ da equipe do hospital que havia trabalhado em uma das DEAMs da cidade do Rio de Janeiro solicitamos a possibilidade de agendamento de uma visita. Após contatos telefônicos preliminares, a visita se efetivou. Chegamos à DEAM Campo Grande, onde fomos recebidos de forma receptiva por um inspetor⁵⁸. Após relatarmos sobre o objetivo exploratório da visita o inspetor passou a discorrer sobre o trabalho desenvolvido pela delegacia.

O inspetor forneceu as resoluções estaduais que criaram e implantaram em 1986 as DEAMs no estado do Rio de Janeiro e comentou sobre os diversos e recorrentes casos de violência doméstica e sexual no cotidiano na delegacia. Relatou um caso envolvendo violência sexual de grande repercussão pública investigado por ele que na época de sua

⁵⁷ Psicóloga Maria Aparecida Gaya, a qual agradecemos a apresentação.

⁵⁸ Ao longo da pesquisa de campo, os técnicos e profissionais das instituições enfocadas, com os quais interagimos e aos quais interrogamos sobre as questões de estudo, foram esclarecidos sobre o tema e objetivo da proposta e abordados sob a forma de observação participante e entrevistas semi-diretivas.

ocorrência e que também recebeu atendimento por esta pesquisadora na fase de hospitalização. A fala do inspetor demonstrava o quanto a ação jurídica e a psicossocial estavam articuladas ainda que tal elo, a princípio, não se apresentasse de forma sistematizada. Segundo o inspetor:

[sic] “A DEAM apura os casos de lesão corporal contra a mulher. As questões sociais e culturais que envolvem o tema não têm espaço para serem tratadas na delegacia;” embora ele entenda que “estas permeiem enormemente os casos.” [sic].

Em relação aos desdobramentos do trabalho que realiza relatou ainda que:

[sic] “às vezes é “chamado para realizar palestras em escolas e embora aceite o convite acha que esse trabalho é inexpressivo frente a questão abrangente e complexa que envolve a violência doméstica”.

Frente ao questionamento sobre o retorno do trabalho realizado no cotidiano das atividades empreendidas o inspetor comentou que:

[sic] “no dia-a-dia não se tem acesso à estatística do atendimento”, embora, informalmente, ele observe que “o número de registros de casos vem aumentando.”

O inspetor descreveu as etapas do trabalho na DEAM que envolvem, de acordo com o seu relato,

[sic] “a escuta dos casos no primeiro momento pelos técnicos, o encaminhamento destes para os policiais que farão a apuração e a juntada de provas para envio ao juiz.”

Após essas considerações o inspetor nos apresentou a uma das técnicas de plantão que relatou sobre a sua função na DEAM. As técnicas são psicólogas ou assistentes sociais contratadas pelas delegacias para realizar o primeiro momento do atendimento. São elas que escutam as queixas pela primeira vez e fazem uma espécie de triagem dos casos antes de enviá-los aos inspetores. A técnica ouvida era uma assistente social que demonstrou valorizar no trabalho que realiza,

[sic] “a escuta que é oferecida à pessoa que chega aflita e muitas vezes com uma história de anos de sofrimento”.

A assistente social relatou que muitas vezes sua intervenção não se volta “exclusivamente para aquela que traz a queixa, mas abrange a família inteira.” [sic].

Comentou a grande frequência com que faz encaminhamentos para os centros de atendimento psicossocial e avaliou como êxito do trabalho quando, “consegue encaminhar dentro da necessidade da pessoa.” [sic].

Segundo a técnica,

[sic] “há muita dificuldade das mulheres encaminhadas prosseguirem nos atendimentos, devido ao fato dos locais de encaminhamento serem fora de Campo Grande, o que gera um custo de condução que a maioria delas não tem como arcar.”

A técnica destacou a questão da “precariedade da rede de encaminhamento”, [sic] pois, segundo a mesma, “são poucas as referências disponíveis” [sic] e apontou três instituições que absorvem as demandas da DEAM:

[sic] “O SOS Mulher, que funciona no Hospital Estadual Pedro II no bairro de Santa Cruz, O CIAM e o Rio Mulher, ambos no centro do Rio de Janeiro.” [sic].

Resolvemos seguir a rede referendada e fomos visitar após agendamento telefônico o CIAM que fica no centro do Rio de Janeiro. Ao chegar à instituição só havia além da recepcionista uma psicóloga. A diretora e demais técnicos, segundo relatos da própria psicóloga, haviam sido exonerados, pois o órgão, por ato do governador recém-empossado, havia sido transferido da Secretaria de Justiça para a Secretaria de Estado de Assistência Social. (informação oral).

A psicóloga, apesar do momento atípico, se disponibilizou a apresentar a instituição. A profissional relatou que CIAM é a sigla do – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, um braço técnico do CEDIM, Conselho Estadual de Direitos da Mulher, órgão de assessoramento em políticas públicas voltadas para as questões de gênero e combate à violência e discriminação da mulher do estado do Rio de Janeiro, criado desde 1987. [sic].

A profissional relatou sobre o trabalho realizado no Centro, sendo o mesmo voltado para o atendimento assistencial, psicológico e jurídico. O atendimento jurídico tem a finalidade de orientar as mulheres, de acordo com as informações obtidas, frente aos processos no âmbito da justiça. (informação oral).

Os demais atendimentos, segundo a técnica, são realizados, principalmente, na modalidade de grupos abertos, nos quais as mulheres podem participar sempre que assim desejarem ou puderem. [sic].

A técnica deu exemplos de casos acompanhados pelo Centro, muitos dos quais, encaminhados pelo Judiciário, e assim como a assistente social da DEAM, falou sobre a dificuldade das mulheres manterem frequência aos grupos devido ao custo do deslocamento ou por dependência econômica ou psicológica do cônjuge que dificulta o seu acesso ao atendimento. [sic].

A psicóloga observou que o trabalho “é exclusivamente voltado para a autonomia e fortalecimento das mulheres” [sic] e referendou para atendimento ao homem “o trabalho feito pelo Instituto NOOS, específico para atendimento ao homem agressor”. [sic].

Com relação aos encaminhamentos efetuados, a psicóloga assinalou que diante da necessidade de encaminhar as mulheres para outras propostas de atendimento, como por exemplo, o atendimento individual, “a referência é o Rio Mulher, instituição da prefeitura do Rio de Janeiro que se organiza como parceira nos atendimentos”. [sic].

Segundo a técnica, há modalidades de abordagem que o CIAM não realiza e nesses casos, tal como declarado pela técnica da DEAM Campo Grande, a principal referência para encaminhamento dos casos é o Rio Mulher.

Após a visita ao CIAM o território do atendimento às mulheres em situação de violência começava a apresentar relevo mais evidente. No entanto, é intrigante pensar que como funcionária do Setor de Psicologia de um Hospital de Emergência do Estado do Rio de Janeiro há nove anos, em um região que segundo dados do Dossiê Mulher (2008), foi em 2007 a área que obteve 1º lugar do estado⁵⁹ em registro de casos de mulheres vítimas de lesão corporal dolosa proveniente de violência doméstica nunca tivesse chegado ao serviço qualquer informação do trabalho desenvolvido pelo próprio estado através do CEDIM ou do CIAM. Não seriam os hospitais estaduais elementos da chamada rede de referência no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica?

Durante a fase exploratória da pesquisa, uma das psicólogas do Hospital chegou ao serviço portando um pequeno *folder* da prefeitura do Rio de Janeiro⁶⁰ em cuja parte frontal se lia as inscrições;

“NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. A PAZ NO MUNDO COMEÇA EM CASA.”

⁵⁹ Área Integrada de Segurança Pública (AISP 15), referente à circunscrição Duque de Caxias.

⁶⁰ Vide Anexo A.

Na parte interna achava-se uma lista de instituições que prestam assistência à mulher, nos casos de violência dentre elas, estavam relacionadas o Rio Mulher referendado pela técnica da DEAM e pela psicóloga do CIAM, o Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães, maternidades municipais, e o que o folder classificava como “outros serviços”, a saber: o telefone das DEAMs do estado do Rio de Janeiro, do Núcleo Especializado no Atendimento à Mulher Vítima de Violência (Defensoria Pública), do SOS Mulher do Hospital Estadual Pedro II, do Disque Denúncia 24 horas do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), da Central de Atendimento à Mulher 180 do Governo Federal e dos Conselhos Tutelares do município do Rio de Janeiro. Ao final da relação lia-se a seguinte inscrição:

“Romper o silêncio é necessário para interromper o ciclo de violência. DENUNCIE E PEÇA AJUDA.”

Era a primeira vez que tínhamos acesso a um documento que divulgava uma rede de referência para a mulher nos casos de violência, inclusive relacionando instituições do âmbito judiciário, policial, da saúde e da assistência das três esferas governamentais. A psicóloga⁶¹ que trouxe a novidade ainda acrescentou que recebeu a informação que o Rio Mulher, instituição responsável pelo *folder*, possuía em seus serviços um plantão psicológico coordenado por uma professora de uma universidade do Rio de Janeiro⁶². O fato desta instituição ter sido referendada no interior dos próprios serviços visitados, de divulgar seu trabalho dentro de uma proposta de rede de referência, de estar articulada com uma universidade e de fazer parte dos serviços de atendimento do município do Rio de Janeiro determinou, naquele momento, finalmente, a escolha do campo de pesquisa. A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida devido a sua posição de capital do Estado e, portanto, hipoteticamente detentora de maior oferta de serviços.

A inserção no campo foi realizada através da mediação da orientadora da pesquisa que possibilitou contato com a coordenadora⁶³ do Plantão Psicológico, por meio da qual, agendamos entrevista com a direção do Rio Mulher.

⁶¹ Psicóloga Bianca Ribeiro, a qual agradecemos a contribuição.

⁶² Prof^a. Marcia Alves Tassinari da Universidade Estácio de Sá e coordenadora do Centro de Psicologia da Pessoa.

⁶³ Agradecemos à Prof. Marcia Alves Tassinari o acolhimento nessa Instituição.

2.2 O Centro de Atendimento Psicossocial

O Projeto Rio Mulher na sua constituição político-administrativa é uma assessoria do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, diretamente ligada ao seu gabinete, para a “implementação e gestão das políticas de gênero”⁶⁴ no município. Funciona nas instalações do Centro de Artes Kalouste Gulbeikian no centro do Rio de Janeiro e foi criado por meio do decreto municipal nº 19.438, de 1º de janeiro de 2001⁶⁵, mas a história de sua criação está diretamente ligada à atividade de sua diretora, a professora de Educação Física Maria Edite C. R. Dantas, como veremos mais adiante.

A entrada na Instituição deu-se através de uma entrevista com a diretora onde o delineamento da pesquisa foi apresentado, juntamente com o relato da motivação do estudo e da vinculação acadêmico-profissional da pesquisadora. Nesta primeira entrevista a estratégia de inserção era fomentar o vínculo positivo com a instituição de modo a criar condições de abertura para a atividade contínua na dinâmica institucional. Havia também o objetivo de conhecer a história e a proposta institucional, ou seja, a sua identidade, os seus componentes funcional, imaginário e simbólico. Esta concepção partia do entendimento de que:

Não é de imediato que a instituição se deixa observar: “presente-ausente, ela envia falsas mensagens explícitas através de sua ideologia, e mensagens verdadeiras em código, através do seu tipo de organização” (R. Lourau, p. 143). É por isso que o observador deve indagar às formas aparentes da Instituição, qual é o seu caráter essencial, considerando-a através do seu dinamismo, ou seja, através das relações entre a racionalidade estabelecida (regras, formas sociais fixas, etc) e os desenvolvimentos sociais que se apóia, e/ou questionam tudo que há instituído na instituição. Na perspectiva dessa problemática, a instituição permanece opaca à primeira vista. (BARBIER, 1977, p. 135).

De acordo com a diretora, o Projeto Rio Mulher foi iniciado entre os anos de 1997 e 1998, após sua aposentadoria do magistério, a partir das atividades de um grupo religioso da qual ela fazia parte, juntamente com mais três amigas, onde se realizava um trabalho de apoio social em comunidades carentes. [sic].

⁶⁴ Dado disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/riomulher/rio_mulher.htm>. Acesso em 09 ago. 2007.

⁶⁵ Decreto do prefeito César Maia.

Nessas atividades angariava-se e distribuía-se roupas, brinquedos e comida, sendo constante o contato com as mulheres, via de regra, responsáveis pelo cotidiano das famílias. A partir daí, conforme assinala a diretora, lhe foi possível observar, o quanto as mulheres das classes populares eram solidárias entre si. [sic].

Dentre as mulheres dessas comunidades, havia, segundo a diretora, aquelas que trabalhavam fora e as que trabalhavam no local cuidando dos filhos das primeiras, diferentemente do que ocorre na classe média, que na sua observação, não demonstra uma convivência diária tão solidária. [sic].

Maria Edite Dantas relata que a partir desta percepção, ela, juntamente com as demais amigas do grupo, uma psicóloga e duas assistentes sociais, resolveram fazer um levantamento das necessidades das mulheres assistidas. Logo perceberam que essas mulheres tinham demandas para além do âmbito em que elas poderiam ajudar, pois as necessidades das mesmas estavam ao nível de competência das políticas públicas e não da ação de um grupo religioso. [sic].

Decidiram, por isso, levar a consulta preliminar ao comitê do então candidato César Maia e segundo Maria Edite Dantas, pedir seu apoio. Ao apresentarem a proposta ao candidato este decidiu apoiá-las, dizendo-lhes que “no seu governo a mulher teria vez.” [sic].

A partir deste contato, a professora Maria Edite Dantas relata, o início de um levantamento de maior amplitude. Com o apoio do comitê do candidato, inicia-se, segundo a mesma, o “Movimento Rio Mulher”, onde ela “visitava as comunidades das zonas geográficas da cidade (oeste, norte, sul e leste), ouvindo e registrando, em ata específica, as necessidades das mulheres.” [sic].

Ela também recebeu apoio para este trabalho das mulheres candidatas a vereadoras do partido de César Maia. Elas iam tabulando as reivindicações. [sic]. Nessas visitas, a professora observava que as mulheres não pediam coisas para elas. “As necessidades eram sempre para a comunidade, para os maridos ou filhos”. Alguns exemplos⁶⁶ das necessidades apontadas por elas: [sic].

Zona oeste: comitê Anchieta (limpeza de rio, iluminação, melhor atendimento nos hospitais, creches, segurança, telefones públicos, área de lazer e sinal de trânsito).

Zona norte: (escola, água, centro esportivo, empregos, limpeza das ruas).

Zona Sul: comitê Copacabana/Ipanema (retirada dos moradores de rua).

⁶⁶ Dados parciais extraídos do material de levantamento da Professora Maria Edite Dantas para ilustração.

Em todas as áreas era nomeado um representante junto à comunidade. [sic]. Este trabalho foi realizado de julho a outubro/novembro de 2000 e gerou um dossiê que foi entregue ao candidato César Maia contendo o relatório do material coletado e as conclusões obtidas. [sic].

O documento, segundo Maria Edite Dantas, deu subsídios ao candidato para desenvolver propostas de políticas de saúde, educação, obras, assistência e infra-estrutura que formaram a base do seu programa de governo. [sic].

Com a eleição do prefeito César Maia, Maria Edite Dantas recebeu convite para desenvolver junto à prefeitura o Programa Rio Mulher, uma assessoria do prefeito do Rio de Janeiro para as questões no âmbito da prefeitura ligadas às demandas relativas às mulheres. [sic].

A coordenadora relatou que ao assumir o cargo foi convidada a participar de um encontro da rede de Mercocidades⁶⁷ com a finalidade de apresentar o planejamento estratégico do município do Rio de Janeiro. [sic]. Ao apresentar a meta do município de atuar junto às mulheres, percebeu a necessidade de voltar o foco do programa para os estudos de gênero. Iniciando seus estudos sobre o tema no Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM⁶⁸. [sic].

De acordo com a coordenadora,

[sic] “a política do governo é a de que todas as secretarias discutam e promovam ações com o objetivo de trabalhar as relações de gênero e de construir políticas que não reforcem a discriminação da mulher”.

Segundo ela, o trabalho de “desconstrução cultural é intenso” [sic], pois, entre outros fatores, “as mulheres acham que elas não reproduzem a discriminação” [sic]. A partir daí, ela reforçou o seu projeto inicial de melhorar a qualidade de vida das mulheres do Rio de Janeiro, “através de ações no âmbito da prefeitura, voltadas para a construção de políticas públicas que não reproduzam o enfoque de dominação e exclusão” [sic]. Por exemplo, Secretaria de

⁶⁷ “Rede de prefeitos que participam do MERCOSUL, com a tarefa de incentivar o fortalecimento de administrações locais, como contrapartida lógica e natural da globalização. Criada em 1995, durante o seminário do MERCOSUL na cidade de Assunção, a partir da demanda de aproximação entre os centros de planejamento e execução de medidas e os habitantes das cidades.” Dados disponíveis em: <http://nutep.adm.ufgs.br/mercosul/mercocidades_port.html>. Acesso em 12 set. 2008

⁶⁸ “Organização de natureza não governamental, sem fins lucrativos vocacionada para o fortalecimento do governo municipal. Tem como missão promover o município como esfera autônoma de governo, fortalecendo sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local. Reconhecido como Instituição de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social” Dados disponíveis em: <<http://www.ibam.org.br>>. Link: Origem e Missão. Acesso em 12 set. 2008.

Assistência Social, foco: Inclusão social da mulher. Essa secretaria, segundo Maria Edite Dantas, entre outras atribuições, provê o 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar, criado a partir da Lei Maria da Penha, de recursos para lidar com as questões de gênero e de violência contra a mulher. Para a coordenadora,

[sic] “o ato da prefeitura que vinculou a Secretaria de Assistência Social ao 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar, consolidou no âmbito municipal, as políticas e ações permanentes de atenção à mulher”.

O trabalho social no Rio Mulher é desenvolvido pelas assistentes sociais e psicólogos e estes se articulam aos aparelhos judiciários, assistencial, educativo e político que atravessam e constituem a proposta. A atividade que fundamenta o trabalho dos mesmos é a intervenção. O domínio desta intervenção abrange as mulheres, suas especificidades e a situação da violência que a elas atinge. Esta intervenção se constitui como possibilidade de ação frente à situação de risco em que as mulheres estão expostas e como objeto de saber, ou seja, como possibilidade de desenvolvimento teórico-prático do contexto das práticas de atendimento no que envolve o caráter específico da abordagem. Segundo Donzelot (2001, p.92), neste contexto, “o objeto de intervenção será ele mesmo objeto de saber”.

Neste campo de formação recente, portanto um objeto novo no cenário do conhecimento, afora os corpos teórico-técnicos das disciplinas que nele se alinham, não há um escopo teórico constituído, o que há são observações empíricas, “práticas discursivas”, “jogos de conceitos”, “conjuntos de enunciações”(FOUCAULT,1986), ou seja, um conjunto de saberes compatíveis com a descrição que Michel Foucault (1986) faz da caracterização do campo das positivities e que formam a base “a partir da qual se constroem proposições coerentes, ou não, se desenvolvem descrições mais ou menos exatas, se efetuam verificações, se desdobram teorias”. (Ibidem, p.205).

Com relação ao fenômeno da violência doméstica este é concebido em termos de políticas públicas, como a resultante das relações de gênero e a mulher, é entendida como figura oprimida e subjugada nesta relação. O trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais é alinhado com esse entendimento e com vistas ao “empoderamento da mulher.” A respeito desse último aspecto, Barsted (2003) relata que:

A noção de empoderamento (empowerment) das mulheres tem sido utilizada na literatura feminista e foi adotada nos Planos de Ação das Conferências do Cairo e de Beijing, para designar a necessidade de

processos sociais capazes de aumentar as potencialidades das mulheres e superar as discriminações. (BARSTED, 2003, p. 9)

O mesmo ocorreu com o termo *gênero*, que segundo Tavares (2000):

[...] faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição. Para Chodorow (1997)⁶⁹, este termo veio para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e homens. O gênero, então fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana, buscando uma maneira de conceituar o gênero como forma de legitimar e construir as relações sociais.

Do ponto de vista político, foi importante, e útil para mobilizar as mulheres no movimento e na academia, quando se propuseram a gerar conhecimentos sobre as condições de vida das mulheres, resgatar o passado e analisar o presente das mulheres para a sociedade e para a cultura, fazê-las visíveis na história, na criação e na vida cotidiana.

A violência de gênero significa que não são as diferenças biológicas entre os homens e as mulheres nem os papéis sociais que ambos desempenham que determinam o emprego da violência contra a mulher. Significa, isto sim, que são os papéis sociais impostos a homens e mulheres, reforçados por culturas patriarcais, que estabelecem relações de violência entre os sexos. (TAVARES, 2000, p.15-16).

A relação desta pesquisadora com o campo ocorreu por um período de seis meses (janeiro a julho de 2008) e deu-se através da observação participante, das entrevistas realizadas e do contato com o material impresso produzido ou distribuído pela instituição. Inicialmente, foi estabelecido um período médio de três meses de inserção no campo de pesquisa, porém, as usuárias do serviço só começaram a procurar atendimento no mês de abril, o que contribuiu para prorrogar a permanência no campo pelo dobro do tempo presumido. Esta variável acabou por favorecer o estreitamento do laço social com os integrantes da instituição, minimizando as resistências naturais frente ao olhar investigativo inerente ao pesquisador.

O aspecto relacional foi priorizado durante todo o processo de entrada e permanência no campo. A premissa básica era a de que as informações fornecidas e a receptividade dos sujeitos podiam ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o pesquisador. (MINAYO, 1992).

⁶⁹ Chodorow N.J. Gender-Relation and difference in psychoanalytic perspective. *In*: Gould C C (editor). **Gender- Key concepts in critical theory**. New Jersey: Humanities Press; 1997.

Quanto ao período de flutuação e queda no atendimento que, segundo as assistentes sociais, ocorre nos meses iniciais do ano, as técnicas, atribuem tal fato, ao período de férias escolares, quando as mulheres ficam mais restritas ao âmbito do lar. Para elas, sem o período escolar, as mulheres não têm como justificar a saída de casa.

A modalidade de entrevista escolhida para se chegar às “opiniões, maneiras de pensar, sentir e atuar, crenças e sentimentos” (Ibidem, p. 108) foi a entrevista semi-diretiva, utilizada tanto na abordagem aos técnicos, como também, frente às usuárias do programa. Nesta modalidade de entrevista utiliza-se um roteiro de questões às quais o entrevistador pretende responder, porém, tais questões, podem suscitar o surgimento de outras, a partir do aprofundamento da relação intersubjetiva entre entrevistado e entrevistador, sendo tal dinâmica, inclusive, requerida em uma pesquisa de base qualitativa. A observação participante abrangeu todas as atividades coletivas do campo e esteve sempre pautada pela convivência com os agentes da instituição.

2.3 O campo infinito de relações veiculadas no território: as práticas entre disciplinas, profissionais e instituições

Interrogar o trabalho social é perguntar “sobre o que ele faz, considerar o regime de suas transformações em relação com o estabelecimento de seus alvos efetivos” (DONZELOT, 2001, p.93-94), compreender como se agenciam estrategicamente as instâncias que o compõem e o que isso determina.

O atendimento inicial às mulheres que chegam ao Rio Mulher é feito pelo Serviço Social. As mulheres procuram a instituição pelo telefone ou pessoalmente, depois de terem sido encaminhadas por outras instituições. Pelo telefone, as assistentes sociais, procuram conhecer a demanda da pessoa e agendam o primeiro atendimento. Quando as mulheres chegam pessoalmente, geralmente são atendidas de imediato e a primeira intervenção é no sentido de discriminar as demandas sociais das mulheres e as suas necessidades que podem incluir o encaminhamento para outros serviços, tais como, serviço de abrigamento, atendimento médico, jurídico, ou profissionalizante. Esse encaminhamento ocorre concomitantemente ao atendimento que elas recebem no Rio Mulher. O atendimento prestado pelo Rio Mulher se atém às mulheres em situação de violência doméstica. Durante o atendimento inicial as assistentes sociais procuram avaliar, entre outros aspectos, se a mulher necessita ser atendida pelo psicólogo e se a dinâmica expressa no atendimento social assim sugerir, a usuária será

encaminhada para avaliação pelo profissional de Psicologia. De acordo com as informações obtidas oralmente, junto às assistentes sociais, o psicólogo pode indicar necessidade de psicoterapia, atendimento pelo Plantão Psicológico ou não indicação de atendimento psicológico. Nesse último caso, se for necessário, a mulher recebe o atendimento social e outros encaminhamentos pertinentes (instituições do âmbito do judiciário, policial ou médico, por exemplo).

De acordo com os depoimentos das assistentes sociais, o atendimento social tem como objetivo,

[sic] “fomentar na mulher “a reflexão crítica da sua condição social e desmistificar a condição feminina.”

Para tanto, as assistentes sociais partem dos referenciais teóricos de suas linhas de atuação, que são segundo o depoimento de uma delas, “o Funcionalismo, a Fenomenologia e o Marxismo.” [sic]. A partir dessas perspectivas, utilizam como ferramentas “o acolhimento”, técnica onde elas “se mostram disponíveis à escuta e sensíveis às situações surgidas” [sic] e “o acompanhamento periódico dos casos”, na modalidade de “atendimento social” no qual elas procuram desenvolver uma abordagem denominada “desconstrução na perspectiva de gênero.”(RUSSO, 2008).

O atendimento social consiste em rever valores, atitudes, condutas e formas de relacionamento histórica e culturalmente construídos, promovendo reflexões que contribuam para fortalecer as mulheres a fim de que estas reúnam condições para empreender a ruptura do ciclo de violência ao qual elas estão expostas. (RUSSO, 2008).

Uma das assistentes sociais, declarou a respeito da proposta desenvolvida, “que o “fortalecimento das mulheres” [sic] passa pelo trabalho de”:

[sic] “propiciar o desenvolvimento da autonomia das mesmas de modo que elas possam perceber que os seus corpos lhes pertencem, que existem direitos, que o caminho não é uma reta, é cheio de entroncamentos e essas dificuldades são trabalhadas; que elas são capazes de assumir situações e que elas são além de mulheres, agentes sociais, pois normalmente elas não se sentem donas de nenhuma ação.”

Outro viés do trabalho das assistentes sociais é o que elas chamam de articulação. Frente à demanda das mulheres por atendimento devido à violência doméstica elas procuram, de acordo com o relato verbal de uma das técnicas,

[sic] “subsidiá-las dos recursos práticos necessários para a saída do ciclo de violência.”

E prossegue sua verbalização informando como esses “subsídios” são obtidos:

[sic] “através da articulação com outras instituições, tais como, a Secretaria de Assistência para obtenção de creches ou escolas para os filhos; hospitais quando as mulheres precisam de tratamento específico ou quando há a urgência de uma internação com segurança por estarem ameaçadas pelo marido ou companheiro; delegacias quando percebem que as mulheres precisam formalizar registros de ameaças ou novas agressões, complementar dados ou registrar a queixa dentro da Lei Maria da Penha; 1º Juizado Especial de Violência Doméstica quando o risco de vida para a mulher exige celeridade no processo”.

As articulações feitas pelas assistentes sociais possibilitam que haja um fluxo contínuo entre o Rio Mulher e as demais instituições envolvidas com o atendimento às mulheres em situação de violência, chamando a atenção para a gravidade dos casos e agindo no sentido de contenção das demandas. No entendimento das assistentes sociais, as articulações, possibilitam também,

[sic] “que a mulher perceba que ela não está sozinha, que há uma equipe na instituição, articulando com outras equipes para que a sua vida seja preservada”.

Para as assistentes sociais,

[sic] “ser acolhido por essa rede de proteção na vivência da violência está para além de todos os atendimentos individualizados que elas recebem na Instituição”.

Na avaliação de uma delas,

[sic] “a compreensão da dimensão dessa articulação para a vida das mulheres em situação de violência é algo que ainda nem todas as instituições que participam da rede obtiveram”. Os profissionais falam que é necessário trabalhar em equipe, que é preciso trabalhar articulado, mas a dimensão desta articulação é diferenciada. Muitas vezes recebemos encaminhamentos de outras instituições que não deram conta, que estão com as mulheres lá, mas não sabem o que fazer com elas. Encaminham, mas não mantêm o contato, passam adiante e acham que isso é articulação.”

Para as assistentes sociais, a informação é um recurso importante para a implementação do trabalho de assistência. Essa informação é buscada junto às mais diversas instituições envolvidas com o fenômeno da violência doméstica e com os profissionais a elas

ligados. As assistentes sociais são funcionárias públicas do município do Rio de Janeiro e são as responsáveis pela condução da proposta da Instituição.

O atendimento psicológico é a outra vertente do atendimento psicossocial. Ele é realizado por psicólogos contratados por uma organização não governamental, por estagiários de Psicologia vinculados a um centro de formação psicoterápica⁷⁰ e a uma universidade⁷¹ e, ainda, por psicólogos voluntários. Dentre os psicólogos há os que atendem pelo referencial psicanalítico e aqueles vinculados ao centro de formação psicoterápica que utilizam a Terapia Centrada na Pessoa. As mulheres são atendidas pelos psicólogos na modalidade de “Plantão Psicológico”, “Psicoterapia” ou “Grupo de Reflexão”.

O Plantão Psicológico é um serviço criado desde janeiro de 2007 em parceria com o Centro de Psicologia da Pessoa (CPP) para atender às mulheres em situação de violência doméstica. O atendimento é realizado por psicólogos voluntários do Curso de Formação de Plantonistas Psicológicos do CPP.

Segundo material de apresentação disponível no Rio Mulher, o Plantão é

uma modalidade de atenção psicológica que objetiva atender a pessoa no momento exato (ou quase) de sua urgência, procurando acolher a pessoa integralmente e construindo, em parceria, uma melhor configuração de seu pedido de ajuda.

(PLANTÃO PSICOLÓGICO/RIO MULHER: Cópia mimeo cedida pelo Serviço Social do Rio Mulher para o presente estudo, 2008)

A respeito do objetivo do Plantão Psicológico, os plantonistas declaram,

[sic] “o objetivo deste serviço é o “acolhimento”. É constituir um espaço receptivo para a mulher como pessoa, mais do que para seus problemas, para que viva com realismo e cuidado consigo mesma.”

[sic] “o Plantão é um serviço que objetiva funcionar como “referência existencial e facilitador de um movimento de ajuda e atenção ampla de si e da realidade. ”

Essa modalidade de abordagem, de acordo as declarações dos técnicos, não implica em um compromisso semanal e continuado de atendimento. Conforme eles sinalizam a mulher pode fazer uso do serviço dentro dos horários disponíveis na Instituição, até o limite

⁷⁰ Centro de Psicologia da Pessoa – CPP.

⁷¹ Universidade Estácio de Sá.

de no máximo, três atendimentos. [sic]. Sobre o que determina a busca pelo atendimento eles relatam que

[sic] “muitas vezes as mulheres não apresentam uma motivação específica para a psicoterapia ou para o grupo de reflexão e, nesse caso, se beneficiam das possibilidades de uma escuta acolhedora que contempla a pessoa integralmente e não apenas o seu papel de mulher que sofre a violência doméstica”.

A abordagem do atendimento é “humanística e centrada na pessoa” [sic], nas demandas que esta endereça ao plantonista relativas às suas emoções, sentimentos e vivências. [sic]. O trabalho se diferencia daquele prestado pelo assistente social, sobretudo, pelo foco “não diretivo, terapêutico e incondicional” [sic], ou seja, o fato das mulheres terem chegado ao serviço através da demanda de violência, não é determinante, para o plantonista, de uma atitude de condução da abordagem para o foco nas “relações de gênero” ou de “saída do ciclo da violência doméstica”. [sic]. De acordo com uma das plantonistas,

[sic] “é raro surgir como tema do atendimento a “questão de gênero.”

Na maioria das vezes, segundo essa técnica do Plantão,

[sic] “a mulher não objetiva separar-se do marido agressor, o que há, é um sentimento de decepção pelas suas escolhas e uma atitude de procurar entender o que a faz ficar com aquela pessoa.”

A plantonista aponta como sentimento recorrente expresso pelas mulheres no atendimento e disparador do trabalho de suporte psicológico a seguinte fala:

_ “Eu não sei o que acontece que eu continuo com esse homem...”

Para essa plantonista,

[sic] “apesar da “questão de gênero”, permear esse tipo de reflexão, “ela não é o foco e sim resultado.” O trabalho de atendimento psicológico é, “fazer com que a mulher se ouça naquela fala e, muitas vezes, ela se assusta com ela mesma”. Sendo, nesse momento, “confrontada com a dificuldade de ouvir a si própria”

A plantonista afirma que as mulheres, em geral,

[sic] “apesar de sofridas ou machucadas, não têm o entendimento de que aquela relação faz mal a ela.”

Por isso, para essa plantonista, o trabalho de suporte psicológico traduz-se na seguinte fórmula:

[sic] “O que vamos acolher é a pessoa, e não a violência.”

E completa:

[sic] “o importante, para o atendimento, é acolher a dor, o sofrimento, o mal estar, a vergonha de apanhar e continuar amando aquela pessoa.”

Ela assinala que as mulheres que vivem o fenômeno da violência apresentam “construtos rígidos,” [sic], tal como: “mulher descasada tem menos valor” e, desde o início, ela tenta se desculpar das suas escolhas, dizendo: “no início não era assim.”

De acordo com a profissional,

[sic] “a Abordagem” (Centrada na Pessoa) é contra o confronto. Isso todo mundo faz com a mulher que está exposta a violência. Acolher sem julgar, sem criticar. A atitude é entender com ela qual o sentido. Às vezes a mulher expressa: “Eu devo ser louca, devo ser internada.” Nem ela se reconhece, porque tudo isso é a pessoa.”

E finaliza seu depoimento relatando que

[sic] “o Plantão é uma “porta aberta na qual a mulher pode entrar se assim quiser e quando quiser”, dando a ela “autonomia de escolha.”

A psicoterapia é a modalidade de atendimento indicada quando há motivação da mulher para esse tipo de trabalho de cunho sistematizado e mais duradouro, em que existe um compromisso da parte da mesma e do psicoterapeuta com o horário, dia do atendimento e com um trabalho continuado de atenção aos seus processos psicológicos. Essa modalidade de

atendimento é realizada tanto pelos psicólogos da Abordagem Centrada na Pessoa, quanto pelos que se utilizam do referencial Psicanalítico. Apesar dos referenciais teóricos serem determinantes na forma de entender a relação terapêutica, os psicólogos, das duas linhas teóricas, expressam, verbalmente, preocupação em diferenciar a psicoterapia do atendimento social e em destacar o fato de que “apesar de reconhecerem a necessidade e importância das orientações e suportes sociais, estes não interferem diretamente no trabalho psicoterápico.” [sic]

Os psicólogos, de ambos referenciais, verbalizam, que

[sic] “evitam julgamentos ou tratar de um ser humano *a priori* ou encerrado em padrões pré-estabelecidos,” como por exemplo, “ela está vitimizada” ou “ela é dependente.”

O Grupo de Reflexão é a abordagem que congrega a intervenção simultânea do Serviço Social e da Psicologia. É um grupo aberto, com periodicidade quinzenal, coordenado por uma psicóloga e uma assistente social, onde as participantes são mulheres na vivência da violência doméstica. Segundo a assistente social que coordena a proposta, esse é um espaço coletivo para que as mulheres possam estabelecer trocas e debater sobre as relações e vivências do cotidiano. Ela relata que nos encontros, as mulheres participantes passam por uma atividade de sensibilização que pode ser realizada através de colagens, confecção de máscaras ou dinâmicas de grupo. Durante ou em função da atividade, surgem comentários sobre temas relativos ao universo das participantes, tais como família, valores, criação dos filhos, relacionamento, entre outros. A partir dos temas surgidos as participantes expõem o que sentem, como vivem, o que pensam, como vêm superando as dificuldades e as suas opiniões sobre os temas, realizando as trocas de vivências. As coordenadoras fazem intervenções que permitam estimular a reflexão e a troca de experiências.

No ano de 2005 o Rio Mulher objetivou conhecer o perfil das mulheres atendidas pela instituição e, através das assistentes sociais, realizou um levantamento dos atendimentos efetuados. De um total de 55 mulheres chegaram às seguintes classificações:

- Quanto à cor das mulheres atendidas
 - 65,50** brancas
 - 12,70% pretas
 - 9,10% pardas
 - 12,70% não informada

- Idade
 - 3,65% 11 a 20 anos
 - 16,36% 21 a 30 anos
 - 29,09%** 31 a 40 anos
 - 29,09%** 41 a 50 anos
 - 16,36% 51 a 60 anos
 - 5,45% 61 a 70 anos

- Escolaridade
 - 1,80% Analfabeta
 - 41,85%** Ensino Fundamental
 - 30,90% Ensino Médio
 - 5,45% Superior Incompleto
 - 9,10% Superior
 - 1,80% Pós Graduação
 - 9,10% Não Declarado

- Procedência
 - 10,91% Centro
 - 56,36%** Zona Norte
 - 16,37% Zona Oeste
 - 5,45% Zona Sul
 - 10,91% Outros Municípios

- Estado Civil
 - 38,20%** Casada
 - 14,55% Divorciada
 - 9,10% Separada
 - 25,45% Solteira
 - 1,80% Viúva
 - 3,63% União Estável
 - 7,27% Não Informado

- Demanda
 - 10,90% Abrigo
 - 1,80% Creche
 - 1,80% Psiquiatria
 - 1,80% Assistência Jurídica
 - 54,00%** Psicologia
 - 1,80% Psicologia e Bolsa para Curso
 - 10,90% Social
 - 1,80% Social e Jurídica
 - 14,50% Social e Psicológica
 - 1,80% Não Informada

- Tipos de Violência contidos na queixa
 - 27,30% Psicológica
 - 25,45% Física
 - 29,10%** Física e Psicológica
 - 3,65% Patrimonial
 - 3,65% Ameaça
 - 3,65% Física, Psicológica e Patrimonial

1,80%	Sexual
1,80%	Física, Psicológica e Sexual
1,80%	Psicológica e Patrimonial
1,80%	Física e Sexual

Obs: Dados do levantamento cedidos em cópia mimeo pelo Serviço Social do Rio Mulher e revisados pela autora para o presente estudo.

Conforme os dados do levantamento apontam, a maior parte das mulheres atendidas possui o nível fundamental de escolaridade (41,85%), porém, a taxa de mulheres com o nível médio de formação é expressiva (30,90%). O percentual de analfabetismo é reduzido (1,80%) e a taxa de mulheres com nível superior é considerável (9,10%), sendo significativa também a taxa de mulheres que não declararam seu nível de escolaridade (9,10%). A maior parte das mulheres atendidas são brancas, casadas e estão entre a faixa de 31 e 50 anos, embora o atendimento receba mulheres das mais variadas faixa etárias, inclusive crianças. Segundo os dados, a principal área de procedência das mulheres assistidas é a zona norte da cidade. A maior demanda da instituição é para o atendimento psicológico, o que se confirma quando observamos a ênfase acentuada de queixas de violência psicológica. Dentro do período de existência da instituição, esse é o único levantamento efetuado, carecendo os dados de confronto sistemático com novos estudos ou levantamentos. Nesse aspecto, a instituição não difere da característica acentuada do Estado de pouca ênfase na pesquisa, contribuindo para a manutenção da dispersão de dados em torno do fenômeno da violência doméstica.

Além do atendimento psicossocial propriamente dito o Rio Mulher desenvolve programas e ações que conferem uma identidade específica à proposta desenvolvida na instituição, sendo estes:

- Abrigagem de mulheres em situação de risco – Esse serviço prestado pelo município do Rio de Janeiro foi iniciado em 1997 e, desde 2002⁷², encontra-se vinculado à Subsecretaria da Chefia de Gabinete do Prefeito sob a coordenação do Rio Mulher, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A Casa–Abrigo é destinada às mulheres encaminhadas ao Rio Mulher com orientação de proteção e segurança devido ao risco de atentado contra a vida a que elas estão expostas e que não contam com referência relacional ou familiar que lhes possibilite obter essas condições. A casa é uma residência temporária, por até quatro meses, e seu endereço é

⁷² Dados constantes em <http://www.rio.rj.gov.br/riomulher/programas_acoes.htm> e complementados através de visita à casa – abrigo, ocorrida em julho de 2008, onde os dados foram fornecidos pela assistente social responsável.

sigiloso. Segundo informativo da Casa-Abrigo, ela é um “espaço de segurança que oferece moradia protegida e atendimento integral a mulheres em situação de risco iminente – em razão da violência intrafamiliar - [...]”⁷³. Atualmente, a capacidade da casa é de 14 mulheres com média de 3 filhos cada uma. As mulheres abrigadas devem ser maiores de idade e seus filhos e filhas podem ter de zero a 14 anos.

Durante o período em que se encontram abrigadas, as mulheres recebem atendimento psicológico, social e assistência jurídica. Segundo a assistente social da casa, há uma advogada que acompanha as mulheres nas audiências. Os filhos dessas mulheres abrigadas recebem atenção de uma equipe profissional multidisciplinar, que inclui uma professora e uma pedagoga. Durante o tempo em passam na casa as crianças são matriculadas em escolas da prefeitura e passam a ser acompanhadas no seu aproveitamento escolar pela Casa em um regime de tutela. Após as atividades escolares as crianças fazem na própria casa seus trabalhos escolares com orientação de uma professora. As crianças na faixa pré-escolar são assistidas na própria casa, que conta com uma creche nas suas dependências, da qual cada mulher abrigada participa diariamente colaborando com os cuidados dos pequenos.

A Casa possui instalações amplas e confortáveis e assemelha-se a uma residência comum, não fosse pelo seu pátio externo que recebe a proteção de um segurança armado e um portão indevassável. As mulheres ficam acompanhadas de seus filhos em quartos, do tipo suíte, cada um deles pintados com cores que lhes denominam (quarto rosa, quarto azul...). Nas paredes há avisos contendo algumas regras da casa, tais como limpeza, organização e uma escala de responsabilidades a qual cada mulher concorre diariamente, tais como limpeza dos banheiros, arrumação do refeitório entre outras. A comida da casa é preparada por uma cozinheira e cada mulher cuida de suas roupas e das de seus filhos, em dias específicos para cada uma delas. O princípio da disciplina e organização parece ser respeitado. As mulheres abrigadas mostram-se curiosas com a nossa visita e eufóricas falam dos visitantes ilustres recebidos, tal como a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire. Falam também das expectativas de conseguirem um bom emprego e poderem seguir a vida livres da violência. Umaz dizem que “não querem mais saber dos homens, enquanto outras, declaram não querer pensar sobre tal fato naquele momento”. As visitas parecem colocá-las em uma situação semelhante a um “big brother”, onde, apesar de

⁷³ Informativo impresso da Prefeitura do Rio de Janeiro/ Rio Mulher “Casa Abrigo Maria Haydée Pizarro Rojas”, Rio de Janeiro: SEPROP p. 1-24.

confinadas, estão recebendo visibilidade da sociedade. Adiantam-se em mostrar orgulhosas as dependências da Casa e apontam os lugares onde são proibidas de permanecer por serem considerados de risco, como o terraço e o pátio principal.

A Casa recebe mulheres de outros municípios quando o risco de vida implica em que a mulher seja afastada de sua área regional. A assistente social relata que ao término da abrigagem é efetuado um sumário do trabalho realizado junto à mulher e encaminhado para instituição que solicitou a proteção. Acrescenta também que elas procuram acompanhar a saída da Casa, orientando as mulheres em relação à procura de um imóvel, orçamento da casa e obtenção de trabalho. Quando a mulher vem encaminhada de outro município ou instituição, a Casa solicita parceria para atendimento das necessidades das usuárias abrigadas.

As mulheres só saem da casa para situações especiais, tais como, atendimento médico ou ida ao juizado e, nesses casos, contam com a proteção da instituição. Segundo as informações do *site* da Prefeitura do Rio de Janeiro, “o princípio norteador da Casa-Abrigo está fundamentado na desconstrução das relações violentas” e na “reinserção da mulher e de seus filhos na vida em sociedade”[...]”⁷⁴. O encaminhamento das mulheres para a Casa pode ser realizado através do próprio Rio Mulher, de Unidades Municipais de Saúde, dos Programas Sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), dos Centros de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e de outros municípios.

- Fóruns, Seminários, Palestras e Oficinas – São atividades permanentes, desenvolvidas no Rio Mulher “de perfil sensibilizador, reflexivo, informativo e esclarecedor”⁷⁵ onde os profissionais da instituição, profissionais convidados e o público, composto de usuários, estudantes e profissionais das diversas instituições que compõem a rede de atendimento em violência doméstica debatem sobre temáticas atuais das diversas áreas do saber e/ou das práticas implicadas com o fenômeno. Essas atividades ocorrem com frequência contínua e sistemática na instituição. Os fóruns, por exemplo, são mensais, sempre às 5ª feiras e as temáticas são planejadas e divulgadas previamente e ocorrem de março a novembro. Os assuntos tratados abrangem questões da saúde, do judiciário, do mercado de trabalho, das políticas públicas e das práticas desenvolvidas.

⁷⁴ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/riomulher/programas_acoes.htm> . Acesso em 09 ago 2007.

⁷⁵ Fonte: Um Rio de redes femininas: frentes de trabalho do Serviço Social. Rio Mulher, Rio de Janeiro: [2007 ou 2008]. Cópia mimeo

As palestras, mais uma modalidade de aprofundamento das reflexões, são desenvolvidas no calendário de eventos da Instituição, à convite de outras instituições, durante reuniões de equipe, nos Encontros da Rede de Atendimento à Mulher, entre outros momentos de interação de profissionais e de serviços. A ênfase no debate, na interlocução e nas reflexões é um dos pontos mais significativos do trabalho realizado no Rio Mulher.

- Campanhas – Ocorrem, geralmente, em datas emblemáticas de reflexão e sensibilização na sociedade sobre as questões da mulher, tais como o “8 de março” (Dia Internacional da Mulher) o “25 de novembro” (Dia Internacional do Não à violência contra a Mulher)⁷⁶ e o “6 de dezembro” (Dia da Campanha do Laço Branco)⁷⁷. Nessas épocas a equipe da instituição organiza atividades diversas junto à população do município, “abordando elementos sócio-culturais com a perspectiva de desmistificar as nuances que envolvem as relações de gênero, as relações de poder, étnicas e outras”.⁷⁸ No “8 de março de 2008”, foi realizada uma Campanha na Praça da República, no Centro do Rio de Janeiro, com atividades variadas de sensibilização da população para os prejuízos ligados à violência doméstica para a “valorização e cuidado das mulheres”. Foram realizadas exposições de artesanato e trabalhos

⁷⁶ “Definido no I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 1981, em Bogotá, Colômbia, o 25 de Novembro é o Dia Internacional da Não à Violência contra a Mulher. A data foi escolhida para lembrar as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo na República Dominicana. Em 25 de novembro de 1991, foi iniciada a Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, sob a coordenação do Centro de Liderança Global da Mulher, que propôs os 16 Dias de Ativismo contra a Violência contra as Mulheres, que começam no 25 de novembro e encerram-se no dia 10 de dezembro, aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948. Este período também contempla outras duas datas significativas: o 1º de Dezembro, Dia Mundial da Luta contra a AIDS e o dia 6 de Dezembro, Dia do “Massacre de Montreal”. Em março de 1999, o 25 de novembro foi reconhecido pelas Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Fonte: Rede Feminista de Saúde, RedeFax, 26/ 2003”. Dados disponíveis em <<http://www.violenciamulher.org.br>>. Link: Datas Importantes, Acesso em 09 ago 2008.

⁷⁷ Está data, segundo informações colhidas no Rio Mulher é enfocada pelas instituições que promovem atividades com “homens agressores”. O Brasil aderiu à Campanha do Laço Branco que ocorre nesse dia, em várias partes do mundo, como forma de manifestar repúdio ao fato ocorrido no Canadá, “em memória das 14 estudantes de engenharia que foram assassinadas em sala de aula, por um homem de 25 anos que deixou um bilhete no qual dizia: “as mulheres são responsáveis pelos fracassos dos homens; toda mulher que cruza o caminho de um homem bem-sucedido deve ser castigada; e as mulheres bem-sucedidas não aceitam ser protegidas por um homem”. As 14 mulheres assassinadas tornaram-se um símbolo, uma representação trágica da injustiça praticada por homens violentos contra as mulheres. Em 1991, o Governo do Canadá proclamou o dia 6 de Dezembro como o “Dia Nacional de Lembrança e Ação sobre a Violência contra as Mulheres.” Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/riomulher/programas_acoes.htm>. Link: Datas Importantes. Acesso em 09 ago 2008.

⁷⁸ Fonte: Um Rio de redes femininas: frentes de trabalho do Serviço Social. Rio de Janeiro : Rio Mulher. [2007 ou 2008]. Cópia mimeo.

manuais, palestras sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e atividades realizadas pelas Secretarias do Município (Educação, Esporte e Lazer...) ao tema “mulher e violência”. Em relação ao 25 de novembro, a instituição divulgou em seu *site*:

O Rio Mulher acredita numa sociedade onde homens e mulheres são diferentes, mas não desiguais; onde todos possuem os mesmos direitos. Com este enfoque promove, desde 2001, eventos para comemorar o Dia Internacional do Não à Violência Contra a Mulher, estabelecendo a data início para a Campanha um período maior, a fim de incluir o dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra. (CAMPANHA NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER –A Paz no Mundo Começa em Casa. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/riomulher/programas_acoes.htm>)

- Capacitação – A proposta de capacitação continuada está ligada, de acordo com as assistentes sociais, ao objetivo da prefeitura de formular e articular políticas públicas de gênero no âmbito do município. Essa proposta, é realizada através de cursos, palestras e oficinas junto aos servidores da prefeitura, em empresas privadas e públicas e em comunidades, com a finalidade de:

capacitar profissionais da área pública na discussão das relações de gênero e cidadania para intervir nas diversas manifestações cotidianas a partir das suas especificidades profissionais de forma a contribuir para a equidade de gênero.⁷⁹

Na concepção de uma das assistentes sociais,

[sic] “essa reflexão sobre as relações de gênero ultrapassa o âmbito das mulheres e atinge outras possibilidades de relacionamento, como o homossexual, outras temáticas, como a criação e educação do menino e da menina, as relações de trabalho e como os valores ligados a esses aspectos são construídos”.

Essa assistente social relata o trabalho de capacitação desenvolvido junto a LAMSA, - Linha Amarela S.A, empresa que administra a Linha Amarela, uma rodovia existente no município do Rio de Janeiro que liga vários bairros da zona norte até a zona oeste da cidade. Segundo a assistente social a empresa, através da sua área de “Responsabilidade Social” solicita a realização de atividades ligadas às temáticas de gênero e violência doméstica nas

⁷⁹ Fonte: **Um Rio de redes femininas: frentes de trabalho do Serviço Social**. Rio de Janeiro : Rio Mulher. [2007 ou 2008]. Cópia mimeo.

comunidades que ficam às margens da rodovia. Esta proposta é desenvolvida por meio de oficinas e atinge também os funcionários da empresa através de palestras que acontecem na Semana de Prevenção em Acidentes de Trabalho, organizada pela CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, na própria empresa. Nesta semana, segundo a técnica, é comum as empresas organizarem atividades ligadas à prevenção de acidentes de trabalho e a diversos temas relativos aos cuidados de saúde, à educação e à cidadania. No caso da LAMSA, entre os temas gerais de prevenção estão o uso de álcool, tabagismo e a questão de gênero. A assistente social referiu-se também ao trabalho realizado na área de Gênero e Responsabilidade Social junto a uma empresa de materiais de limpeza. Ambas as propostas já se desenvolvem há mais de dois anos, porém, de acordo com a assistente social, as repercussões das intervenções realizadas ainda não foram avaliadas.

- Comitê de Gênero – O Comitê de Gênero é uma instância representativa das Secretarias e Órgãos municipais, coordenada pelo Rio Mulher, que foi instituída por decreto (nº 24.435 de 23 de julho de 2004)⁸⁰ com o objetivo de que as políticas de gênero do município fossem implementadas no âmbito dos seus serviços. Esse Comitê realiza encontros periódicos, nos quais são apresentados trabalhos, debatidas propostas e fomentadas discussões. Em um desses encontros, que contou com a participação da autora desse estudo, a socióloga Bárbara Soares apresentou a metodologia do levantamento que deu origem ao “Dossiê Mulher”, publicação anual do Instituto de Segurança do estado do Rio de Janeiro, que sistematiza os dados dos registros de ocorrência das DEAMs do estado. Após essa apresentação os representantes discutiram os resultados obtidos à luz dos serviços prestados. Por exemplo, a coordenação do Rio Mulher confrontou o resultado de aumento dos registros de violência sexual na zona oeste da cidade, com os baixos registros de atendimento desses casos nos hospitais municipais, questionando também o controle efetivo de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST’s e os hábitos da população. Tal problematização, envolveu no debate, representantes de maternidades municipais, dos responsáveis pelo programa de prevenção de DST’s, responsáveis pelo levantamento do Instituto de Segurança Pública e demais presentes ao evento. Esses encontros e as reflexões produzidas dão origem, segundo as assistentes sociais do Rio Mulher, aos programas de capacitação que atingem os diversos âmbitos da prefeitura.

⁸⁰ Dados constantes em: < http://www.rio.rj.gov.br/riomulher/programas_acoes.htm>. Acesso em 09 ago. 2007.

O aspecto que mais se evidencia no Projeto Rio Mulher é a intensa interlocução que ocorre continuamente entre instituições, disciplinas e profissionais. A visita de profissionais das demais unidades de atendimento às mulheres em situação de violência do município do Rio de Janeiro e de outros estados do Brasil para conhecer ou debater sobre a proposta de atendimento desenvolvida na Instituição é uma constante. Essa característica parece ser a condição *sine qua non* para a existência e permanência do Projeto. Seus técnicos, particularmente, as assistentes sociais, são os principais implementadores desta ação contínua que denominam “troca”. “Aqui a gente troca muito”, dizem as mesmas, quando apresentam ou falam sobre o Projeto.

Esta “troca”, de certa forma, é o que garante a produção e a produtividade tanto teórica, como técnica, em um território de saberes e práticas que ainda vêm constituindo-se com uma identidade de arcabouço específico do campo do atendimento às demandas das mulheres em situação de violência doméstica. Neste espaço, as práticas discursivas assumem o *status* de ciência em função das diversas disciplinas que nele encontram-se agregadas, dialogando a partir dos referenciais tradicionalmente utilizados em outros planos de abordagem e conhecimento. Apesar disso, esse território, como campo de especificidades, demanda paradigmas particulares e encontra-se em estágio de formação. O contorno que o contexto das práticas assume assemelha-se à descrição que Foucault (1986) realiza sobre àqueles campos nos quais, através de regularidades e modificações que lhes são próprias, vão se constituindo e empreendendo seu “limiar de formalização.” (FOUCAULT, 1986, p.216). A “troca” que o Projeto possibilita acontecer, também fortalece a proposta e a diferencia enquanto tal no contexto da rede de referência, onde a Instituição assume uma função gestora de processos. Por outro lado, observa-se que como o campo técnico e do atendimento mobiliza dinamismos intensos em função do próprio objeto de intervenção, ou seja, a violência doméstica que atinge as mulheres, torna-se necessário constituir um canal interno de crítica das próprias ações: daquelas que são ou deixam de ser geradas no interior de suas abordagens.

A esse respeito e refletindo sobre a temática de gênero, que juntamente com a interdisciplinaridade formam os principais pilares do trabalho realizado na Instituição, o projeto dissemina amplamente o entendimento de que é fundamental fomentar o debate e a reflexão das relações de gênero, com a finalidade de que seja atingido aquilo que Barsted (2003; p.9) aponta como o alcance da operacionalidade da titularidade de direitos pelas mulheres nos diversos planos da vida. A Instituição tem procurado através da concretização das políticas públicas afinar-se com essa perspectiva. No dia 30 de julho do corrente ano,

quando finalizávamos a etapa de pesquisa de campo na Instituição e o relato desse capítulo, fomos surpreendidos com a notícia da assinatura pelo prefeito⁸¹ da cidade do Rio de Janeiro do decreto nº 29.637⁸², transformando o Projeto Rio Mulher na Coordenadoria de Articulação de Políticas para Igualdade de Gêneros Rio Mulher, o que ampliou as competências da Instituição na área, conforme aponta o anexo II que acompanha a publicação do referido decreto.

CAPÍTULO 3

AS MULHERES E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA : AS NOVELAS DA VIDA NA CENA SOCIAL

E no começo de tudo foi tudo tão de repente. Parece que você arruma uma sala e de repente vem um vento bem forte e tira tudo do lugar. É isso que é nossa vida por dentro... Você apenas se coloca... Gente, para

⁸¹ Prefeito César Maia.

⁸² Publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em 31 de julho de 2008.

onde eu vou? O que eu vou fazer? Estou perdida... Eu estava perdida, sabe?

Sr^a C.

Não é o poder, mas o sujeito que constitui o tema geral da minha pesquisa.

Michel Foucault

1. As narradoras e suas narrativas: metodologia de intervenção

As entrevistas que ora apresentamos compõem com os demais dados já descritos no capítulo anterior o material “recolhido” no campo do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Esses dados não se constituem puramente em “objetos manipuláveis” de pesquisa. Durante todo o tempo do trabalho de pesquisa de campo, a relação estabelecida com o mesmo constituiu a base das observações, da escuta e das reflexões realizadas.

A este respeito, Minayo (1992) evidencia:

A pesquisa social trabalha com *gente*, com atores sociais em relação, com grupos específicos. Esses sujeitos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do *objeto de estudo*. No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos. (MINAYO, 1992, p.105)

A interação entre esta pesquisadora e os sujeitos pesquisados preconizou a implicação no lugar da pretensa neutralidade, e deu-se, sobretudo, através das entrevistas que foram realizadas. Através delas, as mulheres puderam ter acesso às expectativas desta pesquisadora com relação tanto aos “fatos a serem coletados, quanto ao modo de recolhê-los,” (MINAYO, 1992, p. 107) bem como, à pesquisa propriamente dita. A entrevista constituiu-se como um “instrumento privilegiado” de acesso à fala no que ela tem de potência reveladora. (Ibidem, p.109).

As entrevistas possibilitaram, além da interação entre a pesquisadora e os atores sociais, a circulação da comunicação e da informação e a expressão de sentimentos, emoções, condutas, expectativas, valores, ou seja, os modos de subjetivação no contexto do atendimento às pessoas na vivência da violência doméstica. As maneiras de ser e as formas de estar, a partir do interior dessas vivências, foram ampliadas pela solicitação do relato das histórias de violência sofridas por estas mulheres.

As entrevistadas foram encaminhadas a esta pesquisadora pelos assistentes sociais e psicólogos da Instituição onde a pesquisa de campo se realizou. O encaminhamento consistiu em informar às usuárias sobre a pesquisa e questioná-las sobre a disposição em participar do estudo. Os técnicos do atendimento sempre informavam às usuárias do serviço que a participação das mesmas não era compulsória e independia do atendimento que estas recebiam na Instituição. O convite para participar da pesquisa procurou contemplar os impedimentos relativos aos compromissos já assumidos pelas usuárias, o tempo disponível das mesmas para permanecer na instituição, como também, sua disposição emocional em participar ou não da proposta a elas efetuada.

As orientações dadas às usuárias no momento do encaminhamento foram reiteradas por esta pesquisadora e ratificadas através de um termo de consentimento livre e esclarecido⁸³ assinado por elas, no qual também eram abordadas questões tais como, a finalidade da pesquisa e a confidencialidade das informações. Ao término dos esclarecimentos, as mulheres assinavam um segundo termo declarando sua concordância e participação voluntária na pesquisa.⁸⁴

As entrevistas foram do tipo semi-diretivas e contemplaram um roteiro que combinava perguntas fechadas e abertas. As participantes puderam se expressar sobre aquilo que lhes era perguntado sem respostas ou condições prefixadas, inclusive, aprofundando a abordagem a determinado tema ou aspectos do mesmo, sempre que estes se mostravam, através da interlocução, significativos na história de vida daquela pessoa ligada à vivência da violência doméstica.

O roteiro utilizado enfocava inicialmente a coleta de dados objetivos sobre as entrevistadas e solicitava-se à pessoa que discorresse sobre a sua história de violência. As entrevistadas começavam as suas narrativas livremente e, ao longo do relato, as perguntas temáticas que possibilitariam as análises ou categorias analíticas eram introduzidas.

⁸³ Ver Apêndice A

⁸⁴ Ver Apêndice B

O âmbito das relações interpessoais abordado nas entrevistas, de acordo com Minayo (1992, p.112), não é apenas o das relações e interações entre indivíduos. Ele abarca modos de ser inerentes a uma determinada sociedade, a uma determinada época, a determinados grupos sociais, “subculturas” específicas e relações diferenciadas que estas assumem com a cultura dominante. (Ibidem, p.113). Em razão de tal observação, o conjunto das entrevistadas foi inicialmente contextualizado em função da faixa etária das usuárias participantes, do estado civil e grupos étnicos pertencentes, nível de escolaridade e faixa salarial das entrevistadas e dos seus cônjuges, profissões das mesmas, idade e tamanho da prole, quando houvesse, e região da cidade em que habitavam. O contexto sócio-cultural perpassou todo o processo analítico.

Em seguida apresentaremos os recortes temáticos, as reflexões e o conjunto de relações advindas das categorias empíricas apontadas pelo conteúdo das entrevistas, que partem da análise da enunciação do discurso. Através da concepção da comunicação como produção, consideraremos os sentidos que ela comporta, onde o discurso é “perspectivado como processo de elaboração.” (BARDIN, 1977, p. 170). Neste processo incidem as experiências e vivências das interlocutoras, expressas através dos investimentos que são realizados ou não, dos afetos emergentes, das direções e contradições do discurso, das lacunas ou incoerências, como também, das transformações que são ensejadas pelo fluxo da linguagem e pela presença da entrevistadora. (Ibidem, p.171).

As categorias analíticas que possibilitaram a emergência dos dados empíricos partiram das questões dirigidas ao campo, a saber: **1.** O percurso institucional: o conjunto de instituições pelas quais as entrevistadas passaram até chegarem a instituição atual e a forma como estas instituições se deram a conhecer as mesmas; **2.** As expectativas das entrevistadas com relação ao atendimento institucional; **3.** A história de violência de cada uma delas e os principais aspectos enunciados; **4.** o tipo de impacto que o atendimento nas instituições arroladas produziu na vida das entrevistadas.

Objetiva-se apreender de que forma, os atendimentos obtidos pelas mulheres repercutiram na vivência da violência que elas relataram. O foco da análise esteve direcionado para o conjunto dos relatos enquanto vivências relativas às mulheres em situação de violência doméstica e para as maneiras de ser e de estar face às tais vivências. Portanto cada entrevista será considerada como uma totalidade organizada e de dinâmica singular. (Ibidem, p. 175).

As entrevistas foram realizadas com sete mulheres entre os meses de fevereiro e julho do ano de 2008. É importante considerar que o tamanho da amostra obedece a critérios

qualitativos. Ela foi definida pautando-se pelo critério de abrangência da totalidade do problema a ser investigado nas suas múltiplas dimensões, relacionando-a ao campo do qual ela foi extraída. Procuramos, dentre os indivíduos entrevistados, aqueles que possuíam maior vinculação com o problema a ser investigado e ao chegarmos ao ponto de esgotamento da totalidade dos aspectos envolvidos no problema em questão demos por definida a amostragem.

As análises não têm como objetivo a generalização dos conteúdos abordados, busca-se evidenciar e permitir a expressão, de formas de ser e estar que se encontram presentes no campo do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e que possibilitem refletir sobre o fenômeno em questão.

1.1 As subjetividades que emergem no contexto da violência doméstica

O que há de fundamental nos fenômenos sociais é “o profundo sentido dado pela subjetividade.” (MINAYO, 2002, p.11). Portanto, abarcamos nesta investigação, o recorte de uma realidade marcada pela especificidade e diferenciação produzida no tempo histórico atual, envolvendo os fatos e acontecimentos que lhes são pertinentes e incluindo toda a relatividade própria do processo de conhecimento. (Ibidem, p. 12).

As ações objetivadas através dessa construção metodológica estão fundadas nos processos de subjetivação, aos quais damos sentido e significado enquanto pesquisadores. Além do que, estaremos operando também com os sentidos, significados e construções dadas pelo grupo social que investigamos, em um processo genuinamente relacional e de implicação, no qual também somos parte de nossas observações.

Desta forma, destacamos o caráter qualitativo desse estudo, que abrange dinamismos e a riqueza de significados da realidade social, que como aponta Minayo (2002, p. 15), “é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela.”

1.1.1 Aspectos sócio-culturais relativos às mulheres entrevistadas

O grupo de entrevistadas é composto, como dissemos, por sete mulheres com faixa etária que varia de 32 a 55 anos. Os relacionamentos que desencadearam nessas mulheres o percurso institucional por atendimento, portando uma queixa de violência doméstica, são aqueles advindos da relação conjugal legalizada ou não. Apenas uma das mulheres entrevistadas não é casada, nem vive ou viveu sob o regime de co-habitação, porém, desse relacionamento amoroso teve quatro filhos e, provém desta relação, a queixa de violência que a conduziu ao atendimento institucional.

A esse respeito, é necessário considerar, ao analisar os dados que aqui serão apresentados, que as mulheres pertencem às camadas populares. Como aponta Soihet (2007, p. 362), a “organização familiar dos populares assume uma multiplicidade de formas”, diferente daquelas preconizadas pela classe média tradicionalmente organizada nos moldes e valores burgueses da sociedade capitalista, que se assenta nos bens gerados pelo acúmulo de capital. (SOHIET, 2007, p. 362).

De acordo com autora, nos segmentos populares, o regime de co-habitação ou a prática de relacionamentos geradores de descendência sem que haja um casamento formal ou legal é mais comum e recorrente do que na classe média. Essas formas de relacionamento sempre escaparam as tentativas de controle e normalização do sistema vigente nas classes dominantes da sociedade.

O casamento, como um valor da classe burguesa, foi durante muito tempo a única forma de união considerada legítima entre um homem e uma mulher. E, segundo Sohiet (Ibidem, p.368), o matrimônio era para as mulheres deste segmento “o ideal mais elevado de realização.” A autora aponta ainda para o fato de que apesar desta valorização da instituição do casamento, “era proporcionalmente pequeno o número de pessoas casadas em relação ao total da população. O fato é que no seio dos populares o casamento formal não preponderava.” (Ibidem).

Sohiet assinala, que esse aparente desinteresse pelo casamento entre os populares pode ser explicado pelas seguintes proposições: pela ausência de propriedades, o que levaria, caso estas existissem, a uma necessidade de legalização dos bens constituídos antes e depois da conjugalidade; “pelos entraves burocráticos” que o casamento acarreta; pela “dificuldade do homem pobre assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas” e, “ em alguns casos, pela pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia.” (Ibidem).

Dentre as mulheres que entrevistamos esta última justificativa não se refere à mentalidade do grupo que possui união informal, correspondente a 28,57 % do total. A seguir, apresentaremos, de forma esquemática, os dados objetivos que possibilitaram a caracterização do conjunto das entrevistas. Para tanto nos remeteremos às classificações que possam definir os grupos ou classes sócio-culturais aos quais cada uma das entrevistadas faça parte. Assim sendo, optamos por relacioná-las preservando suas identidades e de acordo com as seguintes categorizações: zona regional de moradia na cidade, faixa-etária, estado civil, grupo étnico pertencente e formação escolar.

TABELA 1: Dados sócio-culturais do conjunto das mulheres entrevistadas:

MULHERES	ZONA REGIONAL	IDADE	ESTADO CIVIL	COR	ESCOLARIDADE
Sr^a V.	norte	55	solteira (vive maritalmente)	parda	Ensino médio
Sr^a H.	oeste	32	solteira (vive maritalmente)	negra	Ensino Fundamental
Sr^a G.	sul	39	solteira	branca	Ensino médio incompleto
Sr^a F.	oeste	40	sep. jud.	parda	Ensino médio
Sr^a A.	norte	50	casada	parda	Ensino médio incompleto
Sr^a Q.	oeste	32	casada	parda	Superior
Sr^a C.	sul	39	casada	branca	Ensino médio

Podemos observar que os dados sócio-culturais das mulheres entrevistadas apontam para uma heterogeneidade. Elas são, por exemplo, provenientes das diversas zonas regionais

da cidade do Rio de Janeiro. Essa variedade também se expressa quanto à faixa etária que abrange os três principais períodos da fase de vida adulta (30, 40 e 50 anos) e quanto aos grupos étnicos dos quais as informantes se originam. É preciso considerar, ainda, a intensa miscigenação presente na cultura brasileira, o que faz com que a classificação utilizada tome como base apenas traços fenotípicos que, embora sugestivos, não são inteiramente representativos de grupos específicos. Esse aspecto foi considerado no que concerne à intencionalidade de contextualização desse grupo social. O percentual de mulheres “pardas” (71,42%) ou mestiças parece ratificar a perspectiva da multiplicidade.

Ainda destacando as diferenças presentes nessas perspectivas particulares (VASCONCELOS, 2007), consideramos a “trajetória educacional” das entrevistadas. Pacheco (2003, p.22), remetendo a um texto de Bordieu⁸⁵, destaca o quanto o percurso escolar “é um importante instrumento de análise para identificar a mobilidade social dos indivíduos dentro da estrutura social” (BORDIEU, 1989, *apud* PACHECO, 2003). No grupo em questão há mulheres em diferentes momentos desse percurso, porém, apenas duas delas, (28,57%) ressaltaram em seus depoimentos, como mostraremos mais adiante, a importância dos estudos como estratégia de transformação de suas vivências atuais. Essa constatação nos leva a retomar a temática já abordada no capítulo I, referente à formação educacional das mulheres que se iniciou no final do século XIX e que esteve associada “à formação moral e do caráter” para que estas cumprissem “os papéis de esposa, mãe e educadora das gerações do futuro.” (LOURO, 2007, p. 447). “A educação da mulher seria realizada, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades [...]” e sim na criação dos filhos e sustentação do lar (Ibidem, p.447). A análise dessas questões nos conduz aos aspectos sócio-econômicos relatados pelas mulheres entrevistadas.

1.1.2 Aspectos sócio-econômicos relativos às mulheres entrevistadas

Cada época histórica é marcada pela emergência de determinadas configurações (...). A economia, a cultura, a sociedade, a natureza, a tecnologia ou os valores assumem contornos específicos. Produz-se uma forma-homem, uma forma-política, uma forma-conhecimento... O mesmo se dá em diferentes sociedades onde o jogo de forças também pode assumir formas variadas em relação a uma outra sociedade, seja em sua totalidade ou em alguns aspectos.
O que acreditamos ser nossa personalidade, nosso mais íntimo desejo, são expressões -em

⁸⁵ BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

-nós da história de nossa época. A própria necessidade de acreditarmos que temos coisas que nos são particulares e que nos diferenciam do resto do mundo é uma produção própria do momento que vivemos hoje.

Nós somos atravessados por toda uma complexa teia de aspectos desejantes, políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, familiares, culturais, afetivos, televisivos...

Entretanto, cada um de nós tem uma história de vida que é singular mas que não é interior. É como se inúmeras peças de um jogo se embaralhassem de formas variadas e com intensidades distintas, fazendo com que afirmássemos essa composição como sendo nosso eu ou nossa individualidade.

(MACHADO, 1999, p. 214)

Como vimos, em relação à educação das mulheres, o projeto modernizante da sociedade brasileira foi se edificando em fins do século XIX e início do século XX. Fez-se necessário, de acordo com Louro, (2007) higienizar a família, construir a cidadania dos jovens e colocar o país para trabalhar em prol do seu “progresso”. A autora assinala que foi do alto deste projeto que as mulheres das camadas populares foram convocadas ao trabalho e incitadas a “controlarem seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país.” (LOURO, 2007, p.447).

Em vista de tal fato, ao correlacionarmos os dados referentes aos aspectos sócio-culturais, com os aspectos sócio-econômicos das mulheres entrevistadas observamos que a inserção das mesmas na produção econômica e nas condições de reprodução em termos de profissão, salário e acesso a bens e serviços é algo deficitária. A única entrevistada que possui nível superior tem como profissão o magistério, atividade que ao longo da história tornou-se eminentemente feminina. A renda aferida pela entrevistada aponta tanto para a dificuldade da mesma em se manter sem a renda do cônjuge, como para uma desvalorização da profissão no mercado econômico-profissional, conforme podemos observar na tabela que se segue e na qual acham-se relacionadas à atividade profissional atual desta e das demais entrevistadas, as rendas obtidas e o número de filhos de cada casal⁸⁶. Em relação aos cônjuges ou companheiros, informaremos a renda, quando declarada pelas entrevistadas, assim como o tempo de conjugalidade.

TABELA 2: *Dados sócio-econômicos das mulheres entrevistadas e dos seus cônjuges ou companheiros*

MULHERES	ATIV. PROF.	RENDA	Nº DE FILHOS DO CASAL	RENDA DO CÔNJUGE ou COMPANHEIRO	TEMPO DE CONJUGALIDADE/
----------	-------------	-------	-----------------------	---------------------------------	-------------------------

⁸⁶ Dentre as mulheres entrevistadas, uma delas, a Sra. V., possui filhos adultos decorrentes de relacionamento anterior e que não convivem com o casal.

					RELACIONAMENTO
Sr ^a V.	não possui	não possui	0	não declarada	6 anos
Sr ^a H.	Diarista	500,00	1	1.600,00	9 anos
Sr ^a G.	vendedora autônoma	1.000,00 (pensão)	4	não declarada	6 anos
Sr ^a F.	“do lar”	não possui	2	2.100,00	16 anos
Sr ^a A.	manicure	não possui	2	não declarada	30 anos
Sr ^a Q.	professora	420,00	0	1.600,00	3 anos
Sr ^a C.	Diarista	não possui	1	7.000,00	11 anos

Com relação aos aspectos sócio-econômicos, alguns pontos evidenciam-se na fala das entrevistadas. A Sr^a A. declarou qualificação profissional como manicure, porém, simultaneamente, relatou não possuir renda própria ou recursos para se manter. A Sr^a H. declarou auferir renda exercendo a função de diarista e, ao mesmo tempo, sinalizou dificuldades para a consecução de trabalho. A Sr^a Q., exceção dentro do grupo de entrevistadas, disse possuir formação profissional superior como professora e declarou receber remuneração salarial relativa à categoria. As demais entrevistadas não apresentam qualificação ou especialização profissional. Elas realizam trabalhos esporádicos como forma de obter algum ganho. Uma delas, a Sr^a F., quando indagada sobre sua profissão, declarou ser “do lar”, terminologia que, juntamente com a de “prendas domésticas”, era (e, conforme percebemos, ainda é) utilizada para definir a “domesticidade” (OLIVEIRA, 2004, p. 36) como ocupação das mulheres de classe média que até a década de cinquenta do século XX se restringiam à vida privada. (Ibidem).

A vida das mulheres brasileiras no século XX, ainda estava muito confinada à esfera doméstica, embora esta condição, fosse alvo de transformações, mediante as mudanças modernizantes que se acentuaram no Brasil pós 1930. Através dessas mudanças, as mulheres “conquistaram direitos políticos, asseguraram o acesso à educação e ganharam o espaço público do trabalho.”(Ibidem, p. 35). Essas transformações possibilitaram, como assinala Oliveira (2004), a “passagem da mulher das camadas médias, do “*status* de esposa e de mãe, para o *status* de trabalhadora”(OLIVEIRA, 2004, p. 35), assim como, o questionamento da situação de domesticidade na qual elas viviam”.(Ibidem, p.37).

As mulheres das camadas populares, nessa mesma época, haviam sido “arregimentadas” para o trabalho, porém, o foco desta empreitada era o “desenvolvimento da nação” e não a realização pessoal das mesmas. (LOURO, 2007, p. 447). Todo este movimento social, contribuiu, neste século, para o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, para o aumento dos níveis de escolarização e para a ruptura do espaço entre o público e o privado na vida das mulheres. Contudo, apesar das mudanças no “*status social*”, elas ainda eram vistas, prioritariamente, como donas de casa e mãe. (BASSANEZI, 2007, p.609)

Nesta primeira década do século XXI a questão da domesticidade ainda permeia a vida das mulheres. Entre as entrevistadas, que como vimos, pertencem às camadas populares, evidencia-se o acesso à escolarização, porém, há sinais de uma tendência significativa à desqualificação profissional, ao recurso do trabalho em atividades informais que possam ser realizadas simultaneamente com as atividades domésticas e a não geração de renda. Com isso, a maior parte delas, ainda se mostram restritas a um “destino exclusivo” de “mãe e mulher”, consonante com a atribuição de “educadoras das gerações do futuro”, para o qual as mulheres foram por muito tempo preparadas. Diante de tal situação, a ocorrência da “justificativa da dependência econômica”, foi apresentada pelas mulheres como configuração usual de suas posições sócio-econômicas no laço conjugal.

1.1.2.1 A justificativa da “dependência econômica”

Das sete mulheres entrevistadas, 71,42% delas declararam dependência econômica do cônjuge ou companheiro. Estas não possuem atividade profissional que lhes permitam a sobrevivência de forma autônoma. Uma delas, a Sr^a H., declarou possuir renda própria obtida com a atividade de diarista, no entanto, afirmou que existem períodos em que não consegue obter trabalho, sendo este, inclusive, um dos motivos apontados por ela para o retorno ao convívio com o companheiro agressor.

Sr^a H.— [sic]: “Acabei voltando pra casa. Ele começou a falar que tava doente, que tava passando mal, que não tava bem, que não sei o que, querendo que eu voltasse pra casa, que ele não ia mais fazer aquilo. Que se **ele** (ênfatisa) começasse a fazer essas coisas que **ele** mesmo saía de casa. Que **ele** pegava as coisas dele que **ele** ia embora, que ele não ia mais ficar em casa, entendeu? Enquanto eu também, com esse negócio de eu trabalhar como diarista,

chegou janeiro, fevereiro, eu não tinha trabalho, porque as pessoas viajaram, né, as pessoas aproveitam pra viajar, período de férias com os filhos, essa coisa toda, fiquei sem trabalho... carnaval também. Morando na casa dos outros com meu filho não quis mais ficar. Ele (o filho) só queria ficar comigo e eu tinha que comprar as coisas pra ele eu não tinha um 'Danone', meu filho tá acostumado, um "Danone", biscoito, essas coisa toda, entendeu. Até ele compra (o companheiro) ... eu também compro; saio do trabalho já chego em casa com essas coisas pra ele, quer dizer, não tinha como... ele começou a sentir falta dessas coisas. Aí ia lá (para a sua casa, onde havia ficado o companheiro) e o pai já fazia aquela figa ... "— Ah você não tá aqui, eu comprei isso e aquilo outro pra você" ... Tipo assim, querendo comprar ele, trazer ele ...e eu no desespero... aquela coisa toda..."

A Sr^a Q. é professora e também declarou renda própria. De todas as entrevistadas é a única que possui formação universitária. No entanto, ela relata situações em que necessita recorrer aos recursos econômico-financeiros do marido, e que ele se vale de tal fato, humilhando-a e afirmando a sua dependência dele, devido às diferenças salariais entre ambos.

Sr^a Q.— [sic]: "Ele fez um cartão de crédito pra mim e eu às vezes fazia compras pra algumas pessoas da minha família. As pessoas me pagavam, né. Não me pagavam no período previsto, assim, no dia certo, mas me pagavam, sim. E ele ficava muito irritado com aquilo, ficava muito chateada, a minha salvação era tirar um cartão de crédito, né. Tirar no meu nome um adicional do dele. Aí chegou um dia que ele começou a me humilhar demais, começou a falar que "Oh como é que você vai viver sem a minha presença perto de você? Como é que você vai fazer assim seu cartão de credito? Você ganha muito menos que eu. Como é que você vai fazer?" Aí, eu com raiva, falei que não queria mais o cartão de crédito, pra mim era importante, mas eu achei melhor não querer mais o cartão de crédito. Aí ele ficou me irritando muito, falando que era bom mesmo que eu ficasse sem pra que eu soubesse exatamente o que ele significava pra mim, que eu preciso saber o que ele significava pra mim."

Outra entrevistada, a Sr^a G., atribuiu o fato de não trabalhar formalmente a necessidade de criação, sozinha, dos quatro filhos pequenos; ela vive com dificuldades utilizando-se da pensão recebida do pai das crianças e dos ganhos provenientes do trabalho como vendedora autônoma.

Sr^a G.— [sic]: "Até três anos atrás eu trabalhava, não trabalho mais de carteira assinada, porque meus filhos estudam em colégio integral todos os quatro e tem hora pra pegar. Tem que ficar sempre... Surgiu a necessidade de uma psicóloga, dentista, o que eles tiverem de necessidade eu tenho que estar presente pra ajudar eles."

A entrevistada que se segue, a **Sr^a F.**, também declarou dependência econômica do marido, porém, em determinado momento de sua vida, retomou os estudos com o objetivo de alcançar sua autonomia. Observa-se que essa atitude possibilitou a **Sr^a F.** a construção de planos de autogerência de sua vida.

Sr^a F. — [sic]: “Eu quero me formar. Eu quero arrumar um emprego, assim, um trabalho legal, né... que eu tenha um ganho, que no futuro eu possa me aposentar. Eu quero ganho meu. E hoje eu quero... busco... eu quero morar sozinha. Eu quero sair... Eu quero abandonar tudo. Mas pra mim abandonar tudo... eu quero o meu dinheiro, o meu ganho. Eu não posso ir pra casa de parente, porque cada um tem a sua vida.”

Ao longo de sua entrevista, a **Sr^a F.** alterna a expressão do seu desejo e iniciativa de estudar e de se profissionalizar com o relato das limitações impostas pelo marido agressor para o alcance desses objetivos. Estas limitações foram efetuadas, segundo a mesma, através da pressão psicológica que o marido exercia sobre ela, infligindo atos violentos contra os filhos que ficavam com o mesmo enquanto ela saía para estudar, como também, através da frustração que este imputava aos planos da **Sr^a F.** de obter renda própria e assim construir sua autonomia.

Sr^a F. — [sic]: “Olha, cuidado com os seus filhos, pense nos seus filhos.” Até pra mim ir pro colégio ele falava isso. Aí ficava aquela confusão... Uma hora ele dizia que queria que eu estudasse de noite ... ele ficava brincando com a minha vida. Ele falava: “— Pôxa, você vai de dia e de noite.” Porque contanto que ele não ficasse com raiva de mim, não maltratasse as crianças, pra eu estudar, que era uma coisa que eu queria. Que não era pra fazer raiva a ele não, nada disso. Era que eu gostava de estudar... Ele concordou que eu estudasse, mas ele fazia muita confusão dentro de casa. Ele era muito manipulador. ‘— Eu quero isso, eu quero aquilo.’ Era a minha vida...

[...]

“O menino apanhou muito, pediu socorro e tudo” (relato da vizinha para a entrevistada do que ocorrera com o seu filho durante a sua ausência). Quando foi a outra surra... nessa ele ficou ferrado mesmo, ele pegou e deixou marcas no menino, sabe?! Horríveis mesmo. Aquilo ali... E ele falou duas coisas pra mim, que... se eu tivesse em casa não teria acontecido e que o nosso filho merecia.

[...]

Primeiro foi assim, eu entrei no pré-vestibular, só que depois passou e eu não tentei no outro ano. Eu tinha feito um curso também, um curso de atendimento ao cliente muito bom, né. Então foi no colégio, foi num colégio que tinha esses cursos, né... Eu fui fazer no domingo, eram quatro domingos e ali eu pude notar que eu poderia ter coisas, que eu poderia fazer, que eu poderia me sustentar, que eu poderia sair de só depender dele. Aí quando eu fui fazer pizza... Aí eu fiquei analisando como eu iria fazer uma pizzariuzinha, botar pros meus vizinhos. Ali, dava certinho... Na minha casa, aí eu pensei em falar com ele, seria assim, assim, assado. Então, tava cheia de planos. Assim, todas as coisas pra eu poder ter... meu dinheiro... É por que eu ia ter o meu dinheiro e ele ia ter o dele. Por que eu não queria pra

mim, eu queria pras crianças, entendeu? Então eu já tirava isso pra mim, comprava um sapato... as coisas que eu queria pra não ficar dependendo dele...mas ele não deixou. Ele não deixou. Ele falou: “— O que que é isso, eu com uma casa dessa, ganhando o dinheiro que eu ganho. Você acha que eu vou abrir minha porta pra vender torta, vender não sei o quê.” Dava pra fazer uma barraquinha, dava pra fazer embaixo ali uma... pras pessoas... dava pra... coisas e idéias que eu tinha, aí quando... Quando ele tava percebendo que a gente tava pensando idéias, foi na hora que... Não deixou o que eu tava pensando... Aí ele começou a não dar mais dinheiro dentro de casa.”

O relato contundente da **Sr^a F** nos permite “auscultar” a opressão e o controle que o marido exercia sobre ela, cerceando e restringindo-lhe as possibilidades de enfrentamento. Por outro lado, é possível perceber a entrevistada como alguém que busca reiteradamente romper o eixo no qual ela se encontrava.

No trecho seguinte, a entrevistada relata o conflito vivido entre parar de estudar, por pressão do marido, e permanecer no colégio, pois além de alimentar o seu desejo de conhecimento e independência, o colégio servia também para saciar sua fome fisiológica quando o marido deixou de colocar o alimento em casa.

No trecho a seguir, a entrevistada relata como essa sequência opressiva a conduziu à fuga.

Sr^a F.— [sic]: “Aí, eu deixava de ir pra escola ... aí acabou tudo. Você entende? Eu tive que parar um pouquinho. Na época eu fiquei com a minha família e o colégio, porque tinha que tinha que comer, né... e a única forma de comer era o colégio, que dava lanche da noite e aí eu comia, aí me ajudava mais, né, no lado da fome. Aí acabei... porque eu estava ali mas né... Mesmo porque eu não tava da forma tão maravilhosamente bem, que não era nem pra eu estar ali, sabe, era pra eu... mas eu não conseguia admitir que eu tinha que ficar naquela forma, eu não admitia [...]

[...] Aí a gente começou a passar fome dentro de casa e ele falou: “— vai trabalhar.” Ai não dava mais dinheiro pras crianças irem pro colégio, que as crianças estavam magrinhas e tudo, não dava mais, aí... tentei trabalhar fora, tentei procurar um trabalho fora, deixei o meu filho com a minha mãe, de manhã cedo pra mim procurar, só que quando eu cheguei lá, eu tava com muita fome... e eu não consegui o que se exigia...eu não passei no teste na máquina... (trabalho como costureira) Aí foi na hora que eu saí de casa... saí pra casa da minha mãe.”

Por ocasião da separação judicial, a entrevistada ainda assinalou as dificuldades que o ex-marido lhe impunha para que ela almejasse uma qualificação profissional:

[sic] “Na audiência (de separação) eles me deram (ex-marido/advogado) um ou dois meses pra eu fazer curso no SENAC, novecentos e poucos reais (valor da pensão), não dá nem pra comer... Não deu nem pra eu fazer o curso... Como é que eu ia me profissionalizar com fome?”

Ou comia ou me profissionalizava. E não dava no SENAC, porque você vê o preço são cem... duzentos e poucos reais... Não dá pra fazer o curso, não.”

Observamos, que apesar da Sr^a F. se utilizar da justificativa de dependência econômica do marido como forma de explicação de suas limitações, havia também um movimento incessante de tentativa de ruptura dos grilhões que a mantinham nessa condição. Não há no relato da entrevistada, atitudes ou comportamentos de acomodação ou resignação à suposta condição de dependência. Muito pelo contrário, a Sr^a F. relata toda uma estratégia de resistência e de luta que a aproxima da posição descrita por Foucault (1995, p.284), ocupada por aqueles que buscam dissociar uma relação de dominação. Ela exerce a força contrária à opressão, enfrenta a situação e procura escapar ao jugo imposto pelo marido.

Conforme as entrevistas sinalizam, a justificativa da dependência econômica, enquanto tal, destina-se a manter e aprisionar as mulheres na condição de dominação e de não resistência ao lugar social a elas atribuído de mãe amantíssima, orientadora, guardiã dos filhos e filhas e de mulher zelosa e “diligente de seu marido e de sua família.” (LOURO, 2007; p. 447).

Ao resistir a essa condição social que se encontra pautada em princípios morais de virtuosismo, abnegação, tolerância e negação de si pelo outro, a mulher estaria rompendo com um projeto de dominação sócio-histórico e buscando uma nova ética e modos de subjetivação para além dos valores morais nos quais ela se encontra inserida. As transformações neste âmbito importam em experiências e explorações transformadoras da realidade que para ocorrerem necessitarão da instauração de um movimento produtor e deflagrador de novas possibilidades.

1.1.2.2 As construções das possibilidades de independência e autonomia

Apenas uma das entrevistadas, (14,28%), a Sr^a C., não apontou em seus relatos dependência econômica do cônjuge. Mesmo declarando não possuir renda própria e sendo a renda do seu cônjuge a mais elevada (7.000,00) dentre as rendas declaradas. Em nenhum momento da entrevista ela assinalou a falta de renda própria como um limitador de sua intenção de separar-se do marido agressor. De forma aguerrida, apontou várias possibilidades de sustento, destacando sua potência de realização e de sobrevivência independente da renda do cônjuge, considerada acima da média e, por isso, deflagradora de conselhos das amigas para que ela **aguentasse** a situação de violência.

Sr^a C.— [sic]: “Engraçado que a gente ainda tem que ouvir assim de mulheres, né? “—Ah você podia muito bem ficar com seu marido, mas você vai perder essa casa, nesse bairro, vai perder esse conforto.” No começo, porque eu comecei a lutar atrás. Então, as mulheres (amigas ou conhecidas que acompanhavam seus problemas) viram que eu tava indo na delegacia de mulheres, tô contando isso, tô contando aquilo, elas diziam “—Não, vai agüentando, que isso é fase, isso é fase.” Elas já estavam sabendo da minha vida, que eu tava procurando mudar a minha vida, né. Aí eu até falei assim: “—Gente, a mulher não pode parar no tempo por causa de um prato de comida e um teto”, o que que adianta ter um teto, morar em tal lugar, se você não tem paz dentro do teu lar e seu marido não te respeita? Será que vale isso tudo? Você para no tempo e ele prossegue. Depois você vai parar assim... o que que eu sou? Eu não sou nada! Então, hoje em dia as pessoas vêem outros valores. Vê outros valores assim, não preciso ter nada, eu quero ter, assim, sossego, porque essa mão aqui vai fazer muitas coisas e minha cabeça também, sabe? Minha cabeça ta sempre girando, pensando, tem coisas que eu gostaria de fazer, mas hoje, nesse momento eu não posso fazer, mas amanhã com certeza eu vou fazer, nunca vou deixar meu sonho pra trás, eu vou procurar sempre fazer o que eu tô pretendendo, sabe? Tô parada (sem emprego fixo), mas eu tô na ativa, tô em faxina, tô no bolo, eu não tô parada, a minha mente ta trabalhando, não tenho carteira assinada, mas eu tô correndo atrás, sabe.”

[...]

Eu sou uma pessoa muito sortuda, graças a Deus, sabe? Sempre quando eu quis trabalhar eu nunca fiquei um ano parada, sabe? Trabalhei em consultório, imobiliária. E desse jeito eu fazia muitas coisas, assim ... Honestamente, sabe? Se for para trabalhar assim numa danceteria, fazer bolo pra fora, encomenda pra docinho, eu tô dentro, eu não... só não sei costurar, até gostaria de costurar, fazer almofada, não tem essa almofada assim artesanal? Eu acho lindo, né, com aqueles brilhos, eu tenho vontade, eu sou muito aventureira, sabe. Eu acho que se a gente é capaz de fazer, se a gente quiser, a gente faz. E campo de trabalho ano que vem sabe o que aparecer pra mim, e eu ver que é uma coisa honesta, eu, com certeza, vou trabalhar. Se não aparecer é como eu te falei... artesanato. Eu acho que artesanato é uma coisa que me fascina muito, só não tenho tempo de fazer agora, nesse momento. Negócio assim de ... negócio de almofada, brilho, tem tudo a ver comigo, decoração de casa, acho mais o meu estilo, sabe? Eu gosto de arquitetura, esse negócio todo, tudo a ver.”

Apesar de, quantitativamente, os dados apontarem para uma aparente situação de dependência econômica do cônjuge pela maior parte das entrevistadas (71, 42% declararam essa condição), quando refletimos sobre o depoimento da Sr^a C., e também, sobre o depoimento da Sra F., que retratam suas lutas por saídas, percebemos que o que aprendemos a denominar de **dependência** é uma situação ligada a um campo complexo de relações de dominação-opressão. A relação de conjugalidade expressa relações de poder onde os lugares ocupados por seus protagonistas estiveram demarcados e esquadrihados por maneiras de ser e estar inscritas na dimensão sócio-histórica da vida humana.

Morgado (2008, p.317), analisa como “falaciosa” a justificativa da dependência econômica tão frequentemente referida “pela literatura e pelo senso comum” e, inclusive,

pelas próprias mulheres agredidas, para que as mesmas permaneçam na relação. Para a autora quando aceitamos de forma imediata este argumento perdemos a complexidade do fenômeno.

A perda desta dimensão causada pela utilização de lentes redutoras na observação das dinâmicas envolvidas em um fenômeno que é sobretudo processual e global, garante a manutenção das engrenagens que operam “para que tudo funcione como sempre foi”. O pensamento reducionista tende a se utilizar de uma lógica mecânica e de um determinismo “que oculta o imprevisto, o novo e a invenção” (VASCONCELOS, 2007, p.61), e eu acrescento: as **transformações**.

2. O Percurso Institucional das Mulheres Entrevistadas

Os aspectos considerados nas entrevistas não são tomados como categorias de ordem natural e individual. Compartilhamos da perspectiva e autores como Machado (1999, p. 214) e Morgado (2008, p. 310) de que nos movemos em um contexto social que é continuamente estruturado por fatores culturais e históricos. Através das escolhas que fazemos, dos caminhos que tomamos, das posições as quais optamos por nos manter ou não, expressamos códigos culturais, diferenças e unidades historicamente construídas.

As mulheres entrevistadas estão tendo atendimento institucional psicológico e social relativo à situação de violência vivenciada há cerca de um e dois anos. Duas usuárias, as Sr^a V. e a Sr^a H., foram entrevistadas em fase inicial de abordagem, o que corresponde a uma média de duas a três intervenções institucionais realizadas pelo serviço social.

O percurso institucional das entrevistadas em busca de atenção às demandas provenientes da situação de violência doméstica abrange a abordagem de instituições da área policial, judiciária, hospitalar, psicoterápica, psiquiátrica, psicossocial, de auto-ajuda, religiosas e em alguns casos, como já descrito anteriormente, instituições escolares.

A situação em si que dispara o percurso institucional de cada uma das entrevistadas, assume contornos ligados às vivências de violência de cada uma delas. Porém, de uma forma geral, existe nos relatos das mulheres entrevistadas a emergência de uma situação de opressão exercida no corpo e carregada de ansiedade, que aciona uma espécie de dispositivo de alarme que acusa a sua impossibilidade de dar conta do vivido no plano da intimidade, deflagrando a busca por intervenção e socorro para além do âmbito do privado. Este caráter de urgência e de luta pela sobrevivência é o que distingue a violência de um mero “desentendimento entre

casais”, forma como muitas vezes o problema é tratado pelos organismos que deveriam agir diante da situação e, ao invés disso, reconduzem a questão ao âmbito do privado. Tais aspectos estão presentes no relato das entrevistadas, sugerindo um sentido coletivo e social para a questão da violência doméstica.

A análise dos relatos das entrevistadas apontou para a insurgência de quatro polos na esfera social, aos quais as mulheres recorreram quando alcançaram o ponto de emergência na ordem do vivido, culminando com a busca por intervenção em sua conflitiva: “os polos espiritual ou religioso; legal ou judicial; terapêutico e educacional.” As entrevistas demonstram que a escolha do pólo deflagrador da busca por atendimento estará relacionado à intensidade e ao tipo de impacto gerado pelo conflito vivido. Em 85,71% dos casos, as mulheres, recorreram inicialmente a um desses pólos de atendimento, sendo posteriormente encaminhadas aos demais polos ou âmbitos de atendimento institucional, produzindo a configuração de abordagem por uma rede de instituições, que se organizam na contenção às demandas, de diversas ordens, provenientes da situação de violência doméstica.

A seguir, apresentamos trechos dos relatos das mulheres entrevistadas em que as mesmas descrevem a busca por intervenção institucional em suas conflitivas. Procuraremos transcrever o momento inicial deste percurso, bem como o polo no qual cada uma delas inicia a trajetória por atendimento.

Iniciaremos com a entrevistada que dispara o percurso por atendimento através do polo religioso.

2.1 O polo espiritual ou religioso

A Sr^a **H.**, no momento da interlocução, estava em fase inicial de sua trajetória, recebendo atenção simultânea dos serviços social e de psicologia. Ela havia sido encaminhada à instituição pela via legal ou judicial, representada pela DEAM. Contudo, a busca dessa usuária por atendimento, foi deflagrada através do âmbito espiritual ou religioso. Ela evidencia no seu relato, através da expressão “pedir socorro”, a função do auxílio frente a urgência que a intervenção espiritual lhe significou. Aos poucos, no entanto, suas demandas vão se tornando cada vez mais específicas, o que a faz redirecionar o rumo, no sentido de um pólo de abordagem que envolvesse não somente ela, mas a relação de violência.

No relato da Sr^a **H.** percebemos a ampliação das vivências corporais próprias aos que se encontram na vivência da situação de opressão, uma vez que é “sobre o corpo que age a relação de violência.” (FOUCAULT, 1995, p. 243). A entrevistada descreve inicialmente a

sensação de intensidade “boa” que o pólo religioso lhe significou e, posteriormente, a sensação de sufocamento que passou a sentir devido às interdições e restrições impostas ao corpo pela organização religiosa. Através dessa dinâmica, a Sr^a **H.** expressou também a ambivalência afetiva que marca as relações das mulheres que vivenciam a violência na relação conjugal.

Segundo Morgado (2001; p.315), as relações de violência “são permeadas por sentimentos e comportamentos contraditórios” e “comportam ao mesmo tempo momentos de violência, sedução, afeto, presentes, arrependimentos, dentre outros”. Tais aspectos contribuem para a manutenção da situação pelas próprias mulheres e por instâncias ou instituições que deveriam intervir com a finalidade de auxiliá-las na transformação do vivido. Sobre esta questão a autora complementa:

O comportamento, que alterna afetos e violências, nutre-se, dentre outros fatores, dos sentimentos de ambivalência vividos por essas mulheres”. Apesar de referirem-se às inúmeras e frequentes violências que marcam suas relações muitas mulheres afirmam amar seus companheiros-agressores (MORGADO, 2001, p. 316).

Passemos então a expressão de tais aspectos no relato da Sr^a **H.**

Sr^a **H.** — [sic]: “Nossa, a gente demora tanto para pedir socorro achando que ninguém pode nos ajudar. Quando a gente decide pedir socorro descobre tanta coisa. Eu comecei buscando o evangelho. Fui pro evangelho, fiquei no evangelho durante dois anos... ééé... Fiquei ali, foi bom, sabe, assim uma sensação boa, mas ... era assim, era uma coisa espiritual, uma ajuda espiritual, não uma ajuda assim, que eu naquele momento estava precisando. Ééé... que era a minha família, né....era ajudar a minha família. Tava ali ajudando a mim, não os outros, que era o meu marido, que era o mais interessado na situação. Aí o que que eu fiz. Fiquei na evangélica dois anos. Aí... nessa... igreja que eu frequentava eu não podia usar ... saia... éé ... calça comprida, não podia usar bermuda, podia só usar saia, vestido, blusa manga comprida, aquela coisa toda, e aquilo começou a me sufocar, comecei a me sentir mal... e, num instante primeiro também até de perder o marido, né.

Não que ele seja uma maravilha, não (sorriso)... mas é que eu gostava... muito dele, né, não posso dizer o mesmo hoje em dia ... ele falava assim ‘ – Pôxa, você tem que usar essa roupa, não sei o quê ... eu falava – Puxa mas tem que usar! E eu ali naquela luta... mas era pra trazer ele, né, resgatar ele... queria que ele se transformasse numa pessoa, né, sem os vícios das drogas, sem o vício da bebida, um marido mais presente, presente dentro de casa, ele saía, ficava... semanas fora de casa.

Aceitei ele mesmo depois de saber que ele era uma pessoa que usava drogas, aceitei ele com as drogas. Aceitei ele com as bebidas, o mau humor dele, né, e na esperança daquilo tudo mudar. Que ele vêêê... assim ... quiii, ele (hesitação), que ele olhasse pra mim e que falasse: ‘—Pôxa, não, ela gosta de mim com esses defeitos todos, né.’”

O risco de “perder o marido” que sucedeu a um conflito em que este a colocou “para fora de casa”, reorientou a busca da Sr^a H. por auxílio. Desta vez, por uma instituição que a contemplasse no âmbito da lei e da justiça e que pudesse lhe fortalecer no plano do direito e barrar os atos indesejáveis do companheiro. Desta forma, ela procura a DEAM, que inaugura o pólo legal ou judicial da abordagem às suas demandas. O relato sinaliza o uso na esfera social da instância legal e da justiça como ponto de transmutação na ordem do vivido. Neste momento, a entrevistada conclama o poder do braço legal, através da Lei Maria da Penha, para barrar aquilo que ela vivencia como injustiça.

Sr^a H.— [sic]: “Fui chegando a um ponto, em que eu não fui agüentando mais, comecei a me sentir fraca, já não tinha mais força pra aquilo ali... é é é ... e hoje eu tô aqui, (instituição de atendimento social e psicológico), pedindo ajuda, né, pra poder...Chegou a um ponto que ele me agrediu, me botou pra fora de casa... iii aí... fora que eu... tive, tomei coragem, né... aí eu falei assim, pôxa, já me falaram pra mim que existe uma nova lei chamada Maria da Penha, essa lei diz que faz e acontece, eu vou procurar saber como é que é essa lei, né, porque, aquilo já passou, assim, eu não via mais, ah ,eu preciso de ajuda. Eu comecei a ver que eu precisava de ajuda, que o que ele estava fazendo comigo era injusto. Aí eu fui e falei com a minha irmã, peguei e falei assim, olha, eu vou sair... –“Tu vai aonde?” Eu vou na delegacia. Eu vou na delegacia, vou dar parte dele, já que ele tá me ameaçando, fazendo isso tudo com meu filho e tal...Veio na sua casa fazer escândalo essa coisa toda, eu tenho que me garantir, eu tenho que ir na delegacia, chega.”

2.2 O polo legal ou judicial

Dentre as mulheres entrevistadas, as Sras A. e C. deram início aos seus percursos institucionais pelo polo legal. Relataremos inicialmente a trajetória da Sr^a A. que atualmente vem sendo atendida pelo polo terapêutico, mas que recorreu também ao educacional. Em seguida, abordaremos o percurso seguido pela Sr^a C.

- a) **Sr^a A.:** O percurso institucional por intervenção deflagrado pela Sr^a A. teve um início insidioso em que a mesma relata uma agressão mútua entre ela e o marido. Após o ocorrido, ambos sentindo-se prejudicados, recorreram à delegacia, dando início ao processo de denúncia, encaminhamento e também de expressão do sentimento de desamparo frente ao ocorrido. Identifica-se nesse relato uma ruptura com a clássica oposição binária entre algoz e vítima passiva. Nesse caso, o casal, ao extrapolar o limite da relação e a possibilidade de ação pela palavra, como nos coloca Hannah

Arendt, buscou a intervenção legal, como organizador, exibindo as marcas da violência e ratificando a proposição desta autora de que violência não é fonte de poder, ao contrário, nega-lhe as próprias condições (ARENDR, 1994). As feridas físicas, em ambos, tornaram-se a prova contundente da falta de diálogo e dos danos na relação.

Sr^a A.— [sic]: “Nós brigávamos muito, havia violência de ambas as partes tanto minha quanto da dele. A dele era violência mais... de falar. Eu não, eu já partia pra agressão. Mas ele é mais forte que eu, ele é um homem. Ele sempre que havia briga entre nós ele nunca me espancou, ele sempre procurou se segurar, e eu fazendo aquela coisa e aí, depois, a gente ficava de bem e... Só que dessa vez foi diferente, ele me deu um soco no rosto, me deu um soco, ele me espancou, porque ele chegou e nós não estávamos nos falando direito já há uma semana ou mais. Aí nós fomos pra casa da prima dele, passamos o dia lá, ele bebeu demais, eu bebi também, mas eu tava dentro do meu limite. Eu não tava bêbada, embriagada. Aí eu peguei... Ele tava procurando comida, aí eu falei: Você quer que eu faça um ‘miojo’ pra você? Aí ele partiu pra cima de mim. “— O que que é? Você agora vai me oferecer comida? Quer fazer comida pra mim?” Aí ele começou a discutir comigo, aí eu falei com ele: Deixa de ser grosso eu tô querendo fazer um ‘miojo’ pra você jantar. “— Eu não quero nada”. Começou me xingar e partiu pra cima de mim. Aí eu parti pra cima dele também. Os dois se agrediram, entendeu. Ele me batendo no rosto e eu batendo nele também. Os dois ficaram machucados. Tanto que ele foi na delegacia fazer corpo de delito também. Eu fui na mesma hora que eu sofri a violência. Eu fui ensangüentada, machucada. E eles assim... Não me trataram mal, mas não me deram maior atenção. Fui direto pra delegacia. Só que a história de que não era com eles, que o caso não era com eles e que eu tinha que procurar a delegacia das mulheres. Eles não podiam fazer nada. Eles falaram que primeiro eu fosse no hospital, né. Que eu fosse atendida e fizesse o relato lá no hospital e do hospital eu fui pra delegacia. No hospital prestaram atendimento e de lá eu fui pra casa de uma amiga porque eles falaram, aconselharam que eu não fosse pra casa. Aí eles falaram que eu fosse dormir na casa de alguém, de um familiar ou de alguém. Aí eu fui dormir na casa de uma amiga. Nessa casa dessa amiga eu fui pra delegacia de manhã cedo aqui pra Praça Tiradentes (localização da DEAM – centro). Eu tava sem dinheiro, sem roupa porque eu tava com a roupa que eu saí de casa...”

No relato da Sr^a A., surge o campo de atendimento hospitalar de emergência que, como se observa, ocupa um espaço intersticial, ou espaço do meio, nos deslocamentos que habitualmente ocorrem entre os pólos de abordagem psicossocial. No caso da Sr^a A., a intervenção hospitalar deu-se entre as abordagens da delegacia distrital e da DEAM e teve, como observamos, a função de reestruturação, não só tratando das feridas físicas, como também reorganizando vivências decorrentes do estado de desorientação, confusão mental e fragilidade emocional.

Os relatos da Sr^a A. sobre os fatos que se sucederam ao evento sinalizam a ambivalência de sentimentos presentes na situação, passando pela raiva, pela pena, pela

necessidade de contenção da violência, por um desejo de poder evitar todo o acontecido e pela conscientização dolorosa de que o relacionamento havia chegado ao fim.

[sic] “Ele foi chamado lá na delegacia das mulheres... Mas só que antes, ele antes foi lá e amostrou que ele tava machucado, que eu agredi ele. Ele inclusive falou que eu estava bêbada e eu não estava. Ele foi orientado, porque ele tem advogado, né... ele foi orientado. O que me deu mais raiva depois dessa situação toda foi que ele implorou... Eu tava fora de casa, eu tava na casa da minha tia, eu tava entrando com o processo de separação, eu tava tirando xerox dos documentos todos pra entrar com a separação. Aí ele me procurou, começou a me ligar, implorando pra eu voltar pra casa, se eu não voltasse pra casa que ele ia morrer, implorando. Aí bateu pena, bateu pena. É meu marido, pai dos meus filhos. Porque que eu... Eu denunciei ele, pra ele nunca mais me espancar, mas no fundo eu não queria que ele fosse pra prisão. Porque ele é grosso, ele é estúpido, mas eu acho que prisão pra ele seria muito ruim, porque sei lá, eu acho que ele não agüentaria. Ele não ia agüentar essa situação.

[...]

Eu queria que ele fosse chamado atenção. Que eles dissessem que ele não poderia repetir aquilo, como houve, que ele não poderia repetir a violência comigo, que da próxima vez ele seria preso. Tanto que... Houve um inquérito, né e aí eu fui na audiência, eu abri mão. E falei que eu não queria que o processo fosse adiante. E ele hoje, até hoje nunca mais encostou a mão em mim. E isso em 2005. É, tem três anos. Serviu de lição, mas a nossa relação acabou. Ali foi a gota d’água. Já tinha acabado há mais tempo só que não tinha tomado consciência disso, entendeu. Hoje, hoje eu sei que... (choro da entrevistada). Desculpa, tá. Falar disso dói...”

Na fala acima, como nas que analisaremos mais adiante, a referência às vivências de “alterações ou transtornos” psicológicos ou psicossociais atravessam a narrativa dos atores envolvidos, cursando conjuntamente, com a situação de violência (como citado anteriormente no relato da Sr^a H.). O etilismo e a drogadição são elementos que aparecem com frequência nessas situações, intensificando os relatos e os efeitos dos atos violentos.

É importante considerar a ação que o pólo legal teve no caso da Sr^a A., barrando a violência do casal e, ao mesmo tempo, expondo para ambos, a partir desta intervenção, a impossibilidade da relação.

Passemos ao relato da Sr^a C. sobre o início do seu percurso institucional deflagrado pelo pólo legal.

- b) **Sr^a C.:** Face à vivência da violência conjugal e mediante à falta de apoio familiar, a Sr^a C. deu início ao processo de denúncia do marido agressor. Ela se mostrou

alarmada com o fato do marido (juntamente com a sogra) ter vivenciado a violência doméstica na infância e estar dando início na conjugalidade a uma provável repetição do vivido. Esse temor deflagrou seu percurso institucional em busca de apoio no pólo judicial. A Sr^a C. evidencia o momento sócio-histórico atual em que as mulheres contam com o suporte de instrumentos legais para barrar a violência e, com isso, podem imprimir movimento novo ao que vivem. “Agir”, como propõe Arendt (2007b, p. 190); “tomar iniciativas”; “ser capaz de realizar o inesperado, o infinitamente improvável.” As mudanças no cenário social com relação à forma de se tratar a violência doméstica é o argumento utilizado pela Sr^a C. para confrontar a sogra que apóia os atos violentos do filho, com a inadequação de sua atitude, apontando para atualidade que difere do tempo em que as mulheres não contavam com o reconhecimento da violência doméstica como um problema social e, portanto, com o apoio legal.

Sr^a C.— [sic]: “É, esses transtornos começaram em volta, em torno de 2005. Eu comecei a me desentender com meu marido, ele começou já mostrar o supertipo que eu não conhecia, porque ele já havia passado pelo passado doloroso com o pai agredindo a mãe e eu pensei sinceramente que ele nunca fosse fazer isso. Porque nós construímos uma família, nós temos um filho que nós decidimos o momento de tê-lo, né? Dar bastante carinho... não ele passar por essa seqüela toda que ele passou. E eu vi que as coisas estavam ficando muito difíceis pra mim. Eu convivia com minha sogra morava com a gente, eu não tinha o apoio da minha sogra, apesar que o passado dela foi triste também, o marido dela batia nela, ela não me apoiou de jeito nenhum e apoiou o filho nessas coisas que ele tava fazendo comigo. Aí eu me vesti, fui na delegacia de mulheres. Sabia que era no Centro, era um tempo chuvoso, eu fui na delegacia 13^a pedir informação, me deram o endereço e eu vim até a Praça Tiradentes, foi até a noite. Ao chegar em casa, eu havia aberto o ocorrido dos fatos que houve naquele dia e a minha sogra falou que nunca mais ia me perdoar, porque eu procurei a delegacia de mulheres e isso ia prejudicar o filho dela. Aí eu falei pra ela: “— Agora ele vai aprender a ser homem, ele vai aprender a respeitar uma mulher. Já que na época da senhora não tinha esse, essa direção, esses direitos, ter uma delegacia pra você correr, pra você expor sua vida, eu fiz isso e não to nem um pouquinho arrependida’. Nesse momento aí que ficou mais agravante minha situação com a minha sogra e com o meu marido dentro de casa.”

A Sr^a C. relata sobre os momentos anteriores à Lei Maria da Penha em que procurou apoio legal, mas que influenciada pela figura do “conciliador” e pela vulnerabilidade de seus sentimentos pelo marido, reconsiderava a denúncia.

Antes da Lei 11.340 ou “Lei Maria da Penha” que coibi a violência doméstica contra as mulheres ser sancionada em 2006, vigorava na justiça brasileira a Lei 9.099/95 que, de acordo com Campos (2003, p 43), “foi criada para beneficiar o réu, evitando-lhe todos os males de um processo penal. Este favorecimento está presente em todos os institutos da Lei.” Um desses institutos era a conciliação que, de acordo com a autora, antes da Lei 9.099/95 ocorria informalmente na delegacia, onde os policiais praticavam o princípio do “deixa disso,” banalizando a violência vivida pela mulher. O advento da lei 9.099 “apenas desloca a conciliação informal ocorrida na Delegacia de Polícia para o Poder Judiciário, dando-lhe um caráter formal, pois agora é feita frente a uma instituição com poder conciliatório.” (Ibidem). Segundo a autora, os juízes insistiam para que a “vítima renunciasse à representação e aceitasse o compromisso verbal feito pelo agressor de que não mais praticaria a conduta violenta, não questionando a violência ou a sua função na relação conjugal” (Ibidem, 43) conduzindo a questão como o “senso comum teórico”. Campos assinala que essa expressão é utilizada por Warat (1995, p.72)⁸⁷ como “sentido comum teórico” para comportar o “ideológico, na medida em que imita a realidade social, ocultando as formas na qual ela exercita e distribui o poder.” (WARAT, 1995, p. 72 *apud* CAMPOS, 2003 p. 43).

Para a Sr^a C., que acabava operando conforme as produções da engrenagem sócio-jurídica, a sua ação de “relevar” os atos de violência do marido, mesmo depois da decisão de encaminhar seu conflito através dos procedimentos do pólo judicial, encontrava-se consubstanciada na sua fragilidade emocional.

Sr^a C.— [sic]: “Aí ele começou a me humilhar, aquele negócio todo, a me agredir várias vezes, eu ia lá dava parte. Mas você sabe, né? A gente tem o coração mole, né? Ia lá na frente do conciliador aí o conciliador: “Ah, releva o que, releva.” Relevei duas vezes...”

Campos ressalta que a mulher quando procura o Judiciário espera que neste âmbito seja reestabelecida a harmonia da relação conjugal rompida com a violência. Para a autora, a “conciliação induzida reprivatizava o conflito e comprometia o princípio constitucional da imparcialidade” (CAMPOS, 2003, p.43), mantendo a relação desigual entre as partes.

⁸⁷ WARAT, Luiz Alberto. **Introdução geral ao direito: epistemologia jurídica da modernidade**. Vol 2. Porto Alegre:Fabris, 1995.

A Sr^a C., no entanto, movida por uma força interna maior do que aquela que recebia do exterior relata a manutenção do seu percurso por justiça. Ela descreve uma seqüência de passagens por procedimentos legais compatíveis à descrição de uma “batalha judicial”, até que sua demanda foi absorvida pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instituto que provém da Lei 11.340 para gerir os casos de violência conjugal e que entre os procedimentos significativos, citados pela entrevistada, encontram-se o encaminhamento para o atendimento psicológico e a proteção formal e documental concedida a mesma pela juíza através da Lei Maria da Penha.

[sic] “Procurei a delegacia de mulheres, falei que eu nunca mais ia fazer isso (relevar as agressões do marido, pois a Lei 11. 340 não admite a retirada da queixa pela atingida) fui orientada, procurei saber também como é que era, né? As mulheres quando passassem por essa situação ...como a gente podia se comportar, pra gente até levantar a nossa auto-estima. Aí teve um julgamento aí que eu fui mal orientada na Vara da Família que com certeza ele comprou meu advogado, eu não tenho provas, mas tudo leva a crer que isso houve. Eu assinei documento que não era pra assinar da herança do apartamento, aí no dia da audiência, à noite ele ligou pro meu interfone, já não tava mais morando comigo, só sai ‘você caiu no meu golpe, que agora você vai...’, uma palavra, meio grosso, né, falou que eu ficar sem nada na minha vida, que ele ia querer me colocar pra fora, já tinha assinado documentos que isso ia me colocar na sarjeta com filho e tudo. Aí eu comecei a ter acessos de pânico dentro de mim, que eu assinei confiando no advogado, né? Que ele fosse me auxiliar, que podia confiar a minha vida na mão dele, que ele era meu advogado, que ia me ajudar naquele tal momento. Eu assinei coisas que não eram pra assinar, prejudicando até o meu filho também em primeiro lugar, que era um menor, passando por isso tudo. Aí eu fiquei, sabe? No fundo do poço mesmo. Aí eu procurei lá no Fórum também tem essa parte de mulheres agredidas no 18º andar, lá eu procurei orientação, disse que eu tava precisando muito de ajuda naquele momento. Aí eu já estava aqui (Rio Mulher) sendo bem assistida por vocês.”

[...]

Agora eu tô feliz, porque eu fui orientada, **a juíza me deu, a Maria da Penha** foi excelente, até o meu ex-marido falava assim: “—Vai procurar os seus direitos, eu tenho, eu sou formado. Maria da Penha não serve pra nada, quero ver se vai me prender.’ Eu falei ‘Quero ver um dia você falar que não vale nada, um dia eu vou ter autoria disso aí’, eu vou falar pra ele ‘Ela vale sim, só que ainda não chegou teu dia, mas teu dia vai chegar’, falei pra ele. Ele debochava de mim, debochar da Lei da Maria da Penha, sabe? Eu tô entendendo que agora as coisas estão diferentes, **eu tenho a minha, a minha carta me protegendo, a ‘Maria da Penha.’** Demorou muito, mas em setembro eu tô com ela atrás de mim, sabe? Eu agradeço. Sempre tem alguns eventos aqui no Rio de Janeiro, até lá no fórum e eu participo. A minha carta é uma determinação da juíza que ele não pode chegar perto de mim, tem que ficar 250 metros longe da minha casa, longe de mim, sem me perturbar, pra eu viver em paz. Então, antigamente eu não tinha essa carta. A juíza falou pra ele (o ex-marido) na audiência ‘O senhor desconhece a Lei Maria da Penha? O senhor já conhece Maria da Penha?’ Aí ele ‘Sim, já conheço!’, aí a juíza ‘Então, não parece, tá brincando com a lei, com a lei não se brinca, aqui eu cumpro a lei e é isso, isso, isso.’ Ele ficou assim, caladinho. Porque quando chega lá no fórum, sabe, as pessoas não fazem o que faz com a gente no meio da rua. As pessoas se

escondem, aí chora, passa de pobre coitado e assim a gente fica assim vilã. Mas eu não sou vilã, eu tô procurando meu direito. Se essa lei está aqui pra me favorecer e favorecer um monte de gente, eu vou espalhar. Vou falar assim: ‘Eu sou o exemplo. Eu precisei e hoje eu tô aqui’ e mostro aonde eu vou, hoje eu não tô aqui pra fazer, eu mostro é isso, isso e isso, eu não tenho vergonha.”

“Foram muitos anos lutando para que as mulheres pudessem dispor deste instrumento legal e para que o Estado brasileiro passasse a enxergar a violência doméstica e familiar contra a mulher.” Essas palavras da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire (2006, p.7) encontram-se nas páginas iniciais de uma publicação que apresenta a Lei Maria da Penha e aludem à experiência de combate e resistência de mulheres, tal como aquela expressa pela Sr^a C., que se sentiu revestida de potência de enfrentamento quando finalmente percebeu o poder da Lei de salvaguardá-la da violência.

“A juíza me deu a Maria da Penha” equivale a portar um escudo de proteção e força que legitima, diante da sociedade e do marido agressor, a violência doméstica como uma forma de “violação dos direitos humanos.” (FREIRE, 2006, p. 8). A posse do instrumento legal favoreceu à Sr^a C. a posse de uma postura afirmativa de resistência frente às humilhações, aviltamentos e intimidações impostos pelo marido agressor. O seu relato também aponta para a tentativa do agressor de enfraquecê-la, banalizando a potência protetiva da Lei e duvidando do reconhecimento, por parte do judiciário do ilegalismo de suas ações.

Sobre a sensação de proteção que a Lei conferiu à Sr^a C., permitindo-lhe barrar os efeitos da violência, o seu relato não deixa dúvidas:

[sic] “Ah, essa proteção foi assim, sabe? Acho que foi o fechar da minha sobrevivência. Porque eu tava num jeito que eu não tava suportando. Ele ia no meu prédio, ele ligava pro meu celular, ele ligava pro meu ... ele entrava dentro do meu prédio, os porteiros do meu prédio eram coniventes com ele, porque alguma coisa ele dá pra entrar, né. Ele debochava, ele parava o carro, ele fazia umas cenas com a mão, sabe? Ele me levava... pra escola (aparecia quando ela levava o filho para a escola). Então, essa eu acho que foi assim um presente, sabe? Um presentão.”

Robert Castel (2005) discorre sobre a importância da sociedade construir proteções; uma “mão invisível” (CASTEL, 2005, p.17) que harmonize a priori os interesses, os desejos ou a vontade de poder dos indivíduos no que se refere à coexistência com o outro. Para o autor, “ser protegido não é um estado ‘natural’” (Ibidem). É uma situação construída, porque a insegurança não é uma peripécia que advém da maneira mais ou menos acidental, mas uma dimensão consubstancial à coexistência dos indivíduos numa sociedade moderna.” (Ibidem).

É preciso que as mulheres atingidas pela violência conjugal possam perceber este ato como inaceitável no sistema de normas coletivas. Inclusive, quando estas também se colocam na posição de agressoras. A instância legal de uma sociedade legitima os valores vigentes e confere direitos e a proteção desses direitos. É a mão que harmoniza e não a que se omite frente à vulnerabilidade dos indivíduos.

2.3 O polo terapêutico

No grupo de mulheres entrevistadas há aquelas em que o percurso pela busca de apoio institucional é disparado pelo polo terapêutico. As entrevistas demonstraram que as mulheres que iniciaram o percurso institucional por este polo, focavam um processo de mudança que partisse da transformação nos seus posicionamentos frente às relações com os seus parceiros e à situação de violência produzida nos relacionamentos, os quais eram vivenciados pelas mesmas, como sintoma de suas dificuldades pessoais. Reiteramos a perspectiva de que os modos de subjetivação, ainda que vivenciados a partir de um enfoque afetivo relacional e particular, ou seja, a partir dos dinamismos de cada pessoa, são produções e expressões inscritas em um tempo-espaço histórico-cultural.

O que as mulheres vivem na intimidade acreditando ser “dificuldades pessoais” ou próprio de suas personalidades, são produções relativas ao tempo e espaço em que vivem.

Machado (1999) ressalta:

[...] cada um de nós tem uma história de vida que é singular, mas que não é interior. É como se inúmeras peças de um jogo, se embaralhassem de formas variadas e com intensidades distintas, fazendo com que afirmássemos essa composição como sendo nosso eu ou nossa individualidade. (MACHADO, 1999, p. 214).

Dentre as entrevistadas duas mulheres iniciaram seus percursos institucionais a partir do pólo terapêutico. Ambas têm em comum a demanda de entendimento do sentido de suas

vivências e do significado dos seus envolvimento nas relações conjugais violentas. Em ambos os casos a violência perpetrada se expressa muito mais pela via psicológica e moral.

- a) Em um dos casos, o da Sr^a Q., o limite entre a violência psicológica e física é tão tênue que a conflitiva relatada inscreve no corpo da entrevistada, e na relação, as marcas invisíveis da violência. A Sr^a Q. inicia o percurso por atendimento após uma sequência de atitudes agressivas, de dominação e controle, por parte do marido, que eram toleradas pela mesma e sobre as quais ela desabafava com um amigo que a estimulou a buscar o atendimento. O conflito que marca o início da violência física e psicológica foi parcialmente descrito quando abordávamos a questão da “dependência econômica,” justificativa utilizada pelo marido para garantir a condição de dominação-dependência da esposa na relação. O acontecimento agora relatado na íntegra possibilita a apreensão da intensidade da vivência da violência na relação conjugal.

Sr^aQ.—[sic]: “Meu amigo fazia tratamento lá (na instituição onde ela inicia o processo psicoterapêutico) e como eu conversava muito com ele, ele percebeu que eu tinha a necessidade de procurar uma terapia. A própria pessoa às vezes não percebe que precisa de terapia, mas eu conversando com ele, ele insistiu muito que eu fosse pra lá. Ele (o marido) fez um cartão de crédito pra mim e eu às vezes fazia compras pra algumas pessoas da minha família. As pessoas me pagavam, né. Não me pagavam no período previsto assim, no dia certo, mas me pagavam, sim. E ele ficava muito irritado com aquilo, ficava muito chateado, a minha salvação era tirar um cartão de crédito, né. Tirar no meu nome um adicional do dele. Aí chegou um dia que ele começou a me humilhar demais, começou a falar que ‘Oh como é que você vai viver sem a minha presença perto de você? Como é que você vai fazer assim seu cartão de credito? Você ganha muito menos que eu. Como é que você vai fazer?’ Aí eu com raiva, falei que não queria mais o cartão de crédito, pra mim era importante, mas eu achei melhor não querer mais o cartão de crédito. Aí ele ficou me irritando muito, falando que era bom mesmo que eu ficasse sem pra que eu soubesse exatamente o que ele significava pra mim, que eu preciso saber o que ele significava pra mim. Então, o que que eu fiz? Eu peguei o cartão de crédito, peguei a tesoura e cortei o cartão de crédito todo com raiva, não queria mais, ele pegou veio pra cima de mim, aí ele com raiva, ele foi e quebrou o vidro da janela da minha casa, né. Porque ele falou que a vontade dele era me quebrar no meio, então, para que ele não fizesse isso, ele preferiu quebrar o vidro. Aí ele levou vários pontos na mão, ficou com a mão enfaixada sangrando, eu saí de casa, depois eu voltei pra casa com medo dele, fiquei com muito medo dele, porque ele ficou gritando muito, xingando a gente no dia que aconteceu isso, dele quebrar o vidro lá de casa, né. Mas voltei pra casa assim mesmo, porque eu acho que na verdade assim, hoje com um pouquinho de entendimento, eu percebo que eu que estava doente. Porque uma pessoa que está em plena consciência sabendo que o outro a agride de forma verbal, ou física mesmo, não deve aceitar uma coisa dessas e nem deve permanecer ao lado dessa pessoa só que eu não consegui enxergar isso, né. Então, assim, aconteceu isso e no dia seguinte eu voltei pra casa, né. Aí, enfim, foi difícil por quê? Porque eu fui um pouco desgostando dele.”

A Sr^a Q. continua seu depoimento narrando a violência psicológica a qual ela estava submetida que, além de produzir o medo, como no relato acima, agia diretamente sobre a sua forma de ser, menosprezando-a com palavras, expressões depreciativas e observações desagradáveis, que tinham por finalidade rebaixá-la e levá-la a perder a confiança em si. O declínio do relacionamento do casal se evidencia no momento em que só se percebe a opressão moral. Uma relação na qual o marido faz valer apenas seus desejos e vontades, desconsiderando-a, subjugando-a e violentando-a.

[sic] “E ele não me aceitava de início, eu engordei depois do casamento uns quinze quilos e ele ficava falando comigo “ah, você parece uma barriga de lontra.” “Ah, sua roupa parece uma mortalha”... que mais que ele ficava falando? Ficava falando um monte de coisa assim, coisas desse tipo, né, assim pra ficar depreciando a pessoa, pra me deixar mal. Aí eu ficava chorando às vezes ficava triste, ficava arrasada. E a dor foi aumentando porque aí o que acontece? Ele falou “como é que eu vou ter um filho com uma pessoa do jeito que você está?” E ele sempre soube que o sonho maior da minha vida era ter um filho com ele, entendeu. Aí ele ficava falando “nem pensar, eu não quero um filho com você desse jeito”. E eu percebia que ele tinha vergonha que eu fosse no trabalho dele, que as amigas de trabalho dele, o pessoal do trabalho dele repara tudo. Até que no domingo a gente ficou bem (depois de um período de conflitos) fomos jantar fora, ficamos bem, conversamos e tal, não sei o quê. Quando foi na segunda-feira eu comprei um contraceptivo de emergência, porque eu fiquei preocupada, entendeu? eu parei de tomar meu remédio (depois de um período de separação) eu fiquei preocupada, falei ‘ah, não vou engravidar mesmo, eu não quero engravidar, a situação como é que tá, nascer uma criança nesse tumulto todo, coitada da criança,’ aí fui, peguei, tomei o contraceptivo, aí como do jeito que ele é, ele abriu a cestinha de lixo e viu meu contraceptivo lá e na cabeça dele veio que eu estava traindo ele, sendo que eu não tinha ninguém, absolutamente ninguém, como na minha cabeça eu iria arrumar alguém? Não tinha como! Aí tá, tudo bem! Ele falou ‘tô indo trabalhar agora’ aí tá, mas eu percebi que ele ficou, já era meia noite mais ou menos, ele foi trabalhar era cinco horas da manhã, ele pega as oito horas. Aí eu não dormi quase naquela noite, que eu percebi que ele estava se mexendo e abrindo o olho, ficava olhando pra mim, ficou pensando alguma coisa, mas eu não sabia o que era, eu não sabia o que eu tinha feito de errado, mas eu não tinha feito nada. Aí ele foi pro trabalho dele, tá bom. Aí, tudo bem. Deixei a porta encostada do quarto e deitei. Com dez minutos, ele me abre a porta violentamente, vem tira o sapato, vem descalço, descalço assim de meia. Aí abre a porta maior porradão assim e vem já pra cima de mim, apertando meu pescoço, eu olhei pra cara dele “o que é isso?”, eu fiquei com o braço pra baixo assim e falei não sei porque eu tô sendo atacada, não sei de nada. “Tá arrumando outro, né? Com o outro você não fica, eu vou acabar com a sua vida agora! De hoje você não passa! Se comigo você não quer ficar, com outro você também não vai ficar!”, aí, pronto. Veio com um braço segurando assim e o outro apertando meu pescoço e eu ficando já sem ar, e eu falava com ele, falei ‘por favor, me solta, eu não tô fazendo nada, para pra gente poder conversar, por favor’, eu tentando manter a calma, mas estava brabo, porque ele realmente já estava me matando ‘me solta, por favor, me solta’, aí ele ‘eu vou te soltar, mas você vai transar comigo agora’, ‘mas eu não quero fazer isso, eu não quero fazer’, ‘mas você vai fazer sim. Viu o que eu posso fazer com você? Então, agora você vai transar comigo.’ Aí eu fiquei com medo dele,

nesse momento eu fiquei apavorada, porque eu não sabia o que que tava perturbando. Eu falei ‘tá tudo bem.’ Aí eu transei com ele. No final eu falei assim: ‘Tá satisfeito, né? Então, agora, você some da minha vida, da minha frente, que eu não quero ver você mais. Eu não quero mais te ver. E vou denunciar você na delegacia de mulheres. Vou denunciar porque eu não fiz nada...’

Ao contrário das palavras utilizadas pela Sr^a Q. para conter o marido, ela não o denunciou. No momento em que sua história repleta de vivências conflitivas, opressão moral e psicológica encaminhou-se para uma possível separação, ela iniciou, além do atendimento psicológico já em curso, a participação em dois grupos de auto-ajuda anônimos: O CCA⁸⁸ e o CODA⁸⁹. A respeito do início dessas buscas no seu percurso de atendimento, ela relata:

[sic] “Eu sou professora, dou aula à tarde, desde que ele falou que ia embora (o ex-marido) eu não consigo dormir direito, então eu perco a hora, graças a Deus, eu não tô trabalhando de manhã, porque muitas das vezes eu durmo à base de calmante, eu não consigo dormir, quando eu consigo já está no meio da madrugada, quando eu vou acordar já está quase na hora de trabalhar de tarde, entendeu. Então a minha vida não tá sendo muito fácil, não. A situação tá muito difícil pra mim, né. É... Eu cheguei a parar no ‘alergista’ de tanto comer, coisas que eu não posso comer, eu tenho problema de fígado eu não posso comer certas coisas. E foi aí exatamente que eu fui pra poder me acabar, me destruir, me sabotar que é mais um indício do amor próprio que a pessoa tem. E, assim, além disso, eu frequento dois grupos de... Terapia grupal, né. Eu faço parte do CODA, não sei se você sabe, Co-dependentes Anônimos, que é justamente, justamente eu frequento pra poder me libertar dessa possessão, dessa obsessão que eu tenho pelo meu ex-marido, né, pra me valorizar também. E faço parte do CCA que é Comedores Compulsivos Anônimos, que eu tenho aprendido muito com esse conceito também. Eu tô muito nova pra me destruir assim, acho que eu me destruí demais já. Só que eu não consegui dar um basta ainda, de vez em quando eu ainda me destruo, né.”

O relato a seguir pertence a Sr^a G. e descreve como a mesma iniciou o seu percurso através do polo terapêutico.

- b) A Sr^a G. iniciou o atendimento psicológico há dois anos, impulsionada pela dinâmica de um relacionamento amoroso no interior do qual foram gerados quatro filhos que moram somente com ela, uma vez que entre o parceiro e ela nunca houve uma relação de co-habitação, pois o mesmo é casado. A queixa da Sr^a G. recaí sobre um relacionamento que a violenta, pois o seu parceiro, após a fase do enamoramento,

⁸⁸ Comedores Compulsivos Anônimos.

⁸⁹ Co-dependentes Anônimos.

passou a ter para com ela e mais tarde, para com os filhos, um conjunto de atitudes de indiferença, omissão e de recusa em demonstrar qualquer interesse por eles, formando uma descrição compatível com o que Hirigoyen (2006, p.39) denomina “violência moral”. De acordo com a Sr^a G., o companheiro ignora suas necessidades, seus sentimentos; criando intencionalmente uma situação de falta e frustração na qual, principalmente, os filhos não têm a presença e o contato com o pai. Ela relata que desde a gravidez e o parto dos filhos ele tem esse comportamento. E fala de seu sentimento “de que nada que faz dá certo”. Tal dinâmica, somada a indiferença do parceiro, a conduziu ao atendimento psicológico.

[sic] “Ele não veio mais ver os filhos. Nem telefona, só coloca o dinheiro da pensão. Eu fiz o meu pré-natal sozinha, tive os meus filhos sozinha, tive pré-eclâmpsia pela primeira vez na minha vida sozinha ... Minha bolsa estourou, minha mãe me deixou lá pra ter as crianças, quase que eu morro. Na gestação, eu fiquei internada quinze dias porque a pressão subiu demais e eu nem sabia que eu era como é que se fala? Que eu tinha pressão alta na gestação. Meu pai e minha mãe têm pressão alta, mas eu só tenho na gestação, fora disso é normal. Ai eu descobri, aquele alvoroço, as crianças nasceram. Com quinze dias ele foi visitá-las, ele ainda tinha uma resistência, medo, né. É, ele não olha nos meus olhos, não fala comigo direito, parece uma pessoa estranha pra mim, não vejo mais ele. Atualmente, né, de dois anos pra cá.”

A entrevistada narra ainda que passou a abordar no atendimento psicológico, temáticas ligadas aos demais relacionamentos de sua vida, sobretudo, ao relacionamento familiar e afetivo, como também aquelas relativas ao processo de construção da sua forma de ser e estar no universo relacional. A Sr^a G. passou a receber, através das assistentes sociais, atendimento de orientação para a demanda relativa às repercussões negativas no contexto familiar causadas, segundo ela, pelo comportamento de indiferença do parceiro em relação aos filhos. Esses atendimentos conduziram a Sr^a G. à trajetória pela via judicial, instância que, juntamente com o pólo terapêutico, passou a funcionar como apoio ao encaminhamento das questões concernentes à vivência da violência na sua relação afetiva.

No grupo de mulheres entrevistadas, quando comparamos os relatos daquelas que recorreram inicialmente ao pólo terapêutico com aquelas narrativas em que o percurso em busca de apoio foi disparado pelo pólo judicial ou legal, observamos que o impacto da violência para aquelas que recorreram de antemão ao pólo terapêutico se dá, sobretudo, no seu psiquismo, no seu equipamento emocional, nas dimensões afetiva e relacional que ele comporta. Esse impacto foi traduzido pelas mulheres ouvidas através da vivência de uma

sensação de inadequação que as conduziu ao processo de questionamento da sua forma de ser e de estar nos processos da vida.

Nesses casos, o impacto da violência não deixa marcas físicas evidentes que permitam as mulheres, por exemplo, exibi-las em uma delegacia ou em um exame de corpo delito. Essas marcas estão inscritas nos sentimentos e nas emoções de quem as carrega, produzindo vivências de “imersão em tormentas que as levam a se curvar sobre si mesmas” (GUATTARI, 1990, p. 45) e expressar, tal como narrado pela Sr^a Q., a sensação de “se sentir doente”, ou ainda, como no relato da Sr^a G., a construir a auto-imagem de alguém “toda errada”. Em ambos os casos tais vivências eclodiram com a emergência do processo terapêutico.

2.4 O polo educacional

As marcas físicas e emocionais dessas mulheres que vivenciaram a violência se expressam nos seus relatos e se colocam em suas trajetórias, simultaneamente, como sinais da opressão em que vivem e como símbolos de abertura para um processo dinâmico de transformação. Do alto do sofrimento e em meio à turbulência de suas vidas, há a busca de saídas e de possibilidades, como nos mostraram, anteriormente, os relatos da Sr^a F. quando analisamos a luta por mudança de sua condição sócio-econômica. Das entrevistadas, ela é a única que inicia o seu percurso institucional pelo pólo educacional, em busca, como inferimos de seus relatos, de uma condição de autonomia e auto-suficiência oposta àquela em que o marido a colocava. Para a Sr^a F., a escola e o estudo parecem conter em si a potência de transformação do seu território existencial. (GUATTARI, 1990, p.54).

O movimento desta usuária por conhecimento e autonomia provocou a exacerbação das alterações no relacionamento conjugal, no qual o marido acentuava a expressão de ações violentas, o que por sua vez, potencializava na mesma a necessidade gritante de conhecer o sentido da sua permanência na vivência da violência doméstica. Essa dinâmica se intensificou, impulsionando-a para a busca do atendimento psicológico, ainda que, como ela relata, fosse muito difícil expressar seu sofrimento e falar sobre o que se passava. Além da violência psicológica, a Sr^a F. sofria violência sexual e expressava todo o constrangimento que a dificuldade em denunciar seu algoz lhe causava. A sujeição e o domínio do outro marcam este tipo de violência. Ela, no entanto, expressa sua luta interna por se impor diante do vivido.

[sic] “Eu fiz terapia de grupo. Eu não conseguia entender porque eu era tão dependente dele. Eu era dependente demais... Eu sempre quis fazer (a terapia). Só não conseguia fazer. Eu queria fazer, porque ele (o marido) falava que eu tinha muitos problemas... eu queria saber o que era... Nunca me elogiou, falava que eu não fazia nada certo, tudo errado. Só que eu fui, e de tanto tentar, de tanto tentar a terapia de grupo eu consegui. Eu não conseguia me impor, eu não conseguia dizer o que eu sentia, e também porque eu sentia muito medo dele. Ele foi me envolvendo, me envolvendo de uma forma que eu não sabia nada sem a permissão dele, não fazia nada sem falar com ele.

[...]

A terapia foi boa, mas eu não conseguia falar às coisas que eu passava. Eu só chorava. Algumas coisas eu falava, algumas coisas que eu sentia eu falava, mas eu sentia muita vergonha de falar... de ninguém entender e rirem de mim, entendeu?

Hoje, já conseguindo falar sobre o seu conflito, a Sr^a F. discorre, sem medo, sobre algumas situações por ela vivenciadas:

Sr^aF.—[sic]: (Relato a respeito de uma relação sexual forçada) “Foi, foi porque eu tava sentindo dor, muita dor e ... mas aí eu fiz e depois saiu muito sangue. Aí ele ficou assustado. “Ah, eu não sabia, me desculpa.” Eu falei que estava menstruada, que tava sentindo dor de cólica e ele não acreditou em mim. Ele falou: “Não, é mentira sua, você não tá...” Ele pensou que eu tava mentindo. Me senti forçada porque ele não acreditou em mim. Não foi espontâneo.

(Outro relato de relação sexual forçada, vivenciada pela entrevistada como um estupro, e de violência moral, em que as condições físicas e emocionais da entrevistada não foram respeitadas) Só o meu filho foi um estupro. Se fosse hoje ... se eu usasse preservativo... o fato do meu filho ter nascido, não foi querendo, né. Eu fui na médica e ela me disse que era pra eu tirar o anticoncepcional porque me fazia muito mal. Ele (o marido) sabia que eu não podia ter, entendeu? E ele veio pra cima de mim e eu na mesma hora senti, sabe. Você quando tem relação... você sente prazer. Eu não senti, sabe?! Ele foi pra cima de mim de uma forma que eu não conseguia sair e depois o pior de tudo que ele falou pra eu tirar o garoto. Foi ali que ele me pegou a força pra transar...

(Relato de vivências opressivas e violência moral) Ele queria que eu filmasse eu transando junto com ele, ele fez isso principalmente... comprou uma filmadora pra fazer isso, mas foi uma vez só. Só foi naquele dia mesmo que ele queria fazer... Não sei se ele tava ruim da cabeça... Não sei... Ele quis pegar a fita e me jogou na parede, quase me deu um soco no rosto, meu filho me segurou. Eu ia pegar a fita porque, eu não sei pegar a fita, porque ele pegou? Mas porque ele ia pegar a fita? Por que isso? Quase cento e quarenta reais... a gente passando necessidade dentro de casa e ele comprando uma filmadora. Ele só queria fazer o que ele queria. Nesse dia foi um desespero... Por que eu não conseguia enfrentar ele. Ele falou pra mim “você só sai daqui morta.”

A Sr^a F. relata a necessidade de pedir ajuda, a angústia de não saber como, ou de não poder fazê-lo e fala sobre as conseqüências do sofrimento psíquico gerado pela violência. O seu relato prossegue até o momento em que, a partir do interior do próprio conflito, a

humilhação e a opressão chegam ao seu ponto máximo e ela vê desencadear dentro de si reações de enfrentamento que culminaram com nova busca por atendimento terapêutico, dessa vez, psiquiátrico.

[sic] “Se eu fizesse algum, se eu fizesse... se eu fizesse... assim, se eu gritasse, se eu pedisse socorro. Essas coisas assim de “anormal” que não podia fazer. Ele ia me... pelo fato de que eu fiquei deprimida. Ele não era uma pessoa de confiança, ele ia me internar... Descobri que ele... eu comecei a descobrir quem ele era... Eu descobri que ele era uma pessoa nojenta, ele ia me internar.... Então eu não tive emoções, eu chorava lá sozinha, ninguém sabia porque eu estava chorando. Não tinha mais forças pra viver... Até hoje é muito difícil... não consigo confiar... porque ele... é mal, sabe, porque eu me sinto mal, muito mal ... na forma de relacionamentos. Ele falou no meu ouvido que se eu não tivesse com alguém ali ele me matava. Assim ... mas como eu ia tá com outra pessoa se eu tô com ele. Sabe, eu sentia aquele desrespeito, dele estar comigo ali e falar aquilo no meu ouvido: “Eu te mato.” No meu ouvido. Aquele momento que você sente medo. Aí, dali eu comecei a me sentir mais forte, sem medo que às vezes ... que nem uma vez que ele pegou no meu pescoço. Eu não tinha mais telefone em casa, não tinha mais telefone. Aí pedi um telefone, fui na mesa do telefone e ele pediu pra eu parar, falou até aquele nome sujo. Ele tinha um celular, então, só ele podia ligar... Eu fiquei alguns meses na psiquiatria, não fiquei muito tempo, não, porque eu não tinha como ir pra lá, ele falou pra eu me prostituir...”

O relato da Sr^a F. aponta para a densidade de um relacionamento cujos danos psicológicos foram muito contundentes. As violências perpetradas pelo marido a ela e aos filhos provocaram na mesma uma busca contínua por suporte institucional, até que ela conseguisse falar o que lhe acontecia. Até a sua chegada ao atendimento psicológico e social na instituição atual, ela passou por diversas instituições de atendimento social e terapêutico, como também, pelas instituições do pólo judicial, quando então, conseguiu denunciar as violências sofridas, passando também a tratar da separação judicial e de questões ligadas à pensão alimentícia dos filhos.

2.5 As expectativas das mulheres sobre os atendimentos institucionais

Abaixo registramos a fala de cada uma das mulheres entrevistadas diante do nosso questionamento sobre suas expectativas em relação aos tipos de atendimento recebidos. As expectativas expressam demandas de diversas ordens, porém, em comum, observamos o momento ímpar em que elas sentem que precisam dar outro ordenamento ao vivido,

engendrar novos universos de referência (GUATTARI, 1990, p. 54), dissociar as relações de dominação e opressão, buscando formas de resistência. (FOUCAULT, 1995, p. 234).

- a) Sr^a G.: Após viver tolerando um relacionamento onde predominava a violência moral e psicológica, e que se expressava pela indiferença e omissão do companheiro para com ela e os filhos, a Sr^a G. rompe com a postura de consentimento assumida até então e passa a se posicionar de outra maneira frente às conseqüências que a violência trouxe para o cotidiano de sua vida.

[sic] “Os meus dois filhos mais velhos não têm a certidão com o nome dele. As mais novas têm, os mais velhos não. E elas (as assistentes sociais) estão me ajudando através do Conselho Tutelar... Elas já fizeram três chamadas pra ele vir conversar aqui e ele não veio, três chamadas. Agora passou o caso para o Conselho Tutelar para poder legalizar a certidão dos dois mais velhos. E a questão da regulamentação da visita, saber por que ele não está indo... Porque as crianças estão tendo problemas. Porque pra elas não só o avô morreu, morreu um pai também, pra elas era o pai presente. O pai ali de todos os dias e avô também. (Os filhos da entrevistada estão sem a presença do pai e o avô que eles tinham como figura paterna faleceu alguns meses antes da entrevista) Então, eles sentem a morte do meu pai. A minha filha sente a falta do meu pai, chora, tá com um bloqueio na escola... A pequenininha e a mais velha ficaram muito doente com crise de bronquite quase todo mês. O menino é que não teve reação nenhuma. Então, a minha família tá vivendo uma violência psicológica. Tipo assim, arrumar a casa, que há partes que precisam ser arrumadas e não foram. A pensão ficar direita, o pai registrar os dois mais velhos.

- b) Sr^a C.: O atendimento no pólo judicial consonante com a necessidade da entrevistada de apoio e de um atendimento empático e sensível às suas queixas e privações conferiu a mesma o exercício do poder, no sentido descrito por Arendt (1994) de ação conjunta, demonstrando que o poder em si não existe, que este é relativo ao apoio recebido e ao quantitativo daqueles que conferem o seu consentimento. A Sr^a C. passou a se sentir apoiada pela Lei e pela justiça que lhe conferiram força e proteção frente ao marido agressor. A Sr^a C. expressa a importância da escuta; do direcionamento; da orientação psicológica e judicial; de compartilhar as suas vivências com outras pessoas; dos suportes psicológico e social para a obtenção do que ela chama de encontro com o “dia da liberdade,” expressão que marca a transformação na sua vida, a assunção de novas formas de ser e de estar e ruptura com a vivência opressiva.

[sic] “Na DEAM por incrível que pareça é diferente o tratamento. As pessoas te ouvem mais, apesar que lá agora tem rapazes, né, mas antigamente quando eu comecei a freqüentar era só mulheres, os homens ficavam lá dentro, né, porque é um homem e uma mulher. E me acolheram muito bem é no atendimento, aí me indicaram pro CIAM. Porque quando eu procurei a delegacia de mulheres, eu já tinha assinado uns documentos também, sabe? E pedi direção lá, pra falar com a advogada que me orientou, ela falou: ‘Você não deveria ter feito, tá feito, vamos correr atrás do prejuízo.’ Vai pra lá, vem pra cá, me mandou lá pra Comarca, assim, eu fui caminhando e trilhando a minha vida. Lá também tem reuniões com outras mulheres que também, passaram por agressões, que estão passando por estado emocional muito abalado. Como que elas podem proceder no dia-a-dia com seu companheiro se ainda reside dentro, se moram fora. Eu acho que cada grãozinho que a gente colhe e põe dentro da nossa cabeça, a gente é um conjunto. Como hoje que eu estou com vocês aqui também, excelente casa o RIO MULHER, eu tenho que agradecer, é uma estrutura muito boa, sabe? Aqui tem sido importante para a minha auto-estima, como saber me comportar mais ainda, esses traumas que eu tinha, que antigamente eu evitava falar o nome dele, quando eu ouvia eu ficava estremeçada. Até o impacto que quando a gente sai daqui você sofre ali na esquina, com outras violências que acontecem, como que pode se comportar. Então, isso tudo eu tô, sabe, plantando dentro de mim, muitas coisas boas, sabe? Eu tenho que agradecer. Eu fico assim porque tem muitas mulheres ainda que querem ficar caladas, surdas e mudas, **mas o dia vai chegar, sabe, o dia da liberdade.** Porque tem homens que igual a panela de pressão a gente vai suportando, muitas vezes tem um filho, tem que voltar pra casa da mãe, cada um tem sua vida, né? Mas tem um momento que ela vai ‘não, isso não é pra mim, tô cansada de ser humilhada’, eu convivi com essa pessoa onze anos, mas teve de namoro também, me dedicando a casa, marido, ao filho, tratava muito bem minha sogra, eu sei que é difícil morar junto com outras pessoas, mas sempre sabe, cada um com seu espaço. O momento que eu, ela viu minha situação, nem é o lado do filho, nem o lado da nora, né, ela tomou uma posição sabe que eu falei assim, ‘não, ela tá calada, mas tô sentindo que ela tá dando força pra mim’, ficou tudo ao contrario, ela me bateu duas vezes...”

- c) Sr^a Q.: Os atendimentos, para a Sr^a Q., possuem uma função instrumental. Constituem-se no meio através do qual lhe vem sendo possível estabelecer um diálogo interno, ampliar a percepção de si, contactar suas motivações e ocupar o lugar de sujeito na relação. Ela expressa o significado do suporte psicológico, destacado como fundamental no processo de diferenciação de si e do outro. A partir dos atendimentos, ela mergulha na compreensão dos seus modos de subjetivação e na busca de outras possibilidades de ser e estar.

[sic] “Através do atendimento eu consigo perceber é ... algumas áreas da minha vida que a minha vida inteira eu escondi, né. Essa coisa de se auto-sabotar, a minha vida inteira eu fiz isso, desde criança, né. O que me possibilitou descobrir isso foi o CCA que a gente ficava estudando, né, tudo, a infância e tal. Então me fez sofrer muito lembrar da minha infância, essa coisa de comer pra se destruir não era de muito longe né. E o CODA tem me ajudado a aceitação, né. Lá, a gente tem um lema que é assim ‘só por hoje eu sou a pessoa mais importante da minha vida’, então, é questão de focar em si próprio, parar de focar na vida dos

outros, focar nos nossos problemas, na própria vida, tentar melhorar a sua qualidade de vida. E lá no RIO MULHER o que me possibilitou a melhora, na verdade, tudo começou no RIO MULHER, tudo começou com a psicóloga que me atende lá. Ela pegou a fase mais difícil da minha vida, tinha vezes que eu não falava nada, eu só olhava pra ela e só chorava, só chorava, entendeu. Então, ela me possibilitou o início da descoberta de quem eu era realmente, quem eu neguei a vida inteira. Então, assim, você se habitua em um momento, claro, de extrema tristeza por causa da separação, mas a terapia com ela veio muito antes, então pegou todo o processo de casamento, de abandono, de rejeição, de agressão. Ela pegou tudo isso, ela acompanhou muito de perto toda essa trajetória minha de angústia, então, tem sido muito importante no meu... Nenhum dinheiro no mundo pagaria toda descoberta que eu tô tendo com ela. Há pessoas que não compreendem, acham que é besteira, entendeu? Mas eu vejo como uma fonte de descoberta enorme pra mim. Porque eu jamais conseguiria descobrir certas coisas que não fosse pela intermediação, pela cooperação dela”.

- d) Sr^a F: No momento em que a Sr^a F. se confronta com a necessidade de alterar a ordem do vivido, os estímulos tornam-se prementes e até os suportes incidentais lhe fortalecem no propósito de romper com a situação de violência. A instituição que assumiu para a entrevistada o caráter de deflagrar as orientações e encaminhamentos para as demais instituições percorridas, insurgiu na forma de um cartaz de divulgação colocado no mural do metrô, um meio de transporte de massa e que por isso, atinge um número expressivo de pessoas, tal como ocorreu com a Sr^a F. Ela relatou ter visto um cartaz que divulgava os serviços de apoio às mulheres em situação de violência doméstica. A partir da busca a uma das instituições nele relacionadas, ela foi encaminhada para as abordagens dos pólos legal, terapêutico e educacional. Ela narra o seu percurso institucional articulando o relato com a função de apoio que esse percurso lhe conferiu. A Sr^a F. demonstrou não possuir apoio familiar; as várias instituições pelas quais ela passou tinham como objetivo suprir diversas carências evidenciadas no momento em que ela se propõe a percorrer caminhos que a conduzissem rumo à transformação.

[sic] “Primeiro de tudo que eu andei foi na Defensoria para pedir alimentos, primeiro foi isso, aí depois eu... eu tava pela São Francisco Xavier ali, no metrô, havia um mural que eles botam. Ali tava violência psicológica e violência doméstica, telefone, um monte de coisas. Aí eu fui pra lá, pra saber se... Eu queria falar pra alguém... Aí quando eu fui lá eu falei com a assistente social. Era no CIAM. Aí ela mandou eu ir pra DEAM e me mandou pra psiquiatria lá do, daquele tal de Pinel. Só que lá eu não conseguia ir porque não tinha o dinheiro da passagem, entendeu?! Porque na época que ele (o marido) tirou. e eu estava passando muita necessidade. A DEAM já é a delegacia. Quando eu cheguei lá, eu nunca falei isso pra ela, que eu falei com um, falei com a assistente social, que eu tinha, aí falei com ela que tava acontecendo aquelas coisas comigo...Eu falei com ela que ele não tava querendo relações comigo. É porque também tinha um lado e tinha outro, porque o que eu estava querendo dizer

que eu não tava querendo mais ter relações com ele. Entendeu?! Só que eu não consegui falar. No Cedim eu fiz curso de informática e de camareira. Foi uma pena que eu não voltei pra correr atrás disso. Eu não estava conseguindo ir...com o tempo que eu não consegui mais ir pro Cedim e pro CIAM. Eu não tô dizendo que não adiantou, adiantou só que se eu estivesse dizendo a verdade, as coisas assim claramente, eu não teria sofrido tanto quanto eu sofri. Depois dessa confusão toda, eu ainda passei no projeto na Casa Lilás, não... desculpa... Primeiro foi o Conselho Tutelar que na época meu pai pediu pra eu sair da casa, aquela confusão toda... toda confusão. Aí nesse dia eu fui pro Conselho Tutelar. E eles fizeram um pedido de Bolsa Família pra gente, mas o Bolsa Família só veio depois de três anos. E nesse meio tempo eu fiquei passando necessidade e tudo. Por que o que aconteceu, porque na hora uma cesta vinha, outra hora vinha, outra hora não vinha e era aquela confusão muito grande, a gente não conseguia entender nada. O Conselho Tutelar informou sobre o meu caso, lá no 'Lilás'. Na Casa Lilás teve assistência psicológica... e terapêutica e cesta básica, ela deu pra gente tudo. Aí, o que aconteceu ali ela até falou: você vai dizer sobre a sua vida, tudo bem, mas não é assim, quer saber da minha vida. Deve ter alguma coisa errada em mim, eu quero me recuperar, mas eu não me recuperei. Aí tá, o que aconteceu... eu fui pra uma casa que tinha psicologia lá e tinha terapia de família que foi a Casa da Vila. Quem me indicou essa Casa da Vila foi o Conselho Tutelar. No Conselho Tutelar que meu pai brigou comigo, aí eu fui lá e eles me encaminharam pra Casa da Vila. Aí eu fiquei uns meses lá, aí eu dava 25 reais da assistência social e também pelo fato da minha filha ter direito a 25 reais. Esses 25 reais ajudavam a gente a comprar alguma coisa, entendeu? Aí ficamos lá fazendo... Não adiantou cem por cento, mas por outro lado ... Mas o medo, o medo mesmo pra eu ter ficado tanto tempo sem falar, tanto tempo sem falar, sem eu me expressar, pelo fato de eu ter passado por tudo que eu passei, pelo fato do meu jeito de não falar, de gritar, acho que foi isso ... Aí aconteceu que depois disso eu fui pedir ajuda ao CIAM novamente pra ficar, aí eu fiquei aqui, né... Aí me mandaram pra cá (Rio Mulher).”

- e) **Sr^a A.:** Após o episódio de violência mútua entre ela e o marido, ambos foram conduzidos à DEAM, os conflitos do casal tornaram-se públicos, marcando a interferência de terceiros e os danos na relação, o que confronta a Sr^a A. com o término do vínculo afetivo. A entrada da instância legal recoloca a palavra num tipo de relacionamento no qual isso já não é mais possível. A partir de então, a Sr^a A passa a rever a sua história de vida e abrir novos sentidos, como aqueles representados pelo atendimento psicológico e pela retomada dos seus estudos, a partir da 6^a série do Ensino Fundamental. Por ocasião da entrevista, a Sr^a A. já estava terminando o ensino médio. A entrevistada relata também os projetos para aquisição de sua autonomia a partir do término dos estudos e da obtenção de um trabalho.

Tal como vimos em Arendt (2007a), a violência é muda e coercitiva. Somente a palavra nos permite agir frente à vida. Os negócios humanos são conduzidos através do discurso, da persuasão e da argumentação e não através da violência. (Ibidem, p. 50).

Apesar de poder e violência estarem relacionados, a relação é de oposição, em que um só existe na ausência do outro. Couto (2005, p.30) cita Gregori⁹⁰, autora que trabalha a violência doméstica, “tomando-a [a violência] como uma entre as diversas formas de comunicação entre o casal”, mais especificamente, como forma de se caracterizar, no casal, “quem detém o poder familiar” e a quem cabe a “última palavra”. De acordo com Gregori (GREGORI, 1992 *apud* COUTO, 2005), a violência doméstica “reproduz em atos agressivos o que não é possível comunicar através das palavras, isto é, no campo verbal.” (Ibidem, p.30).

[sic] “Pra mim fazer um tratamento, né, é porque a minha cabeça não tava legal, eu tava chorando muito, pra mim, tipo assim... limpar tudinho e voltar em pé de novo, porque eu tava lá no chão. Aí eles falaram (Na DEAM, quando encaminharam para o atendimento psicológico) lá você vai ter uma pessoa que vai escutar você. E pra me preparar porque eu estava disposta a me separar. Poxa, eu já escutei tanta coisa, a hipocrisia que viveu uma vida, tantos anos naquela violência e não tinha jeito de sair dali, né. Hoje ele me trata... Não me trata bem, mas não me agride mais. Ele já tem aquele... Se eu tocar nela... Né. Ele já tem medo, ele não toca em mim, não pode me tocar mais. Eu também não toco nele. Também tô mais calma. Eu queria a separação. Tanto que eu fui várias vezes na cidade pra ver o que é que eu tinha que fazer pra entrar com a separação. Só que parece que é uma burocracia danada pra gente se separar, né. É tanta coisa, é tanta coisa, que você acaba deixando pra lá. Deixa lá. Eu tô querendo mudar de vida, eu tô estudando, que quero diploma, eu sempre quis um diploma. Eu tô terminando o 2º grau. Eu comecei na sexta série. Hoje eu tô fazendo... tô acabando né. Vai fazer quatro anos e meio. Eu tenho planos na minha vida, tenho muitos planos. Eu quero me formar. Eu quero arrumar um emprego, assim um trabalho legal, né, que eu tenha um ganho, que no futuro eu possa me aposentar. Eu quero ganho meu. E hoje eu quero, busco, eu quero morar sozinha. Eu quero sair... Eu quero abandonar tudo. Mas pra mim abandonar tudo eu quero o meu dinheiro, o meu ganho. Eu não posso ir pra casa de parente, porque cada um tem a sua vida. Quando houve aquela confusão eu fui pra casa da minha tia, essa minha tia tem idade... Sabe, o seu jeitinho né, tem a sua casinha, o seu jeitinho, uma pessoa a mais ali já muda tudo. E eu não fui sozinha, eu fui com a filha. Eu fui com a filha e caí na real que não ia dar certo. Eu era completamente abitolada. Tava perdida. Hoje eu enxergo coisa que dói. Hoje eu enxergo coisa que eu pensei, pensei uma coisa que não teve jeito. (Sr^a A chora). Lutei e não adiantou. Me sinto só.”

- f) **Sr^a V.:** Relata violência física perpetrada por sua filha que, por discordar da sua relação conjugal, a agrediu ao pensar que ela teria voltado a conviver com o companheiro do qual permanece separada de corpos. Reitera que, ao contrário do que pensa a filha, não deseja voltar a conviver com o companheiro que, segundo ela, a persegue, humilha e violenta sexualmente. Sem renda ou ganhos próprios, ela narra

⁹⁰ GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1992.

viver em condições de miserabilidade e de dependência econômica dos familiares aos quais refere sentimento de abandono. Ao companheiro, a Sr^a V. atribui atos aviltantes e descreve condições de vida compatível com os que vivem “desfilados do circuito econômico” (CARRETEIRO, 2001, p.158) e que podem, pela falta do trabalho, perder a dignidade do olhar do outro (indivíduo ou instituição) e a consideração como cidadãos (Ibidem). Neste sentido, as expectativas da Sr^a V., com relação às instituições as quais ela recorre no momento em que decide denunciar a violência, são relacionadas à assistência às suas demandas. Ela passou apenas por duas instituições, a delegacia distrital e o Rio Mulher, esperando poder contar com as mesmas para o atendimento às suas necessidades. Como a entrevistada aponta, essas necessidades se situam no sentido da orientação, proteção, abrigagem e trabalho, ou seja, da possibilidade de retomada do eixo social de sua vida, marcado por privações.

[sic] “Eu estou tendo orientação, eu sinto, eu posso contar com elas aqui. Apoiada, eu estou. Apoiada, eu já tenho essa segurança comigo. Eu sei que ele (companheiro agressor) não pode meter a mão em mim, não pode nada, qualquer coisa eu falo. Elas estão me apoiando muito mesmo. Eu nem isto eu não tinha. Agora é com vocês mesmo, com vocês mesmo (Rio Mulher) e com a delegacia. Deus não vai deixar eu desamparada. Até resolver minha vida e eu tenho fé que eu vou conseguir. Tem um abrigo ééé na Praça da Bandeira. Já fui orientada pela assistente social. Amanhã não digo não, mas segunda-feira, talvez, eu vá até lá. Eu vou sair fora dele (companheiro) de um jeito ou do outro. A assistente social disse que eu posso continuar vindo aqui que eles não proibem, aí com a cabeça mais fria eu posso arrumar um emprego.”

- g) **Sr^a H.:** Os atendimentos institucionais surgiram, para a Sr^a H, com a finalidade de restaurar o plano do direito no interior de uma relação onde ela se sentia exposta a privações. A entrevistada denunciou o marido na DEAM após o mesmo tê-la agredido e expulsado de casa. O comportamento agressivo e violento do marido era tolerado pela mesma que havia procurado inicialmente modificar as suas vivências através do pólo religioso. A Sr^a H., após a passagem pelo episódio acima relatado, reiniciou seu percurso institucional com o suporte da instância legal. Ela, tal como a Sr^a C., fala sobre a importância do apoio legal ao lhe possibilitar proteção com relação à violência física que o companheiro lhe imputava. Mais uma vez, os “meandros da Lei” funcionaram no sentido de frear a ação coerciva imposta pelo companheiro. No entanto, A Sr^a H. fala sobre o descrédito que o companheiro agressor confere à Lei 11.340 e a respeito da violência psicológica que este passou a desferir contra ela após o mesmo ter sido judicialmente confrontado com a ilegalidade de seus atos de

violência e com as possíveis sanções penais. Para a Sr^a H., que ainda está no começo do seu percurso institucional, sentir o apoio do pólo legal conferiu-lhe mais segurança, porém, conforme apontado em seu relato, ainda há muito caminho a trilhar ao se considerar a possibilidade de desviar da ordem desses acontecimentos.

[sic] “Ele dizia: ‘Se eu for preso, por causa de você, quando eu sair de lá eu te mato, eu faço e aconteço.’ Ele não quer sair de dentro da casa. Já falei pra ele que eu não quero mais conviver com ele, não quero morar mais com ele, mas ele não quer sair, aí agora, quer dizer, tipo assim, ele não me agride mais, porque na realidade ele tá com medo. ‘Se eu agredir ela, eu vou acabar indo preso.’ Ele tá com medo. Porque, quem quer que isso aconteça? Ninguém. Então, eu sinto que ele tá com medo, mas ele não me agride. Assim é é é fisicamente, mas, moralmente, sabe... ‘Chegou essa hora por quê? Tava com teus machos?’ Sabe, essas coisas assim. Eu não posso sair do trabalho, ir numa loja, ver uma roupa, ver alguma coisa, comprar alguma coisa pro meu filho, se eu chegar em casa depois daquele horário que eu tô acostumada a chegar, acabou. Aí ele fica falando, fala que eu tenho mais que morrer, que ele deveria ter me matado, não era me deixar viva, não. Ele agora disse que se me matar ainda, ainda vai preso, não sei o que, que ele deveria ter me matado e fugido, que não sei o quê. Começou a falar um montão de besteiras, sabe. Aí fala, quando passa alguma reportagem sobre Maria da Penha, como teve essa semana, como teve essa semana, falando que ela ganhou a indenização do governo, aí ele aquilo ali é que foi pouco, foi briga o dia inteiro. ‘Ah essa vagabunda, tinha mais que morrer, o marido dela tinha que ter matado ela.’”

3. Aspectos enunciados nas histórias de violência

Nos relatos das histórias de violência alguns aspectos evidenciaram-se com uma significativa sistematicidade provocando reflexão a respeito das interfaces temáticas contidas no fenômeno da violência doméstica. Através dos recortes a seguir destacaremos tais aspectos, procurando contextualizá-los com a perspectiva sócio-histórica e contemporânea da pesquisa.

3.1 O início da violência doméstica na conjugalidade

Quatro (57,14%) das sete mulheres ouvidas, referendaram o início do comportamento violento na conjugalidade a partir da percepção de alterações na conduta do cônjuge ou companheiro e no confronto ou cobranças das mesmas a cerca dessas mudanças. O ciúme é um dado recorrente nos relatos. Em apenas um deles, não há referência quanto à origem da

violência. Em outros dois relatos, (28,57%) o conteúdo de violência sexual é o dado mais significativo e apontado como presente desde o início da relação.

A cerca do desencadeamento das reações de violência por parte do homem ao ser questionado pela mulher sobre sua conduta. Couto (2005) alerta:

O homem quando não consegue suportar questionamentos relativos a sua posição ou à falência da relação tenta exercer, a nosso ver de forma ilegítima, o mando submetendo sua parceira a uma condição de escravidão, como se isso fosse de seu direito inato.”(COUTO, 2005, p. 26).

A seguir os relatos sobre o início da violência na conjugalidade:

Sr^a C.: A fala da entrevistada que descreve o início do comportamento violento se atém à entrada de um terceiro na relação conjugal. Os seus relatos apontam para o momento em que a cumplicidade entre o casal foi rompida, simbolizado, inicialmente, pela presença da sogra entre eles desde o início do casamento e, depois, pela percepção de que o marido havia se envolvido em outros relacionamentos. A ruptura da relação a dois a leva a questionar o sentido do laço conjugal.

[sic] “Desde que a gente casou a gente levou a mãe dele pra morar com a gente, sabe. Mas aí que eu vi que ele estava tendo outros comportamentos, ele estava tendo outro caso fora de casa, chegava cinco horas da manhã, não tinha condições de a gente ter uma vida assim, sabe? E agüentar certas coisas, na troca de um prato de comida, acho que a gente não tem preço nenhum, sabe. A liberdade, a gente ter confiança, uma coisa muito assim, eu sei que é difícil ter um homem fiel, apesar que hoje em dia tá difícil a situação. Mas aí que tá, ele falava que eu que tô ficando maluca, me agredia, agressão sabe, era gota d’água. Ia conversar, né... Ele dizia ‘Não, tá maluca, você é maluca, não tô fazendo nada de mais’, sei lá o que, sei lá o que. Aí teve um dia que eu fui com meu filho pro shopping nós dois, só que eu voltei de metrô, só que o metro demora, né? Cheguei em casa meia noite, aí que começou a perturbação, ele falou que tava ligando pra polícia que eu ia seqüestrar o nosso filho, uma coisa que eu tava dentro da minha casa, depois me encontrei com meu filho, aí a minha sogra foi no meu quarto, falou assim “Oh, se você não calar a boca agora quem vai te bater sou eu.” Depois que ela falou essa frase eu fechei o olho e falei “Vem cá, além de agüentar o seu filho agora a senhora tá caindo a máscara também? Querer me bater. Porque me bater? A senhora tem que ficar calada!”, aí eu falei ‘Quem mora aqui sou eu, quem é dona dessa casa sou eu. Agora eu não vou agüentar a senhora também a me perturbar a minha vida, ainda querer me bater’, olha que eu tinha vinte e um anos, a sorte que ele, ele ficou no coisa, assim: “Me solta”, me empurrou, agrediu meu filho. Aí no outro dia que ele veio me abraçar de novo ela me deu um tapa nas minhas costas, um soco aqui nas minhas costas, aí eu falei “não, chega, chega, chega”, mandei ele pegar um apartamento alugar pra mãe dele, depois ele saiu também sabe, e é isso.”

Sr^a A.: A Sr^a A. atribui o início da violência à situação de ausência do marido da relação conjugal. Tal fato expressa-se, para ela, através do sentimento de que ele evitava vivenciar entre ambos uma relação erótico-afetiva e na descoberta das traições que, assim como no caso anterior, acentuam a ruptura na perspectiva de uma relação a dois.

[sic] “Era por causa de ciúme, ele nunca tava presente como marido. Ele sempre tava cansado, ele sempre tava fazendo balanço na empresa, ele sempre tinha alguma coisa. Aí eu muito novinha, eu queria ter um marido. E porque uma vez eu fui atrás dele, vários dias atrás dele e peguei ele com outra pessoa. Aí começava a briga dentro de casa por causa dessa outra pessoa. As nossas confusões eram mais por causa de sexo do que porque... Porque ele não chegava junto. Ele não me procurava. E eu queria, eu queria. Eu tava casada com ele, eu queria. Era mais isso. Aí quando eu comecei a descobrir as traições dele, aí ele falou que estava cheio de mim, que não me agüentava mais, que eu tava insuportável, que ele tinha que ir lá mesmo, que ele tinha que me enrolar mesmo, que ele tava arrumando mulher que ele não tinha. Aí um dia eu fui atrás e provei pra ele que ele tinha. Eu era aquele tipo de mulher que olhava cueca, olhava roupa, olhava carro.”

Sr^a Q.: A entrevistada relata sobre o temor de “ser abandonada,” sentimento presente desde o início do relacionamento afetivo. A vivência de abandono, segundo ela, existia de forma tão real que destruía a possibilidade de relação e a colocava constantemente em contato com a experiência aparentemente perturbadora de não ter o marido o tempo todo junto a ela.

[sic] “Então, às vezes eu até assim, é... Não é que eu era rude com ele, mas às vezes eu ficava assim “olha, não se apaixonar não, acho melhor não porque, pé no chão, não sei o que.” Eu já ficava preparando porque era extremamente pior que era eu me apaixonar por ele, porque eu achava que eu ia ser abandonada depois. Todas as vezes que havia uma briga, era eu que brigava com ele, eu que brigava com ele, por conta de ciúme, por conta de insegurança. Então é justamente por conta disso. As coisas não podem ficar tão bem, ‘a vida para mim não podia ser conto de fadas, não existe isso!’ Quando eu via tudo muito bom eu tinha que arrumar uma coisa pra poder, não destruir totalmente, mas pra reduzir esse conto de fadas. Então, era difícil pra mim tudo isso. A aceitação, né, de uma pessoa que gostava tanto de mim, tanto né. A nossa vida foi se modificando, porque até então nós não tínhamos trabalhado fora. Ele trabalhava numa empresa próxima a casa da gente, mas eu conhecia todo mundo da empresa, aquela coisa de manipular, aquela coisa ser controladora. Então, quando ele foi trabalhar longe de casa que eu ainda tava terminando o 2º grau, eu fiquei muito mal com isso tudo, “O que que ele tá fazendo agora? Com quem ele está agora? Não sei o que, não sei o que” ficava de cabeça quente. Aí a gente brigava muito nessa época por conta disso. Às vezes, ele ligava eu ficava ouvindo voz de mulheres junto com ele. Eu ficava louca com aquilo, querendo saber quem era, ficava falando, não sei o que. E eu acho que a partir dessa época começou quando foi reduzido assim o amor mesmo, o sentimento dele por mim, essa coisa de querer saber. Aí o que que eu fazia? Eu nunca fui de ligar muito por celular dele, porque eu achava que “Oh ficar ligando direto pra ele toda hora, que coisa mais pegajosa”, não sei o que. Mas eu não

tinha percebido que eu fazia pior, eu fazia assim, eu ligava uma vez só no dia, mas ligava exatamente pra querer saber exatamente o que tava fazendo, que não sei o que, que não sei que lá, né. Como se fosse um relatório, então é horrível isso. Que eu ligasse toda hora, mas que não fizesse isso. Hoje eu consigo, né. Sofri muito, mas... Então, eu percebi que ele distanciou um pouco de mim, mas que gostava muito de mim ainda, né, não era como no início, mas gostava muito de mim ainda.”

Sr^a H.: Assim como as entrevistadas anteriores, a Sr^a H. relata sobre o que ela chama de “cobrança da presença do companheiro” e sobre a frustração de não tê-lo junto a ela como seu par constante, conforme preconiza o “amor romântico” que se baseia na relação eterna e a dois, na qual “um vive pelo outro durante toda a vida.” Para a entrevistada, estar sem o companheiro equivale a “estar sozinha”. A percepção do afastamento do companheiro da relação idealizada de cumplicidade, dedicação e sacrifícios mútuos, parece ter sido a fissura que deflagrou a ruptura na conjugalidade, desencadeando a reação de descontrole extremo.

[sic] “Eu sempre cobrava a presença dele, pôxa, você tá saindo muito, sabe, exatamente ele começou no dia, foi no carnaval. Nosso filho nasceu em dezembro, aí, foi em fevereiro. O bebê ainda ia fazer dois meses, nem dois meses, aí começou carnaval, eu falei: Pôxa, eu não posso sair, neném pequenininho, também ainda tô de resguardo e tal não sei o quê, aí ele falou assim: “Ah, mas eu vou sair”, aí eu falei, mas pôxa, por que isso? Acho que pôxa, não tem nada a ver você sair, deixar a gente sozinho, aqui, “Ah, mas você não vai ficar sozinha, tua mãe tá aí, suas irmãs tão aí, eu vou sair com meu irmão e com a esposa dele.” Aí eu falei assim, pôxa, tá, tudo bem, mas vê se não chega tarde, né. Fiquei chateada com aquilo, né, aí, quando ele saiu, chegou de madrugada, chegou em casa já era quase seis horas da manhã, cinco e pouca da manhã, aí chegou fazendo o maior barulho e tal, acordando a gente e o bebê, aí eu fui falar com ele, aí eu falei, poxa..., aí eu fiquei quieta.

Quando ele acordou, levantou, queria que eu fizesse suco de laranja, aí eu disse não vou fazer, faz você. Ah, tô com ressaca, aí eu disse: olha, você não saiu, então você faz o suco. Tá de ressaca, então você vai lá e cura tua ressaca, você mesmo faz teu suco de laranja, não vou ficar fazendo café da manhã pra ninguém, entendeu, aí ele foi ele foi e não sei que lá, aquilo foi me irritando, ele começou a falar um montão de coisa, aquilo foi me irritando, eu me lembro que eu peguei, fiquei nervosa, sabe, tava uma vasilha que eu tinha colocado tudo dentro, garfo, colher, assim que eu tinha lavado e que eu enfiei tudo lá dentro pra depois secar e guardar, eu sei que eu joguei tudo em cima dele, aí ele falou eu vou pegar teu filho e vou sair daqui que tu é uma louca, sabe, eu fiquei revoltada (sorrindo) quando ele falou que eu era uma louca, aí eu me lembro que eu comecei a sentir muita dor assim nas costas, sabe, aí eu fui, comecei a gritar de dor, assim, parecia que tava enfiando uma agulha assim nas minhas costas, aí eu fui e deitei, minha cunhada veio e me segurou, aí foi e me colocou deitada, aí ele foi pegou meu filho e foi lá pra casa da minha mãe. “Ahhh, ela deve tá com crise de ciúme e tal, não sei que lá.” Aí tá. Aí daquele tempo pra cá, sei lá, ele foi....(silêncio)... foi mudando!”

Em seu estudo sobre violência conjugal, Mattar (2003) assinala que características do amor romântico, tais como, a tendência aos relacionamentos idealizados, à expectativa do casamento por amor e a busca da felicidade eterna através da relação conjugal são elementos encontrados no discurso das mulheres que vivenciam violência conjugal. Ela aponta “a crença na eternidade do sentimento, constante e único, que nunca se extingue e não se repete, dirigindo-se ao mesmo objeto” (MATTAR, 2003, p.55) como um dos prováveis motivos para que as mulheres suportem as relações violentas, “ainda que o objeto não se faça digno de ser amado.”(Ibidem, p.56)

Destacamos o caráter relacional contido nas vivências acima descritas que como afirma Foucault, (1995) coloca em jogo um feixe de relações entre indivíduos e grupos. Como vimos na base conceitual do presente estudo, as relações de poder se inscrevem através das diversas produções, atividades, signos, e condutas, como aquelas que formarão a instituição do casamento ou da conjugalidade na sociedade contemporânea. As relações que se configuram nesses vínculos, organizam-se tal como os valores produzidos nesse tempo, compondo os diferentes modos de subjetivação expressos nas relações das mais diferentes maneiras: nos chamados papéis de homem e de mulher, na expectativa da relação afetiva feliz, eterna e a dois e na produção dos signos do feminino e do masculino. Apesar de tal dinâmica, as demandas sociais que envolvem os homens os conduzem, em geral, para fora do lar, para a busca da realização no espaço público. E a mulher, mesmo que esta hoje já inicie a ocupação de tal espaço, ainda se mantém simultaneamente atrelada ao lar, responsável por sua organização, bem como pelos seus infortúnios.

3.2 Os efeitos da violência

As repercussões da violência ficam inscritas no corpo como cicatrizes de lesões reais e enquanto expressão de danos ou comprometimentos simbólicos ou emocionais causados pela vivência atroz. As repercussões atingem, além do corpo, o psiquismo e a vida de relação dos sujeitos envolvidos, mas também podem surpreender fazendo emergir do contexto caotizado, posturas combativas e movimentos de resistência. As falas que se seguem, organizadas em sub-unidades temáticas, destacam-se pelo conteúdo que aponta para os prejuízos ou para as posturas combativas advindos da exposição contínua à violência. Essas falas nos fornecem

alguns dimensionamentos sobre as várias nuances que o fenômeno da violência imprime à subjetividade humana.

3.2.1 A violência psicológica

Durante os relatos, as entrevistadas entrecortavam suas falas repletas de experiências e vivências opressivas com comentários sobre os prejuízos no seu psiquismo desde que passaram a ser expostas aos processos de dominação e sujeição pelos seus companheiros através de ameaças, agressões e das mais variadas formas de violência. As consequências da violência se prolongam mesmo quando elas permanecem afastadas do agressor, causando limitações na vida de relação nos planos afetivo e sócio-profissional e determinando a frequência ao atendimento psicológico. Ao longo dos relatos anteriores a ação da violência psicológica é contundente e se expressa nos vínculos opressivos e nos atos de subjugação operados como “ instrumento de dominação.” (HIRIGOYEN, 2006, p.29)

Hirigoyen (2006) alerta para o início do processo de violência psicológica, muitas vezes sutil e imperceptível, deflagrado através de um ato de ciúme ou indiferença, um aumento ou redução no tom de voz, um sarcasmo ou uma brincadeira humilhante, que tendem a se acentuar e gradualmente sistematizar como modalidade relacional ao ponto de selar o êxito de um processo de submissão que “para quem vê de fora [...] pode parecer sem importância, mas para a mulher [que vivencia a violência] faz eco a ameaças ou golpes anteriores.”(Ibidem, p.30).

Abaixo recortamos trechos dos relatos onde as mulheres sinalizam os efeitos no corpo e na mente ocasionados pela vivência opressiva.

[sic] “É que eu tô com a minha cabeça meio assim sem concentração. Tudo que eu vou fazer, eu paro e aí não dá pra fazer.”

[sic] “Eu não posso ficar olhando pro tempo e ficar esperando alguém me levar, ninguém vai me levar.” (Em relação à vivência de lentidão, passividade e falta de iniciativa que ela relata sentir).

[sic] “Ele tinha na época... Peraí, se eu tinha dezoito...não, é dezenove, eu tinha dezenove. Isso mesmo, dezenove. Aí, o que aconteceu nesse mesmo ano que eu me separei, me separei em maio, aí em junho eu fui pra casa do meu tio, aí depois... Aí lá pro final do ano em outubro mais ou menos eu tava na casa dessa minha colega. Aí foi aí que eu né... que eu tinha vinte anos quando a minha filha nasceu é... Você perguntou o quê? Eu me esqueci”. (vivência de confusão mental e fuga de idéias).

3.2.2 A produção do medo

A ação mais exitosa da violência é produzir o medo, a opressão, agir sobre um corpo fechando-lhe as possibilidades, destruindo qualquer chance de reação como estratégia de insubmissão, (FOUCAULT, 1995) conforme demonstram as falas das mulheres a seguir:

[sic] “Mas o medo, o medo mesmo por eu ter ficado tanto tempo sem falar, tanto tempo sem falar, sem eu me expressar, pelo fato de eu ter passado por tudo que eu passei, pelo fato do meu jeito de não falar, de gritar, acho que foi isso...”

[sic] “Eu tava com muito medo, muito medo. Eu estava em estado de choque. Não tem mais como eu te falar alguma coisa porque eu estava em estado de choque. Tudo pra mim foi muito forte. Quem agiu mesmo quem começou mesmo foi os meus filhos. Eles é que conversaram, explicaram, eu fiquei num canto, porque eu ainda não tava conseguindo acreditar”

3.2.3 O isolamento social

Ao tirar o sujeito do campo de possibilidades, o opressor, através da violência, destrói qualquer barreira ou escudo que se interponha entre o mesmo e aquele que ele submete. Em geral, a pessoa perde contato com o seu campo relacional ficando cada vez mais isolada e sujeita à dominação e ao jugo da violência.

[sic] “A minha família já não vai na minha casa mais, minhas irmãs, porque minha mãe e meu pai já faleceram. Mas as minhas irmãs não querem ir na minha casa, meus cunhados, não querem ir na minha casa, ninguém quer ir na minha casa, por causa dele. Aí nisso tudo eu me vejo sozinha, por causa dele. É difícil, muito difícil. Uma pessoa totalmente ignorante. Ele acha que ele é o Deus, que ele é certo, que ele é ele, ninguém passa por cima dele, entendeu, que ele é o cara, entendeu.”

[sic] “Eu fico, naquela coisa se eu for pra casa dos outros, ele vai correr atrás de mim, arrumar confusão, aí eu prefiro ficar dentro de casa, aí eu trabalho dentro de casa, dentro de casa que eu trabalho. Aí eu ainda abri com ele mais por causa do meu trabalho, por quê? Porque eu não arrumo trabalho perto da minha casa. Tipo assim, mora perto da minha casa, me chamou pra mim fazer faxina na tua casa, eu não vou. Sei que daqui a pouco ele vai correr atrás de mim, vai querer dinheiro, querer que eu peça dinheiro pra você adiantado, pra dar pra ele, entendeu, aí eu prefiro ir pra longe; vou pra Copacabana, vou pro Leblon, porque eu sei que ele não vai atrás de mim (sorriso)...”

[sic] “Como é que ele fazia, ele me afastava de todo mundo e me colocava tipo em uma redoma de vidro. Eu não podia ter amizade com ninguém, eu não podia ter contato com ninguém, eu não podia ter amizade com ninguém. Eu hoje percebo que... O que ele fez... Ele me colocou numa redoma de vidro, ele me tirou do mundo... Ele fez né... Mas eu quis também. Ele me deixou longe de tudo, tudo, tudo, tudo. Eu fazia por ele, mas eu nunca tive minha vida própria. Eu assim, tipo... Vivia a vida dele. Eu respirava com o pulmão dele, eu falava com a boca dele. Nada era meu. Nada. Hoje eu sei disso. Hoje eu descobri isso. Essa análise que eu tô fazendo é pra descobrir isso. Eu nunca fui eu. Pra mim poder dizer esses anos todos de convivência, eu sempre tive... Ele dizia assim pra mim, ‘Essa mesa aqui é verde.’ Eu falava: Eu tô vendo que ela não verde, é cinza, mas se ele falou que ela é verde, ela é verde.”

3.2.4 A publicidade da vida

A vivência da violência leva à busca por proteção, por recursos que tirem a pessoa da condição de aviltamento. Não raro, só há como saída, mesmo a contragosto, o pedido de socorro, que extrapola o cerco da intimidade atingindo a vizinhança ou as instituições, tornando público os conflitos e sofrimentos vividos no espaço doméstico. Por outro lado, a contemporaneidade, como já vimos anteriormente, rompeu com as dimensões interespaciais, aproximando as esferas pública e privada, inclusive, ao propor uma atitude de implicação e engajamento cotidianos com o coletivo da vida humana em todas as suas dimensões (esfera social).

[sic] “Eu no fundo, pra ser sincera eu não queria nada daquilo. Eu não queria ir na delegacia. Eu queria ficar num canto e chorar, chorar, chorar, chorar e depois que aquilo passar me deixar em paz. Eu não queria nada daquilo. Eu tinha medo, tinha medo de tudo. Tinha medo do que depois ia surgir. Eu fui fazer uma denúncia, pessoas iam ser envolvidas como foram envolvidos vizinhos foram chamados pra testemunhar. Tive que levar testemunhas, toda a minha vida foi removida, eu fui exposta. Lá na rua todo mundo ficou comentando...Foi desagradável. Eu queria ter evitado essa situação. E hoje eu moro na mesma rua. Eu passo e todo mundo fica comentando, é desagradável. Eu, de preferência, não gostaria de ter vivido isso. Meus filhos é que levaram, meus filhos é que tomaram a frente de tudo, entendeu?”

3.2.5 A repetição do vivido

Nos relatos de violência doméstica trazidos pelas entrevistadas, apresentou-se de forma recorrente uma tendência à repetição, no âmbito atual das famílias, de situações já

vividas pelos familiares ascendentes ou ocorridas em etapas anteriores da história de vida da entrevistada ou do seu cônjuge (companheiro). Entendemos a repetição como aquilo que na ordem das vivências daquele grupo ou indivíduos “paralisa o que é potência de desvio” (PASSOS & BARROS, 2003, p.2), impedindo a produção de novos universos existenciais.

[sic] “Esse homem já passou por isso tudo, ele viu o sacrificio da mãe, não sei como faz isso, né. Tirou a mãe que morava com o pai, que o pai batia nele e na mãe, com faca, aquele tormento e ele saiu dali e alugou um cantinho pra mãe dele ficar em paz, eu pensei sinceramente: ‘Esse homem é maravilhoso.’ Ele sofreu pra caramba, sabe? O pai dele batia nele muito, bebia e batia nele. Aí eu sempre falo isso pra ele, quando eu falava com ele; para e pensa nas coisas que você tá fazendo, você tá jogando a infância do teu filho fora, você não teve infância, deixa o teu filho ter infância.” (Relato de uma das entrevistadas sobre a infância do marido agressor).

[sic] “Da infância ele diz que o pai dele batia demais neles. O pai dele falava assim, vocês não vão à praia. E se vocês forem à praia, quando chegarem, vão apanhar. E o pai deles batia neles, batia, batia muito. Diz que o pai deles mandava eles fazerem fila, são sete irmãos, faziam fila, aí o pai dele lambia um por um; se tivesse salgado, suado, alguma coisa, o pai dele batia e batia e batia e batia. Mas batia muito, diz que o pai batia muito.” (Relato de outra entrevistada sobre a infância do companheiro agressor).

[sic] “A minha família, o meu pai brigava muito com meus irmãos. Meu pai bebia muito. Minha mãe também ééé, assim, quando eu era criança, até os meus 12 anos, meus pais bebiam muito. Minha mãe também bebia. Minha mãe quando foi morar com meu pai ela não gostava do meu pai. Foi morar porque ela tinha dois, três filhos, quatro filhos (hesitação) do primeiro casamento iiiiiii e esse homem batia muito na minha mãe. Minha mãe largou ele, deixou ele, só que a minha vó tava muito doente, minha avó praticamente já tava pra morrer iii a minha avó falou (hesitação) aí minha avó conhecia meu pai, meu pai através da minha avó conheceu a minha mãe. A minha mãe não gostava dele, né, iii então minha mãe, meu pai gostou da minha mãe, aí meu pai foi, aí minha vó foi e falou pra minha mãe que meu pai tinha gostado dela, e que queria ajudar ela a criar os filhos dela e tal, não sei o que, e minha mãe... pelos filhos aceitou aquela situação, minha vó tava doente, meu avô já tinha falecido aí ela ficou naquela coisa, como é que ia fazer pra criar os filhos, morava na roça...Como é que eu vou criar meus filhos, tem que ter a ajuda de um homem. Ela se sentia dependente de um homem.” (Relato da entrevistada acima sobre a sua família. Ela vai morar com o companheiro dependente químico e agressor após saber que estava grávida do mesmo).

3.2.6 A resistência como estratégia de ação

Para Foucault (1995), a resistência é a estratégia da relação de poder. Ela só ocorre entre sujeitos ativos, livres, que podem escapar, desviar, agir. A pessoa submetida à violência, na sua forma mais vil, apresenta-se em uma condição de redução da sua capacidade de ação. Devendo, com isso, contar com apoios organizados na esfera social que possam mobilizar as forças produtoras de movimento e que lhe permita agir sobre a ação do outro (FOUCAULT,

1995), produzindo o deslocamento capaz de alterar a condição de paralisação causada pelos atos violentos e vilipendiosos.

Os relatos que se seguem são da Sr^a C. e caracterizam o processo de resistência por ela desencadeado. Nesses relatos, além de percebermos a importância para o ser humano de se sentir sujeito de direitos, constatamos o desejo da entrevistada de “iluminar” o trajeto seguido a fim de que sua experiência funcione como apoio às mulheres que estejam vivenciando a mesma situação de violência. Para tanto, ela se compara a “um livro aberto,” pronto para ser consultado e assim orientar àqueles que, como ela diz, “ainda não conseguem andar, dar os passos,” que permitam mudar a direção do vivido.

[sic] “Às vezes você tá com tantas pessoas e você tá sem. Você tem resgatar dentro de si a força, porque essa força toda pra mim, essa batalha não vai ser e não foi em vão. Pra mim é muito. Assim, pra mim cresceu muito mais, sabe? Eu tinha uma força dentro de mim, cada um tem sua força, mas no momento “x” da questão você desconhece a força. Tem que conseguir parar e pensar e resgatar isso. E eu consegui. Porque se eu fosse depender de certas pessoas eu não ia caminhar, eu ia parar e ia ficar “Ah, meu Deus do céu, que tá passando”, não posso falar nada, tenho que ficar fechada, com a boca calada. Eu cansei de ficar calada!”

[sic] “Porque as mulheres elas não procuram saber dos direitos delas. Não tem aquela curiosidade, porque hoje elas acham que a mulher não vai precisar, mas é bom a gente saber das coisas. A orientação tá aí sabe. As coisas estão acontecendo, tá tudo formulando, tudo acontecendo. Antes eu também era fechada pro mundo, porque eu achava que meu casamento era maravilhoso, que não ia precisar de nada até que meu lar tava, tava protegido, né. Aí depois de tudo eu precisei pedir uma orientação, fiquei perdida, sem luz, no escuro. Eu tive que tirar uma luzinha dentro de mim, um pontinho, pra esse pontinho virar uma luz mais aberta e a gente ampliando mais os nossos horizontes...”

[sic] “Até eu me comparei a um livro, né. Um livro ambulante, porque você pode expor, o que você passou, você conseguiu superar e como você tá agindo hoje, são três fases muito importantes, né. Uma fase que você tá lá embaixo, conseguiu andar, dar uns passos e tá hoje falando pra pessoa. Que coisa maravilhosa! É muito ruim você não saber de nada, sabia. Você não quer enxergar as informações, que as informações estão aí. A gente pensa: ‘Ah não, vou não, vou agüentar meu marido, porque hoje ele tá assim nervoso’, amanhã ele dá um tapa no rosto. Depois você diz: ‘ah não, ele tá assim porque o time dele perdeu’, mas amanhã não melhora, não. A partir do momento que acaba o respeito, acaba tudo!”

4. O impacto dos atendimentos institucionais nas histórias de violência conjugal

Foucault (1995) acredita que o mais evidente dos problemas filosóficos atuais “talvez não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos e imaginar o que poderíamos ser” (Ibidem, p.239). Posição da qual compartilhamos, sobretudo, quando contemplamos e refletimos sobre as histórias de violência conjugal das mulheres que ouvimos, convivemos e procuramos entender. Tendo como paradigma os modos de subjetivação do contemporâneo que se expressam através de corporalidades, historicidades, lutas, expectativas, escolhas e percursos que são percorridos ou não, que se modificam ou que se mantêm.

Os processos do contemporâneo, nos quais a violência se insere, nos confrontam com o tempo que comporta no mesmo plano passado e futuro, o que somos e a infinita possibilidade de ser. Passos e Barros (2003) discorrem sobre esse paradoxo do tempo e sobre os processos de diferenciação inscritos no contemporâneo. Para os autores, o tempo dimensiona a história, fornece a base necessária para que possamos, a partir do vivido, nos abrir para novas possibilidades de vir a ser; fazer a passagem para a diferença; produzir a novidade e escapar às determinações. (PASSOS & BARROS, 2003, p.1)

É nesse processo de “devir” que as mulheres entrevistadas se encontram quando caminham para os diversos atendimentos institucionais que constituem o seu percurso frente à violência doméstica como experiências de transformação.

Auscultamos mulheres que vivem a experiência de crise e que buscam outras possibilidades de estar na vida quando vão em busca dos atendimentos. Os técnicos e especialistas do atendimento têm diante de si sujeitos que apresentam um grau de abertura para a diferença; que necessitam e pedem novas formas de ser e estar, outros mundos onde suas singularidades sejam ressignificadas. O impacto dos atendimentos em suas vidas é justamente o de se colocar como marcadores dos pontos de inflexão, as dobras nos percursos existenciais desses sujeitos ávidos por novas práticas sociais e novas experiências de si na relação consigo mesmo, com o outro, com a sua potência de vida. Cada mulher ouvida, cada uma, no seu tempo, manifestou o impacto desse momento em que elas estão em via de se diferir, relatando suas dinâmicas nas quais, de cada um dos atendimentos recebidos, seja ele no pólo legal, educacional, terapêutico ou religioso, exerce, em maior ou menor grau, sua potência de transformação.

Quando essa potência transformadora do atendimento institucional se realiza, as mulheres expressam as possibilidades que se sucederam na ordem dos acontecimentos vividos. O contrário também se torna evidente, isto é, quando o atendimento contribui para mantê-las na situação de violência bloqueando percursos de singularização e acentuando a vivência opressiva, as mulheres expressam os prejuízos na dinâmica do seu processo

existencial. Nos relatos, esses momentos estiveram marcados pela exacerbação da tendência a individualizar o vivido, culpabilizando-se ou expressando insatisfação com a sua forma de ser e estar na relação conjugal ou familiar.

Esses aspectos são expressos na instância do atendimento psicológico ou social. Nessas instituições, como nas demais instituições citadas, as mulheres buscam acolhimento para suas demandas e esperam que os atendimentos possam ser deflagradores de transformação em suas vidas. Considerando o fato de que a maior parte das entrevistadas encontra-se em atendimento psicológico devido à vivência de violência doméstica, tivemos a possibilidade de acesso a aspectos ligados ao fenômeno, significativos na história de vida dessas mulheres. Através da narrativa de algumas delas, observa-se que os atos contínuos de violência produziram um estado de caotização, que as levaram a requerer intervenção específica para ocorrências que convergem concomitantemente para o campo de abordagem ao fenômeno da violência doméstica, como o alcoolismo e a obesidade, eventos citados nas entrevistas. A legitimação dessas queixas no contexto da violência doméstica deve ser avaliada com cuidado. Elas podem ocultar a dimensão processual do fenômeno, desviando para um foco individualizante no qual cabe a pessoa portadora dos “transtornos ou alterações” a culpa pelos “seus problemas,” aprisionando-a, mais uma vez, no interior do vivido.

No sentido global dessas questões, a intervenção profissional neste contexto sugere “a abordagem de diferentes epistemologias e paradigmas, ainda que dentro de um mesmo campo disciplinar.”(VASCONCELOS, 2007, p. 62). Como foi tratado ao longo desse estudo (principalmente no capítulo 2), o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica demanda um plano de produção de diálogo e trocas constantes entre os profissionais envolvidos com o campo. No entanto, essas trocas não se reduzem a uma articulação inter profissional. É preciso fazer confluir indagações e ações dos diferentes saberes, teorias e práticas dentro do mesmo campo disciplinar, como também, entre campos disciplinares conexos que participam da abordagem àqueles que vivenciam o fenômeno da violência.

A forma de intervenção frente a esses aspectos aponta para as perspectivas que conforme assinala Vasconcelos (2007), tenham como proposta lidar com a complexidade do objeto e o reconhecimento das diversas dimensões que envolvem a vida daqueles que estão implicados com o fenômeno da violência. As práticas interdisciplinares, numa acepção mais comum, porém, em uma perspectiva mais apropriada, as transdisciplinares, insurgem como práticas requeridas em um percurso que, para além das disciplinas, articula-se com as múltiplas dimensões presentes nesse campo. O desafio é constituir um campo de abordagem

que se proponha a romper com as fronteiras entre saberes a fim de constituir uma prática singular, voltada para a diversidade e especificidade que ela comporta.

O tipo de impacto que os atendimentos institucionais pode conferir à vida das mulheres, é consonante com o tipo de prática que venha a ser constituída. Os atendimentos se inscrevem no contexto das práticas ético-políticas, e assim sendo, operam “[...] um movimento que demanda múltiplas faces, dando lugar a instâncias e dispositivos ao mesmo tempo analíticos e produtores de subjetividade.” (GUATTARI, 1990, p.54). Quando engendrados a partir dessa perspectiva, os atendimentos institucionais contribuem para a formação de grupos-sujeito, de novas expressões criadoras, de novos modos de existência e de possibilidades renovadas de transformação. Neste sentido, a Sra. C. ainda tem muito de significativo a nos dizer:

[sic] “**Eu quero abrir um novo... Uma nova casa, ter novos pensamentos, construir mais coisas ainda, me expor mais** que eu tô pretendendo. Ver meu filho falando assim ‘mãe, esse aqui é nosso lar’, aquele lar é nosso, mas sabe o cenário não é bom. Mesmo que a gente não queira lembrar tem fatos, momentos que a gente lembra, não uma recaída, assim são fatos que estão dentro da gente, não tem como mentir. Mas são fatos que me deixaram magoada, mas eu vejo que eu consegui superar. Mas eu preciso muito, assim, pegar meu dinheirinho comprar um lugar assim um pouquinho distante daqui, começar a minha vida do zero, sabe? Trabalhar fora, de carteira assinada, sem carteira assinada, fazer meus docinhos pra fora, meu bem-casado, mal-casado (risos). Nosso mal-casado, né? Bem-casado e assim refazer minha vida. Nossa vida é um crochê, crochê não, falo que é retalho, você vê um monte de pano ali isso não vale nada, você pega uma máquina vai colocando não tem nada a ver, um retalho maravilhoso, sabe, diferente. Uma coisa maravilhosa, é nossa vida. O meu retalho já tá bem andado, sabe, por dentro? Graças a Deus. Às vezes eu fico até meio assustada, “caramba, passei por isso tudo sem necessidade, perdi tanto tempo chorando dentro de casa, pensando que o mundo ia acabar, porque eu não sabia o dia de amanhã.” Já tô aqui na tua frente, tô bem, sabe, me arrumo. Não existe mulher feia, existe mulher que tem que se amar em primeiro lugar e eu não me amava, eu amava o próximo, entendeu? Esquecia de mim. Então, hoje eu me amo, amo quem me ama e amo o meu filho também. Até meu filho fala ‘Mãe, eu tenho orgulho de você’, ele já falou pra mim, sabe, isso é tudo pra mim. Ele falou que vai ser juiz para cuidar das mulheres... E falou também que queria ser um cirurgião plástico, aí eu falei: ‘Ai meu Deus do céu, são as duas áreas que eu admiro, né?’ Que é Medicina e também a parte jurídica também, do Direito. Aí eu falei assim ‘meu filho, pode ser os dois não?’ Vai estudar muito, né? ‘Cirurgião plástico, a mamãe precisa fazer uma lanternagem aqui.’ (risos)”

Os atendimentos institucionais que as mulheres na vivência da violência relataram, contribuíram, na sua maioria, para a ressingularização de vivências coletivas em torno das questões que abrangem o fenômeno da violência conjugal. No entanto, eles também podem ser utilizados para manutenção de relações de poder e dominação, favorecendo a permanência

das vivências opressivas, como nos mostram os relatos sobre os percursos institucionais da Sr^a C, antes dela ter acesso aos benefícios da Lei “Maria da Penha”.

As mulheres demonstraram que as transformações sociais ocorridas no pólo legal com relação ao tipo de atendimento que elas atualmente recebem, através das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e após a emergência da Lei 11.340, têm sido positivas, aumentando a credibilidade das mesmas na possibilidade de justiça. Como observamos nas declarações de duas das entrevistadas, a Sr^a C. e a Sr^a H., a “Lei Maria da Penha” vem gerando impactos na vida daqueles que vivenciam a violência. Esses impactos e repercussões precisam ser considerados em outras vivências além daquelas relatadas na presente pesquisa.

A Lei Maria da Penha é uma manifestação tardia, porém, necessária da forma como o país e o judiciário encaram ou passaram a encarar a violência doméstica. As repercussões da Lei, expressas pelas entrevistadas, afirmam a necessidade de que seja mantido o investimento permanente na produção de mecanismos institucionais e sociais que contribuam para dinamizar o processo de “confiança da humanidade em si mesma.” (GUATTARI, 1990, p 56). O depoimento da Sr^a C, mais uma vez, nos brinda com a expressão do quão significativo é sentir-se protegido e apoiado no espaço social. A partir da determinação judicial de afastamento do marido agressor emitida pela juíza com base na Lei Maria da Penha, ela expressa:

“Ah essa proteção foi assim, sabe? Acho que o fechar da minha sobrevivência”.

As entrevistas realizadas, embora não tenham sido propostas com cunho generalista, possibilitaram que vozes de mulheres que vivenciam os meandros da violência doméstica participassem deste trabalho. Seus sentimentos, emoções, conflitos, dores e sofrimentos foram amplificados a partir do interior de suas próprias vivências, permitindo acesso à expressão das conseqüências da violência e às possibilidades de transformação que as mesmas vêm encontrando a partir dos diversos tipos de atendimentos recebidos.

As falas das entrevistadas permitem apreender expectativas de que esses atendimentos lhes possibilitem alcançar maior discernimento sobre os processos que vivenciam e sobre sua implicação nos relacionamentos afetivos que se dão através da via conjugal. A perspectiva relacional apresenta-se de forma intensificada nas falas das envolvidas, confirmando a proposição de Hannah Arendt (1994) de que o poder não é atributo de um indivíduo, ele é exercido por um grupo, enquanto este grupo estiver unido (ARENDRT, 1994, p. 36) e

compartilhada por Foucault (1995), quando assinala que “o poder coloca em jogo relações entre indivíduos ou entre grupos”. (FOUCAULT, 1995, p. 240).

No âmbito do casal, o poder não é propriedade de um dos membros dessa relação, ele se expressa na interação entre os pares. A violência acarreta rupturas neste processo relacional, pois extingue o consentimento para a ação, o apoio mútuo. Um irá forçar o corpo do outro a agir ou mesmo impedir a ação, conforme a sua vontade. Quando a relação de poder dá lugar à violência, cessam as possibilidades. Logo, as temáticas que tomam as falas dos que encontram-se oprimidos são da ordem do aviltamento, do sofrimento, da impotência e dos sentimentos de menos valia e frustração. Essas vivências pessoalizam a experiência de um fenômeno que antes de tudo é coletivo e social.

Por outro lado, através das falas das entrevistadas, também foi possível auscultar para além dos relatos sobre o corpo oprimido pela violência e perceber a luta por escapatórias, os relatos das formas de resistência. O confronto contra a opressão vivida que se realiza através dos movimentos mais ou menos intensos de retomada dos seus lugares de protagonistas na cena da vida.

CONCLUSÃO

[...] Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. [...]

Michel Foucault. “A Ordem do Discurso”

Ser envolvido pela palavra quando o tema em questão trata-se da violência doméstica é se deixar percorrer pelos diferentes discursos, relações, práticas sociais, signos, símbolos e por tudo aquilo que permita a expressão a respeito de um fenômeno complexo, fragmentado, pluridimensional e que, portanto, não se deixa conhecer de imediato. A vida doméstica, muitas vezes traduzida por laços de associação natural, pertencimento, sobrevivência e condução pelo mais forte, expressa uma lógica de relação que está associada a tecnologias e práticas de poder e de saber. (FOUCAULT, 1995). A lógica do público e do privado, organizações nas quais se assentam a vida social e familiar, garante o predomínio das relações de poder, a existência de instâncias de domínio e de dominação e a construção de identidades e comportamentos que serão elaborados, pautados e normatizados por estas relações.

Conforme Foucault nos possibilitou perceber, as relações de poder são estabelecidas nas séries de opostos, de bipolaridades humanas que dramatizam uma relação de força, de luta e de resistência. Encontramos tais expressões em diversos espaços relacionais, como entre médicos e doentes, professores e alunos, homens e mulheres, pais e filhos, hospitais, escolas e famílias. Acerca da vida doméstica como instância onde as relações de poder se estabelecem, as lutas instauradas a partir de meados do século XX na cultura da classe média brasileira têm sido no sentido de questionar a organização privada, suas normatizações e imposições, de desnaturalizar as relações de violência que se davam na instância intrafamiliar e que eram legitimadas, toleradas e normalizadas em nome de um suposto lugar de poder e decisão ocupado por àqueles que desempenhavam **papéis** como os de marido, pai e mãe e que, ao introjetarem um modelo patriarcal de relação, reproduziam a prática da violência para impor seu predomínio, sua vontade e autoridade, garantindo o seu lugar de dominação e, por conseguinte, um outro que lhe era relativo de submissão .

Várias instâncias participam, fomentam e garantem a manutenção das relações de poder: Foucault nos fala da mecânica do poder que se expande por toda a sociedade,

assumindo formas concretas e investindo em instituições, controlando minuciosamente hábitos, comportamentos e atitudes. No capítulo 1, discorremos e consideramos esses aspectos quando nos pusemos a pensar nos sentidos e significados que perpassam a ocorrência do fenômeno da violência doméstica. Couloris (2004) aponta o percurso reflexivo feito por Joan Scott (SCOTT, 1988 *apud* COULORIS, 2004)⁹¹ “quando definiu o papel das doutrinas religiosas, educativas e jurídicas, como o de afirmar o sentido do masculino e do feminino construído no interior de relações de poder.” (COULORIS, 2004, p. 66). Como vimos, o movimento de mulheres que eclodiu no Brasil em 1975, a partir do assassinato de mulheres por seus parceiros íntimos, denunciou a tolerância da justiça com a violência doméstica ao aceitar a tese de defesa dos advogados dos réus de “legítima defesa da honra” e conclamou o judiciário a dar voz à Declaração dos Direitos Humanos, reconhecendo a mulher como sujeito de direitos. A partir daí, relações de dominação e opressão começaram a ser desnaturalizadas no âmbito do judiciário, embora o percurso seja árduo, de luta contínua e também de descontinuidades, como nos mostraram algumas das mulheres entrevistadas em suas trajetórias por obtenção de direitos, quando encaminharam as relações de violência vividas na conjugalidade para o arbítrio do judiciário.

Os teóricos que utilizamos ao longo de nossas reflexões destacam o caráter relacional que o exercício do poder coloca em jogo. Para Foucault (1995), falar no poder das leis, das instituições ou das ideologias é supor que uns exercem poder sobre outros. Arendt (1994), que aborda as relações humanas no seu sentido coletivo, considera que “o poder em si não existe” (ARENDRT, 1994, p. 88), não é algo que se detém. Poder é exercido por alguém e está legitimado pelo apoio de muitos. Outro aspecto importante a considerar refere-se ao fato sinalizado por Foucault de que o exercício do poder não deve ser caracterizado por sua função repressiva, nem tampouco em termos negativos. O objetivo maior de uma relação de poder é o controle e a gestão da vida dos seres humanos a fim de utilizar e aproveitar o máximo de suas potencialidades. (MACHADO, 1979, p.XVI). No caso das relações conjugais, vimos que esse controle abarca os chamados direitos e deveres da vida conjugal, que precisam estar em consonância com as estratégias desenvolvimentistas e de excelência da nação.

É importante considerar o aspecto de riqueza estratégica existente nas relações de poder, em que as ações operadas se dão em duas vias, induzindo-se e respondendo-se mutuamente. (FOUCAULT, 1995). Como resposta à relação de força exercida (no sentido dinâmico, de persuasão, de argumentação), existe uma força de resistência contrária, que vai

⁹¹ SCOTT, Joan. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. In: Le genre de l'histoire, Les Cahiers du GRIF, Tierce, n. 37-38, printemps 1988. (Traduction de Eleni Varikas)

equilibrar o exercício do poder, barrando-o, modificando-o, desviando-o e, portanto, também exercendo o poder. Resistência e poder são pólos dinâmicos de uma relação, onde a condição básica é a de liberdade, bem ao espírito da *polis* grega. Foucault acentua que para haver resistência na relação de poder, os sujeitos desta relação precisam estar livres: é preciso haver escapatória. (FOUCAULT, 1995, p. 248)

Enquanto as relações de poder gozam de positividade, aquelas onde o interjogo de poder dá lugar ao subjugo da violência são coercitivas. Nesses casos, um dos pólos está submetido e a ação opressiva é exercida no corpo e na mente da pessoa, impedindo-a de eliciar qualquer força contrária. A violência oprime, submete, fere, tira a pessoa da condição de liberdade, fecha as possibilidades de resistência. Os prejuízos advindos da exposição contínua à violência, conforme observamos nas entrevistas realizadas nesse estudo, tendem a se manter mesmo quando a pessoa consegue se livrar do jugo opressor. As marcas na construção subjetiva são duradouras e as seqüelas emocionais podem ser percebidas nos comportamentos de evitação, nas atitudes autodestrutivas, no empobrecimento da capacidade proativa, na fragilidade emocional, reduzindo ou impedindo a fruição da vida de relação e as possibilidades de existência.

Nesse sentido, devemos atentar para o alerta feito por Arendt (2007a, p.49) sobre a antiga confusão conceitual entre poder e violência. A autora destaca o aspecto negativo da violência que fecha as possibilidades de argumentação, negando o discurso e a palavra como instrumentos por excelência de interação humana. Violência e poder não se equivalem em sentido e significado, embora se articulem quando abordamos relações de poder que estão sustentadas em práticas de dominação e sujeição, como no caso das mulheres em situação de violência doméstica.

Como vemos, o trajeto percorrido para a compreensão do fenômeno da violência doméstica e das possibilidades de ação aponta para o campo das práticas relacionais e sociais. A esfera social ou sociedade, ao elevar o lar doméstico ao nível público, colheu a esfera privada, administrando suas interfaces e funcionamento ao nível coletivo e das questões sociais. Lembremo-nos do caso de violência doméstica a partir do qual introduzimos nosso estudo e que, noticiado como um seqüestro, tomou de assalto a cena pública e nela se desenrolou por longas dez horas, provocando um debate de alcance mundial. A violência, que no campo social foi reproduzida, nele também foi construída. “Os sujeitos são constituídos através de práticas sociais, ao mesmo tempo em que as constituem”. (COULOURIS, 2004, p.68).

A lógica de constituição familiar elaborada no interior de práticas de dominação produziu um tipo de família onde tanto o homem, quanto a mulher se constituem a partir da produção e reprodução de um modelo do que devem ser socialmente, funcionando como um mecanismo onde operam e são operados pela cultura da violência. Nesse processo, destacamos os prejuízos vivenciados pelos homens que assumem a condição de dominação que lhes é imposta, como também, sinalizamos os casos de mulheres que participam de forma ativa dessa sustentação. Entre as mulheres ouvidas, tivemos casos em que a violência se dava mutuamente entre os pares da relação. Encontramos também situações em que a violência se constituía como linguagem opressiva, extrapolando o vínculo conjugal original, como no caso da mulher que era agredida pelo marido e pela sogra que também vivenciara a violência na sua relação conjugal; ou ainda, o caso da filha que agrediu a mãe, gerando ocorrência policial de violência, por acreditar que a mesma havia voltado a viver com o companheiro agressor.

Todos esses fatos e os diversos aspectos e dimensões que envolvem o contexto caotizado da violência intrafamiliar nos levaram a captar o fenômeno pela ótica da complexidade. É impossível não se remeter aos diversos planos de abordagem quando o desafio é lidar com o campo de manifestações e situações decorrentes da vivência do fenômeno da violência doméstica. Dialogamos com os referenciais da Filosofia Política, da Psicologia, do Direito, da Sociologia e com profissionais de diferentes formações e com diferentes paradigmas, dentro do mesmo campo disciplinar e em campos correlativos. Chegamos à conclusão de que nenhuma disciplina ou paradigma contempla por si só as vicissitudes do fenômeno, constatação que aponta para a prática da interdisciplinaridade como ferramenta primordial de abordagem. Vasconcelos (2007) chama a atenção para o contexto histórico contemporâneo no qual os fenômenos humanos são colocados como verdadeiros desafios, exigindo dos profissionais e dos diversos campos de abordagens novas epistemologias e “novas possibilidades na construção de teorias críticas dos fenômenos humanos e sociais.” (VASCONCELOS, 2007, p.34.).

A aproximação e a implicação ativa com o campo de manifestações do fenômeno foram fundamentais para o refinamento do potencial perceptivo, que se beneficiou do global, do contato com novos ângulos e dimensões em interação. Esse plano de abordagem contribuiu para superar a percepção fragmentária e parcial oferecida pelo fenômeno quando inicialmente abordado a partir de uma perspectiva epistemológica isolada. Nesse sentido, Vasconcelos (2007), citando Morin (1990/1991), sinaliza a possibilidade de propriedades novas e/ou variadas surgirem quando a diversidade de aspectos e dimensões dos fenômenos complexos interagem, “marcando a necessidade de diferentes epistemologias e paradigmas para a

abordagem destas discontinuidades, às vezes dentro de um mesmo campo disciplinar.” (MORIN, 1990/1991, apud VASCONCELOS, 2007, p.62).

As diferentes instituições visitadas lidam com as várias interfaces que envolvem o fenômeno. Nelas, o contato com profissionais de formação e campos teóricos diversos foi fundamental para a construção da pesquisa. A esse respeito, é primordial o capítulo que contempla o campo das práticas (capítulo 2). Essa parte da pesquisa conforme a epígrafe de Hannah Arendt sinaliza (pág. 67), aborda as ações públicas que são realizadas no município do Rio de Janeiro a partir das queixas dramatizadas pela população com relação à violência doméstica. No campo pesquisado (Coordenadoria Rio Mulher), além de ter sido possível a abordagem às mulheres em situação de violência doméstica que recorriam ao atendimento portando queixas decorrentes dessa condição, foi possível ver, em interação, referenciais de diferentes epistemologias e campos de saber voltados para a produção de conhecimentos teórico-práticos, que instrumentalizassem a instituição no nível da intervenção. Esses momentos foram ricos em possibilidades de fazer agir perspectivas particulares e se constituíram num exercício contínuo e laborioso de atenção às diferenças, às regras e limites epistemológicos de cada campo. (VASCONCELOS, 2007, p.14). Esse nível de intervenção tão requerido nas abordagens aos fenômenos sociais da atualidade ainda se ressentem da ausência de publicações sobre o que vem sendo produzido. É preciso investir na análise crítica das práticas interdisciplinares realizadas e na produção de saber sobre um campo que ainda encontra-se em formação.

Com relação às questões de estudo que deram origem à pesquisa, utilizamos das técnicas de entrevista semi-diretiva e da análise do discurso para inferir sobre o impacto ou o tipo de transformações psicossociais que os atendimentos institucionais obtidos pelas mulheres em situação de violência doméstica provocaram na vida das mesmas. Além dessa questão, tivemos como objetivo conhecer o conjunto de instituições pelas quais as mulheres passaram em busca do atendimento, as queixas com relação à violência vivida e, ainda, as peculiaridades das histórias de vida por elas narradas.

As entrevistas demonstraram que, quando as mulheres partem em busca dos atendimentos institucionais, estão vivendo o ápice de um momento de crise, no qual elas procuram escapar das determinações e alcançar uma abertura para os meios que possibilitem uma diferença na ordem do vivido. O efeito que os atendimentos psicossociais geraram na vida das mulheres ouvidas é o de se constituírem como suporte e ponto de inflexão para essas transformações. Elas procuram os atendimentos com o objetivo de que, através do apoio institucional, sejam instrumentalizadas para barrar a violência vivida. Esse apoio parte de

instituições variadas que, simultaneamente, cada uma no seu âmbito, proverão recursos de enfrentamento, sejam eles protetivos, tais como as leis ou medidas legais e abrigos; de suporte, como as psicoterapias; sócio-educativos, tais como os chamados grupos de reflexão, as palestras e cursos profissionalizantes ou sócio-jurídicos, como a obtenção de pensões e benefícios.

Esses mecanismos institucionais dão possibilidade às mulheres de saírem da condição de paralisação que a violência lhes determinava. Com o apoio institucional, elas demonstram se sentir em condições de se perceberem na história de violência, de recusarem o que são e construir o que poderiam ser, tal como projetado por Foucault (1995, p.239), como saída da posição de constrangimento própria às estruturas atuais de poder. Na vivência opressiva as mulheres submetidas aos atos vilipendiosos não conseguem potência para resistir. Equipadas com os recursos provenientes dos atendimentos, elas voltam a apresentar movimentos de resistência e a se constituírem como sujeitos ativos frente à relação de dominação. Desse movimento de resgate participam, com maior ênfase, os organismos que possibilitam às mulheres uma ampliação do poder de eliciar a força contrária. A esse respeito, a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, aparece na fala das mulheres como um mecanismo exitoso de proteção, diante da ação sem limites do seu agressor, o que contribuiu para o processo de retomada de confiança nos instrumentos legais e nas instituições.

As mulheres ouvidas relataram passagens por diversas instâncias de atendimento, cuja constituição assumiu a configuração de rede, englobando organismos dos polos religioso, educacional, jurídico e terapêutico. Apesar de simultâneas, essas abordagens nem sempre encontravam-se articuladas. As instituições do polo religioso e educacional, por exemplo, citadas pelas entrevistadas como integrantes desse percurso, não são consideradas como pertencentes à rede de suportes sociais formais, porém, juntamente com as jurídicas, elas afirmam em suas doutrinas o exercício do masculino e do feminino dentro de relações de poder. Torna-se interessante notar que a frequência à instituição religiosa aumentou na mulher entrevistada a vivência de sufocamento e opressão, ao invés de proporcionar o alívio que ela esperava. Talvez fosse interessante incluir esses espaços, assim como já vem ocorrendo com a instância jurídica, na pauta social de reflexões sobre o fenômeno da violência doméstica.

Alguns dos profissionais entrevistados, quando perguntados sobre a modalidade dos contatos interinstitucionais que estabeleciam, ao receberem encaminhamentos de mulheres em situação de violência de outras instituições, sublinharam dificuldades em sustentar uma prática de acompanhamento dos casos encaminhados, observando que muitas instituições acreditam que o limite de sua intervenção cessa quando encaminham a pessoa para uma das

instituições da rede. Fatos como esses sinalizam que os profissionais acreditam que ainda há aspectos da proposta que necessitam ser retroalimentados.

Apesar de algumas descontinuidades (o que é inerente aos fenômenos complexos), presenciei trocas efetivas intermunicipais, como uma visita de profissionais da prefeitura da cidade de São Luís do Maranhão que vieram ao Rio de Janeiro conhecer a rede de atendimento local. Ou ainda, um fórum de debates que incluiu representantes de instituições da rede municipal de atendimento e do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro onde, a partir da apresentação de um levantamento anual sobre os índices de violência doméstica no estado (Dossiê Mulher 2008), se comparou e debateu sobre o alto índice de casos de estupro registrados nas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher de determinadas regiões da cidade e sobre o índice reduzido de registros desse tipo de atendimento pelas maternidades, hospitais e centros psicossociais da própria prefeitura, nas áreas regionais identificadas. O debate apontava para a importância da articulação permanente dos projetos nessa área nos diversos níveis de ação da esfera pública.

Outro aspecto significativo evidenciado pela pesquisa se refere à carência que as mulheres entrevistadas demonstraram possuir com relação à existência de redes efetivas de auto-ajuda, sendo comum o relato da falta de apoio familiar. Das sete mulheres entrevistadas, apenas três delas referiram em seus discursos a possibilidade de contar com o suporte de amigos e parentes nos momentos que se sucederam à vivência de violência, como também, no cotidiano de suas vidas. É importante assinalar que apesar da rede de apoio familiar essas três mulheres recorreram aos atendimentos institucionais quando se sentiram atingidas pelos efeitos da violência, sugerindo um limite na intervenção dos suportes informais.

Acerca da construção do percurso pelo qual transitaram algumas mulheres em situação de violência em busca de apoios sociais na cidade do Rio de Janeiro, concluímos, que apesar da nebulosidade inicial, há caminhos traçados e bem delineados no campo do atendimento. No entanto, é importante para o fluxo do processo, que esses caminhos sejam melhor sinalizados, ou seja, que haja divulgação ampla e sistemática na mídia desses projetos, pois aqueles que se encontram em situação de violência, quando conseguem iniciar a saída do jugo opressor vagam desorientados, fragilizados e com o potencial de autonomia reduzido, devido à ação coercitiva que a violência lhes impõe. Recordemos, aqui, o relato de uma das entrevistadas do qual significativo foi encontrar de forma incidental no metrô um cartaz com a relação de endereços de instituições que prestavam atendimento às mulheres nas situações de violência doméstica.

Constatamos a efervescência das ações interdisciplinares em meio às práticas comprometidas com a proposta de fazer avançar as ações sociais no plano da cultura e da política brasileira com relação às questões que envolvem gênero e violência doméstica. A maior parte das entrevistas foi realizada com mulheres representantes das classes populares. Os dados sócio-culturais desse grupo demonstram o reconhecimento pelas mesmas da importância de ascensão no nível sócio-educativo. Porém, no seu cotidiano, elas ainda se encontram voltadas exclusivamente (ou quase) para o espaço interno familiar, demonstrando que a educação que recebem e buscam, ainda é realizada, como apontado por Louro (2007), “para além delas”. A relação de circularidade em torno dos membros de suas famílias, de regulação do seu espaço interno e de retração de seus maridos ou companheiros prevalece nos relatos. A maior parte delas não possui profissionalização ou renda própria, o que indica a falta de investimento nas suas potencialidades levando-as a reafirmar a ocupação de um lugar de dependência, e a participarem da produção subjetiva de domínio-sujeição. Como percebemos, no plano de confluência do social, com a política e a cultura, ainda há muito a se fazer.

A título de estudos ulteriores, seria interessante uma investigação que abordasse a forma como o fenômeno da violência doméstica atinge mulheres representantes das classes brasileiras média e alta. Estaria a manifestação do fenômeno acentuada por uma suposta dependência econômica entre os pares da relação, conforme sugere o contexto estabelecido nas classes populares? Como se exerce o poder na conjugalidade operada nas classes mais favorecidas? Haveria tentativas de dominação e subjugo instrumentalizadas através da violência doméstica? São questões que emergem no campo da pesquisa, e que colocamos na pauta das reflexões e dos debates.

A pesquisa e o trajeto percorrido como pesquisadora possibilitaram enriquecimentos no plano pessoal e subjetivo no que tange ao aprimoramento de potencialidades, ao desenvolvimento de habilidades na busca da superação de limites e na transformação das limitações, ainda que para isso, tenhamos muitas vezes que nos permitir ficar em meio a elas. No plano profissional, ampliou a minha visão política, social e terapêutica e renovou as possibilidades no contexto do conhecimento, da intervenção e das relações interprofissionais e institucionais. As direções percorridas foram aquelas que sinalizavam aberturas e imprimiam movimentos de fluidez no plano paralisante e opressor da violência. Através de árduas caminhadas, encontramos propostas no contexto teórico, das práticas e das vivências que possibilitaram fôlego para que adentrássemos o complexo de relações as quais envolvem as

mulheres que vivenciam a violência doméstica. Assim, chegamos à dimensão da resistência e da possibilidade de reinvenção da vida humana como estratégias dinâmicas de ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A BEIRA da tragédia. **O Globo**, Rio de Janeiro: 11 nov. 2006. p.1.
2. ALMEIDA, S. S. de; SOARES, B. M.; GASPARY, M. (org.). **Violência Doméstica: Bases para Formulação de Políticas Públicas (Apresentação)**. Rio de Janeiro: Revinter, 2003. p.1-5.
3. ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
4. _____ . **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007a.
5. _____ . **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007b.
6. BARBIER, R. **Pesquisa-Ação na Instituição Educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
7. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
8. BARROS, R. B. & PASSOS, E. La violence, au coeur et à l'encontre du contemporain. **Chimères**, Paris: v. 51, n. automne. p. 83-93, 2003.
9. BARSTED, L. L. A Cidadania Feminina em Construção. *In*: ALMEIDA, S. S. de; SOARES, B. M. & GASPARY, M. (org.). **Violência Doméstica - bases para formulação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revinter , 2003. p. 7-12.
10. BASSANEZI, C. Mulheres dos Anos Dourados. *In*: PRIORE, M. D. & BASSANEZI, C. (orgs). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 607-639.

11. BAUMAN ZYGMUT. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
12. CARRETEIRO, T. C. Perspectivas da cidadania brasileira: entre as lógicas do direito, do favor e da violência. *In*: ARAÚJO, J. N. G. de & CARRETEIRO, T. C. (org.). **Cenários Sociais e Abordagem Clínica**. São Paulo: Ed. Escuta, 2001. p. 156-168.
13. CARRETEIRO, T. C. & MATTAR, C. **Violência conjugal e amor romântico: uma análise a partir do “sequestro” do ônibus 499**. Cópia mimeo, [2007], p. 1-23.
14. CASTEL, R. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
15. COULORIS, D. G. Gênero e Discurso Jurídico: possibilidades para uma análise sociológica. *In*: CARVALHO, M. J. S. & ROCHA, C. M. F. (org.). **Produzindo Gênero**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2004. p. 61-79.
16. COUTO, S. M. A. **Violência Doméstica: uma nova intervenção terapêutica**. Belo Horizonte: Autêntica, FCH-FUMEC, 2005.
17. CRUZ *et al.* Tendências da Produção Científica Brasileira sobre Violência e Acidentes na Década de 90. *In*: MINAYO, M. C. de S & SOUZA, E. R. **Violência sob o olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 49-81.
18. DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
19. DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O que é a filosofia?**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.
20. _____. A Ascensão do Social. *In*: DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. 3. ed. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. São Paulo: Graal, 2001. p.1-8
21. DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Graal, 2001.
22. DUARTE, A. Poder e Violência no pensamento político de Hannah Arendt. *In*: **Sobre a Violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.81-94
23. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
24. _____. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz F. Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
25. _____. A vida dos homens infames. *In*: **O que é um autor?**. Portugal: Vega, 1992. p.89-128.
26. _____. O Sujeito e o Poder. *In*: HUBERT, D.; HABINOW, P. **Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
27. _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

28. _____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
29. FREIRE, N. É lei! É pra valer!. *In: Lei Maria da Penha - Lei 11.340 de 07 de novembro de 2006*. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: SPM, Presidência da República, 2006. p. 7-8.
30. _____. **Enfrentamento à violência contra a mulher: balanço das ações 2006-2007**. Brasília: SPM, 2007.
31. GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.
32. GOHN, M. da G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
33. GOMES, R. A Mulher em situação de violência sob a ótica da saúde. *In: MINAYO, M. C. de S & SOUZA, E. R. Violência sob o olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p.199-222.
34. HERMAN, L. Violência Doméstica: estratégias de intervenção. *In: ALMEIDA, S. S. de; SOARES, B. M.; GASPARY. Violência Doméstica: bases para formulação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003. p.13-25.
35. HIRIGOYEN, M-F. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
36. LAFER, C. Da Dignidade da política: sobre Hannah Arendt. (1972) *In: ARENDT, H. Entre o Passado e o Futuro*. 6. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007a. p. 9-27.
37. _____. Prefácio. *In: ARENDT, H. Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 7-10.
38. _____. A Política e a Condição Humana. *In: ARENDT, H. A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007b. p. 341-352.
39. LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In: PRIORE, M. D .& BASSANEZI, C. História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 443-481.
40. MACHADO, L. D. Subjetividades Contemporâneas. *In: BARROS, E. de B. (org.). Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES, 1999. p. 211-229.
41. MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. *In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: 1979, p.VII-XXIII.
42. MATTAR, C. M. **Mulher, Intimismo e Violência Conjugal: tecendo redes e histórias**. Niterói: Dissertação de Mestrado em Psicologia, UFF, Rio de Janeiro, 2003.
43. MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

44. _____. *et al.* **Pesquisa Social - teoria, método e criatividade-** . 21. ed, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
45. _____. A violência Dramatiza Causas. *In*: MINAYO, M. C. de S & SOUZA, E. R. **Violência sob o olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 23-47.
46. MORGADO, R. Mulheres em Situação de Violência Doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. *In*: GONÇALVES, H. S. & BRANDÃO E. P.(org.) **Psicologia Jurídica no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2008.
47. OLIVEIRA, Z. L. C. de. Índice Cultural de Gênero: o caso de Porto Alegre. *In*: CARVALHO, M. J. S. & ROCHA, C. M. F. (org). **Produzindo Gênero.** Porto Alegre: ed. Sulina, 2004. p. 34-53.
48. PACHECO, A. C. L. Raça, Gênero e Escolhas Afetivas: uma abordagem preliminar sobre solidão entre mulheres negras na Bahia. **Revista dos Pós-graduandos em Ciências Sociais, IFCH – UNICAMP.** Ano 11, nº 21/22, p.11-48, 2003.
49. RIO DE JANEIRO. (Assessoria Rio Mulher). **Casa Abrigo Maria Haydée Pizarro Rojas.** Rio de Janeiro: SEPROP, p.1-24 [entre 2005 e 2008].
50. SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: **Educação e Realidade.** Porto Alegre: jul-dez, 1990, p. 5-22.
51. SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
52. SOHIET, E. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: PRIORE, M. D. & BASSANEZI, C. **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 362-400.
53. TAVARES, D. M. C. **Violência Doméstica: uma questão de Saúde Pública.** Dissertação de Mestrado em Saúde Pública – Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: USP 2000.
54. VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

OUTRAS REFERÊNCIAS

1. DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS EXTRAÍDAS DE SITES E LINKS:

1. DUARTE, M. S. de B. & PINTO, A. S. **Dossiê Mulher.** Rio de Janeiro: ISP, 2008
Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Acesso em 01. jul. 2008.

2. Educa Terra. Verbetes acerca da Revolução Americana. Disponível em <<http://educaterra.com.br>>. Acesso em 08. ago. 2008.
3. IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Origem e Missão. [Rio de Janeiro] Disponível em <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em 12. set. 2008.
4. Instituto Patrícia Galvão. Rede Feminista de Saúde, Rede Fax. Disponível em <<http://www.violenciamulher.org.br>>. *Link*: Datas Importantes. Acesso em 09. ago. 2008.
5. JORDÃO, F. P.; MELO, J.V. **O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres – Pesquisa IBOPE**. Instituto Patrícia Galvão, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.patricia.galvao.org.br>>. Acesso em 09 maio 2008.
- 6._____. **Percepção e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher – Pesquisa IBOPE**. Instituto Patrícia Galvão, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.patricia.galvao.org.br>>. Acesso em 09. Maio. 2008.
7. MIRANDA, A. P. M. de; PINTO, A. S.; LAGE, L. **Dossiê Mulher 2**. ISP, 2007. p. 4. Disponível em <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Acesso em 30. Ago. 2007.
8. NUTEP. **Mercocidades**. Verbetes disponíveis em <http://nutep.adm.ufgs.br/mercosul/mercocidades_port.html>. Acesso em 12. set. 2008.
9. **OMS. Informe Mundial Sobre Violência e Saúde**. Disponível em <<http://www.who.int/mediacentre/news/releases/pr73/es/index.html>>. Acesso em 09 maio 2008.
10. **Relatório nº 54/01, Caso 12.051, Maria da Penha Fernandes/ Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres**. 16 abr 2001. Disponível em <<http://www.cladem.org/portugues>>. *Link*: cladem Brasil – caso 12.051 CIDH–Brasil. Acesso em 14. Jul. 2008.
11. RIO DE JANEIRO (Rio Mulher). Programas, ações e datas importantes. Disponíveis em <http://www.rio.rj.gov.br/riomulher/programas_acoes.htm>. *Links*: datas importantes/ programas e ações. Acesso em 09. ago. 2008.
12. SOARES, B. M. **A Violência Doméstica e as pesquisas de vitimização**. Artigo originalmente publicado no *site* do IBGE, Disponível em <<http://www.patriciagalvao.org.br>>. Acesso em 09 maio 2008. [2006 ou 2007]. Não paginado.
13. WERTHEIN, J. Violência contra a mulher: sentidos múltiplos. *In: Jornal Brazilian Times-EUA*, 08 ago 2002. Disponível em <<http://www.unesco.org.br/noticias/opiniaio/artigo.>>. Acesso em 02. abr. 2008.
14. Wikipédia. **Filosofia Política**. Verbetes disponíveis em <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 24. jun. 2008.

2. LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

1. Apresentação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e seu Protocolo Facultativo. Disponível em <<http://www.feminamericas.org/fr/thematiques/index.html>>. Acesso em 15. ago. 2008.
2. BRASIL Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Lex:** Organização Cláudio Brandão de Oliveira. 3 ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2003.
3. _____. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde Brasília:, 1990. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei_8080.pdf>. Acesso 04. mai. 2008.
4. _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 737/GM, de 16 de maio de 2001. Aprova a Política Nacional de Redução da morbimortalidade por Acidentes e Violências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Gabinete do Ministro, Brasília: DF, 18 maio 2001. Seção 1, p. 3-8.
5. _____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Lei 11.340 de 07 de novembro de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2006.
6. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)**. Adotada em 09 jun 1994. Disponível em <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>. Acesso em 15. ago. 2008.
7. **Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)**. ONU: Adotada em 18 dez 1979. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121>>. Acesso em 15. ago. 2008.
8. RIO DE JANEIRO. (Município). Decreto 29. 637, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre a criação, competências e estrutura organizacional da unidade administrativa Coordenadoria de Articulação de Políticas para a igualdade de gêneros Rio Mulher. **Diário Oficial [do Município do Rio de Janeiro]**, Atos do prefeito, 31. Jul. 2008. p. 3.

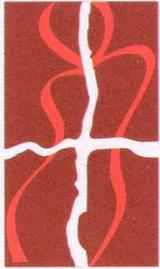
3. DOCUMENTOS FUNCIONAIS:

1. FERNANDES, E. M. *et al.* **Projeto SOS Mulher Saracuruna**. Hospital Estadual Adão Pereira Nunes. Duque de Caxias: 2002. Cópia mimeo. [Não paginado].
2. **RIO DE JANEIRO (Rio Mulher)** Perfil dos Atendimentos do Rio Mulher. Rio de Janeiro: Rio Mulher, 2005. Cópia mimeo.
4. _____. Plantão Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Rio de Janeiro: Rio Mulher, 2008. Cópia mimeo.

3. _____. **Um Rio de redes femininas: frentes de trabalho do Serviço Social.** Rio de Janeiro: Rio Mulher, [2007/2008]. Cópia mimeo,

5. RUSSO, S. V. **Serviço Social: ações interventivas ao enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.** Rio de Janeiro: Rio Mulher, [2008]. Cópia mimeo.

ANEXO A – Folder de divulgação da Prefeitura do Rio de Janeiro sobre os serviços e instituições que dão assistência às mulheres, nos casos de violência

<p>Conselhos Tutelares</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro Tel. 2223-0117 • Zona Sul Tel. 2551-5143 • Jacarepaguá Tel. 2446-6508 • Madureira Tel. 3390-6420 • Bangu Tel. 3332-3744 • Ramos Tel. 2290-4762 • Campo Grande Tel. 2413-3125 • Santa Cruz Tel. 3395-0988 3395-9719 3395-9432 <p>Informações: Rio Mulher</p> <p>www.rio.rj.gov.br/riomulher rio_mulher@pcrj.rj.gov.br</p> <p>Rua Benedito Hipólito, 125 Praça XI - RJ</p>	<p>Realização:</p> 	<p>PREFEITURA DO RIO</p> <p>NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</p>  <p>A PAZ NO MUNDO COMEÇA EM CASA</p>
<p>Instituições que dão assistência à mulher, nos casos de violência:</p>		
<p>Serviços da Prefeitura</p> <ul style="list-style-type: none"> • RIO MULHER Tel. (21) 2222-0861 - ramais: 206 e 205 2503-4622 Ouvir Mulher - 2503-4625 • Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães Tel. 2580-1132 Serviço Social: 2580-8343 - ramal: 212 • Hospital Maternidade Alexander Fleming Tel. 2450-2716 / 2450-2007 Serviço Social: 2450-2716 - ramal: 148 • Hospital Maternidade Carmela Dutra Tel. 2591-3195 / 2269-5446 Serviço Social: 2591-3695 • Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth Tel. 2221-4123 / 2224-3875 Serviço Social: 2507-6001 - ramal: 251 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade Integrada de Saúde Herculano Pinheiro Tel. 3390-8374 / 3390-1217 Serviço Social: 3390-0180 - ramal 226 <p>Outros Serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> • DEAM - Delegacia Especial de Atendimento à Mulher Centro - Tel. 3399-3370/ 3399-3379 Jacarepaguá - Tel. 3399-7580 Niterói - Tel. 3399-3700 São Gonçalo - Tel. 3399-3730 Nova Iguaçu - Tel. 3399-3720 / 3399-3721 Duque de Caxias - Tel. 3399-3710 Belford Roxo - Tel. 3399-3980 Campo Grande - Tel. 3399-5710/ 3399-5711 Volta Redonda - Tel. 3399-9140 / 3399-9141 • NUDEM - Núcleo Especializado no Atendimento à Mulher Vítima de Violência (Defensoria Pública) Av. Marechal Câmara, 314 - Centro Tel. 2299-2272 	<ul style="list-style-type: none"> • SOS Mulher / Hospital Pedro II Tel. 2299-7809 / 2299-7806 • Disque Denúncia - 24 horas Tel. 2253-1177 • CIAM - Centro Integrado de Atendimento à Mulher Tel. 2299-2122 / 2299-2125 • Central de Atendimento à Mulher Tel. 180 <p>Romper o silêncio é necessário para interromper o ciclo de violência. DENUNCIE E PEÇA AJUDA.</p>

Fonte: Coordenadoria de Articulação de Políticas para Igualdade de Gêneros – **Rio Mulher**

APÊNDICE A – Termo de esclarecimento utilizado na pesquisa de campo.

AO PARTICIPANTE VOLUNTÁRIO DA PESQUISA DE MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA DA UFF, INTITULADA "MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO CAMPO PSICOSSOCIAL.

TERMO DE ESCLARECIMENTO

- 1 - A PESQUISA SUPRA-CITADA É DE NATUREZA ACADÊMICA E FAZ PARTE DO PRÉ-REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE;
- 2 - OS DADOS DA PESQUISA SERÃO COLETADOS ATRAVÉS DE ENTREVISTAS SEMI-DIRETIVAS COM OS USUÁRIOS DO PROGRAMA RIO-MULHER DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, QUE VOLUNTARIAMENTE CONCORDAREM EM PARTICIPAR DO ESTUDO;
- 3 - TODO O MATERIAL COLETADO SERÁ TRATADO DE FORMA SIGILOSA E SEM IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO SENDO SUA UTILIZAÇÃO RESTRITA A ESTE ESTUDO, REUNIÕES E PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS;
- 4 - OS DADOS COLETADOS SE REFEREM À HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA DOS VOLUNTÁRIOS E ÀS EXPECTATIVAS QUE ESTES TRAZEM SOBRE O ATENDIMENTO INSTITUCIONAL. O RELATO DESSES CONTEÚDOS PELA PRÓPRIA NATUREZA DOS MESMOS, E, EM VIRTUDE DA MAIOR OU MENOR SENSIBILIDADE DOS SUJEITOS PODEM TRAZER À TONA EMOÇÕES PENOSAS, PRODUZINDO EFEITO CATÁRTICO.

RIO DE JANEIRO, ____ DE _____ DE 2008.

JOANNA D'ARC BARBOSA BASTOS FERREIRA – CRP 05/ 13403

PSICÓLOGA RESPONSÁVEL PELA PESQUISA

CIENTE E DE ACORDO,

ASSINATURA LEGÍVEL OU DIGITAL

EM, ____ / ____ / ____

APÊNDICE B – Termo de consentimento utilizado na pesquisa de campo.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

() CONCORDO OU () NÃO CONCORDO EM PARTICIPAR VOLUNTARIAMENTE, COMO ENTREVISTADO(A), DA PESQUISA DE Mestrado Acadêmico realizada nas instalações do Programa Rio-Mulher, intitulada “MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO CAMPO PSICOSSOCIAL”, SOB A RESPONSABILIDADE DA PSICÓLOGA JOANNA D’ARC BARBOSA BASTOS FERREIRA, INSCRIÇÃO NO CRP 05/ 13.403 E ALUNA DO Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

INFORMO QUE FUI ESCLARECIDO ORALMENTE E POR ESCRITO SOBRE A NATUREZA, OBJETIVO, RISCOS E BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA, ALÉM DO GRAU DE SIGILO E SOBRE A GARANTIA DE LIBERDADE DE NÃO PARTICIPAR DO ESTUDO OU DELE ME RETIRAR , EM QUALQUER MOMENTO, SEM PREJUÍZO AO MEU ATENDIMENTO NA INSTITUIÇÃO.

RIO DE JANEIRO, ____ DE _____ DE 2008

ASSINATURA LEGÍVEL OU DIGITAL

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)